



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
NA ILHA DE SANTIAGO - CABO VERDE

Nélida Teresa Silva Rodrigues

Recife
2010

Nélida Teresa Silva Rodrigues

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
NA ILHA DE SANTIAGO - CABO VERDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Henrique Osvaldo Monteiro de Barros

Recife
2010

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, Aguinaldo Rodrigues e Maria da Conceição Rodrigues (in memoriam), pelo amor incondicional e por terem sempre acreditado em mim. Não existem palavras para expressar a minha eterna gratidão.

Quanto a ti, mãe, sei que estiveste comigo durante toda essa longa e árdua caminhada dando-me forças para levantar e prosseguir todas as vezes que eu pensava em desistir.

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer coisa eu gostaria de agradecer a DEUS pelo dom da vida e pelas inúmeras vitórias alcançadas ao longo da minha vida.

Aos meus pais, Aguinaldo e Conceição, pelo amor incondicional, por terem-me ensinado o valor do trabalho, da dedicação, e por terem sempre acreditado e me apoiado em tudo. Não existem palavras para expressar a minha eterna gratidão. Amo-vos muito!!

Aos meus irmãos, Denda, Tonda, Mano, Isa, Zezito e Tazy pelo carinho que sempre me dispensaram. Um obrigado especial ao meu irmão Tazy pelo amor, apoio financeiro e por ter estado sempre presente na minha vida. Saiba que nunca me esquecerei de tudo que fizeste por mim, meu irmão. Amo-te muito!

Um agradecimento especial à minha irmã Isa, que deixava de aproveitar os seus momentos de lazer para me ajudar na pesquisa de campo. Minha irmã, tu és de uma generosidade incomparável!

Ao meu namorado Carlos pelo amor, carinho, companheirismo e pelas palavras de estímulo, especialmente nos momentos difíceis. Amo-te Toly!

Aos meus amigos, Osvaldir, António, Lino, Simone, Kiki, Nelson, Betty e Lutchinha pela amizade e por fazerem-me acreditar que tudo isto vale a pena. Agradeço muito a DEUS por ter colocado amigos tão especiais na minha vida!

Um agradecimento bem especial à minha amiga Clélia pela amizade, companheirismo, respeito e por ter estado sempre comigo nos momentos bons e maus da minha vida académica aqui no Brasil. Sinto imensas saudades tuas CP, tu és praticamente uma irmã para mim!

Á Ana Raquel pela amizade, paciência e pela ajuda prestada a mim durante a realização da minha pesquisa de campo facilitando o meu acesso aos dados, aos técnicos e às entidades do Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos (MADRRM). Muito obrigada amiga!

Um muito obrigada aos diretores, delegados e técnicos deste Ministério que com boa vontade facilitaram-me os dados e que tiveram paciência em responder os meus questionários ajudando-me a entender melhor o problema da questão agrícola em Cabo Verde.

Aos agricultores que me receberam de coração aberto nas suas residências. Suas informações foram muito relevantes para que eu entendesse o cerne da questão agrícola no país. Um sincero obrigado!

À Dona Nanda, Bibliotecária da Assembléia Nacional de Cabo Verde, um muito obrigada por ter-me facilitado o acesso à essa instituição e por ter-me emprestado livros que tanto me auxiliaram na elaboração deste trabalho.

Aos meus colegas de turma, Roberta, Demorval, Wilson, Milza, Adriana, Albany e Carlos, um muito obrigada pela amizade e parceria.

Aos funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR) pelo apoio prestado durante estes dois anos. Em especial à professora Vicentina Ramires pelos ensinamentos, amizade e carinho que sempre dispensou a mim e a todos os meus colegas de turma.

À professora e coordenadora deste Programa, Lúcia Moutinho, por estar sempre pronta a ajudar e a dar os esclarecimentos necessários aos alunos.

Agradeço imensamente ao meu orientador professor Henrique Barros pela disponibilidade e pelos importantes esclarecimentos quanto à elaboração deste trabalho.

Ao PADR e à Universidade Federal Rural de Pernambuco pelo acolhimento e tratamento exemplar que vêm dando aos estudantes africanos.

Enfim, a todos que estiveram direta ou indiretamente comigo nessa longa caminhada.

*“Do mesmo modo que o campo,
por mais fértil que seja sem cultivo
não pode dar frutos, assim é o
espírito sem estudo”.*

Cícero

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do setor agrícola em Cabo Verde, mais concretamente na Ilha de Santiago. Devido, principalmente, às condições climáticas o setor agrícola sempre sofreu com alguns constrangimentos tanto no que se refere aos recursos naturais como também pela sua fraca base produtiva. A agricultura em Cabo Verde é marcada pela extrema dependência das chuvas, que são fracas e mal distribuídas no tempo e no espaço. Deste modo, isso acaba por se tornar um grave problema para o país, na medida em que a produção agrícola, por depender basicamente das chuvas, não garante a segurança alimentar da população. Em face disso, o governo cabo-verdiano nos últimos anos vem desenvolvendo alguns esforços na criação de alguns programas e planos de ação dirigidos ao desenvolvimento desse setor visando reduzir e acabar com os problemas que esse setor enfrenta devido às suas características peculiares. Para a realização deste trabalho, foram realizados 67 questionários com questões abertas e fechadas, dos quais 60 foram dirigidos aos agricultores e 7 aos atores governamentais ligados à questão agrícola no país. A técnica de tratamento dos dados utilizada para se alcançar os objetivos da pesquisa foi a análise de conteúdo. As conclusões do trabalho revelam que apesar de todos os esforços empreendidos pelo governo na criação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento desse setor, que este ainda não consegue desempenhar com plenitude todas as funções que lhe são conferidas no processo de desenvolvimento econômico. Essas políticas, por intermédio de alguns programas do governo destinados a esse setor beneficiam esse setor e repercutem positivamente nas condições de vida de uma pequena parcela das populações rurais, mas sabe-se que ainda há muito a se fazer para que essas melhorias não atinjam só um pequeno grupo de agricultores, mas os agricultores na sua totalidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Agricultura, Cabo Verde.

ABSTRACT

This study aims to analyze public policies directed to the development of the agricultural sector in Cape Verde, specifically in Santiago Island. Due mainly to climatic conditions the agricultural sector has always suffered with some constraints both as regards natural resources as well as by their weak productive base. Agriculture in Cape Verde is characterized by extreme dependence on rains, which are weak and poorly distributed in time and space. Thus, it turns out to be a serious problem for the country, to the extent that agricultural production depends largely on rainfall does not guarantee food security for the population. In response, the government of Cape Verde in recent years has created some programs and action plans to develop this sector and to solve the problems that this sector faces because of their peculiar characteristics. For the accomplishment of this work 67 questionnaires were performed with open and closed questions, 60 of which were directed to farmers and 7 to government leaders related to the agricultural issue in Cape Verde. The technique of data processing used to achieve the objectives of the study was content analysis. The conclusions of the study reveal that despite all the efforts of the government in creating policies for the development of the agriculture, this sector still cannot fully play with all the functions assigned to it in the process of economic development. Such policies, by means of some government programs designed to benefit this sector has positive effects on living conditions of a small portion of rural populations, but it is known that there is still much to do to achieve these improvements not only for a small group of farmers, but for farmers in its entirety.

Keywords: Public Policies, Agriculture, Cape Verde.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Variação dos Investimentos Públicos de 1978/81 e 1982/85.....	32
Tabela 2: Características Físicas das principais Ilhas de Cabo Verde.....	36
Tabela 3: Evolução da produção de regadio.....	42
Tabela 4: Contribuição do Setor Agrícola para a Economia.....	44
Tabela 5: Situação na atividade em sentido lato (população 15 anos ou mais).....	94
Tabela 6: Sexo dos informantes.....	97
Tabela 7: Nível de instrução dos agricultores pesquisados.....	97
Tabela 8: Participação dos agricultores em Associações.....	99
Tabela 9: Percepção de Políticas Públicas.....	99
Tabela 10: Entendimento dos entrevistados sobre Políticas Públicas.....	100
Tabela 11: Percepção sobre os programas do Governo para a agricultura.....	100
Tabela 12: Beneficiados por algum programa do governo para a agricultura.....	101
Tabela 13: Descrição dos benefícios recebidos pelos agricultores.....	101
Tabela 14: Principais necessidades sentidas pelos agricultores.....	102
Tabela 15: Regimes de exploração das parcelas.....	105
Tabela 16: Parcelas por sistema de uso da água	106
Tabela 17: Tipos de Mão-de-obra utilizada.....	106
Tabela 18: Destino dado aos produtos cultivados.....	106
Tabela 19: Atividades não-agrícolas exercidas.....	107
Tabela 20: Possíveis Atividades para aumentar a renda familiar.....	109

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Abastecimento de água nas ilhas de Cabo Verde.....	23
Gráfico 1: Repartição de terras aráveis de Cabo Verde por Ilhas.....	37
Gráfico 2: Evolução da produção da das principais culturas de Cabo Verde de 1987 a 2006	39
Gráfico 3: Percentagem das parcelas cultivadas por regime agrícola.....	40
Gráfico 4: Percentagem de áreas irrigadas segundo os sistemas de rega predominantes.....	41
Gráfico 5: Ganhos de bem-estar social devido ao crescimento com origem na agricultura.....	74
Gráfico 6: Explorações de regadio segundo a origem da água.....	130
Mapa 1: Ilha de Santiago com destaque para os concelhos de Tarrafal, Santa Catarina (Assomada) e Santa Cruz.....	85

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Áreas irrigadas e potencialmente irrigáveis em Cabo Verde.....	40
Quadro 2: Atores envolvidos por domínio de intervenção do Programa Nacional de Segurança Alimentar.....	47
Quadro 3: Principais Projetos do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza e seus financiadores.....	50
Quadro 4: Projeção demográfica da Ilha de Santiago para os anos de 2007 e 2008.....	87
Quadro 5: Recursos Hídricos Superficiais da Ilha de Santiago (em milhões de m ³ /ano).....	88
Quadro 6: Resumo do Programa de Investimento e seu estado de financiamento.....	130
Quadro 7: Resumo Sumário dos Projetos em Curso na ilha de Santiago.....	132

LISTA DE SIGLAS e ABREVIATURAS

AID - Agência Internacional para o Desenvolvimento

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BCV – Banco de Cabo Verde

CILSS – Comitê Inter-Estadual de Luta contra a Seca no Sahel

DECRP – Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza

DSA– Diagnóstico Final da Segurança Alimentar

ECV – Escudo Cabo-Verdiano

FAIMO – Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

IDRF – Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

INGRH – Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos

MADRRM – Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos

MCA – Millennium Challenge Account

MPD – Movimento para a Democracia

PADA – Plano de Ação para o Desenvolvimento Agrícola da Ilha de Santiago

PAICV – Partido Africano de Independência de Cabo Verde

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PEDA – Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNLP – Programa Nacional de Luta contra a Pobreza

PLPR – Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural

PNSA – Programa Nacional de Segurança Alimentar

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

QUIBB – Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar

RGA – Recenseamento Geral da Agricultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1 PROBLEMA.....	16
1.2 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	17
1.3 OBJETIVO GERAL.....	18
1.3.1Objetivos Específicos.....	18
2. COLONIZAÇÃO, POVOAMENTO E TRANSFORMAÇÃO AGRÁRIA EM CABO VERDE.....	20
2.1 DESCOBERTA E POVOAMENTO.....	20
2.2 ESTRUTURA AGRÁRIA DE CABO VERDE NO PERÍODO COLONIAL.....	22
2.3 A QUESTÃO AGRÁRIA APÓS A INDEPENDÊNCIA NACIONAL.....	29
3. A SITUAÇÃO ATUAL DA AGRICULTURA CABO-VERDIANA.....	35
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA CABO-VERDIANA.....	35
3.1.1 Agricultura de Sequeiro.....	38
3.1.2 Agricultura de Regadio.....	39
3.2 A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA À ECONOMIA.....	44
3.3 OS PRINCIPAIS PROGRAMAS DIRIGIDOS AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA.....	45
3.3.1 Programa Nacional de Segurança Alimentar.....	46
3.3.2 Programa Nacional de Luta contra a Pobreza.....	49
3.3.2.1 <i>Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural</i>	51
3.3.3 Plano de Ação para o Desenvolvimento Agrícola na Ilha de Santiago.....	52
3.2.4 Plano de Ação Nacional para o Ambiente.....	54
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA EM CABO VERDE.....	55
4. UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AGRICULTURA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE UM PAÍS.....	66
4.1 AS FUNÇÕES DA AGRICULTURA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	66
4.1.1 Liberação de Mão-de-Obra para a Indústria.....	67
4.1.2 Geração de Divisas através da Exportação.....	68

4.1.3 Transferência de Poupanças para Inversões na Indústria.....	69
4.1.4 Fornecimento de Alimentos e Matérias-Primas para o Setor Urbano-Industrial.....	70
4.1.5 Abertura de Mercados para Bens Industrializados.....	70
4.2 AGRICULTURA E REDUÇÃO DA POBREZA.....	73
4.3 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA.....	77
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	80
5.1 NATUREZA DA PESQUISA.....	80
5.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA.....	85
5.2.1 Localização.....	85
5.2.2 Divisão Administrativa.....	86
5.2.3 Clima.....	86
5.2.4 Demografia.....	87
5.2.5 Solos e Relevô.....	88
5.2.6 Recursos Hídricos.....	88
5.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	89
5.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	90
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	92
6.1 AGRICULTURA E AGRICULTORES DA ILHA DE SANTIAGO: UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	92
6.1.1 Percepção de Políticas Públicas.....	99
6.1.2 Tipos de Exploração, Uso da Água e Mão-de-Obra.....	105
6.1.3 Fontes de Rendimento.....	107
6.2 PERCEPÇÃO DOS ATORES GOVERNAMENTAIS EM RELAÇÃO ÀS CONTRIBUIÇÕES DOS PROGRAMAS DO GOVERNO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA.....	109
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116
APÊNDICES.....	120
ANEXOS.....	130

1. INTRODUÇÃO

Um dos argumentos básicos para a intervenção do governo no processo produtivo é a existência de falhas de mercado¹, situação em que o governo interfere ofertando o bem, em questão, ou direcionado a iniciativa privada com estímulos ou penalidades. Os mercados competitivos apresentam falhas devido a quatro razões básicas: existência de bens públicos, externalidades, mercados e informações imperfeitas.

O setor agrícola é um setor muito vulnerável, na medida em que ocorrem importantes falhas de mercado, devido à existência de riscos e incertezas que tornam as informações disponíveis na tomada de decisão imperfeita, e isso pode levar os agentes econômicos a cometer erros na alocação de recursos (CARVALHO, 2001, p.6). Caso não haja nenhuma intervenção por parte do governo este setor pode entrar em crise, ou por excesso de produção ou por insuficiência de oferta, o que pode gerar desequilíbrios no funcionamento do sistema econômico.

1.1 PROBLEMA

O setor agrícola em Cabo Verde é reconhecido por suas vulnerabilidades, tanto no que se refere à pobreza de recursos naturais, como também pela sua fraca base produtiva. A agricultura é marcada pela extrema dependência das chuvas, que são fracas e mal distribuídas no tempo e no espaço. Esses fatores somados acabam por se tornar um grave problema para o país, na medida em que a produção agrícola, por depender basicamente das chuvas, não garante a segurança alimentar da população².

Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde (PND, 2002-2005, p. 131), as principais limitações deste setor residem (i) nas práticas arcaicas de exploração, consideradas inadequadas às condições climáticas; (ii) na inexistência de um programa de reordenamento agrícola em função da vocação dos solos e, (iii) na inexistência de uma

¹ De acordo com Carvalho (2001, p.6) falhas de mercado são “conjuntos de condições sob as quais uma economia de mercado é incapaz de distribuir recursos de forma eficiente”.

² Na Cimeira Mundial da Alimentação realizada em 1996 foi adotado o seguinte conceito de Segurança Alimentar: “*Existe segurança alimentar quando todas as pessoas têm a todo o momento acesso físico e econômico a alimentos sãos e nutritivos para satisfazerem as suas necessidades alimentares a fim de levarem uma vida sã e ativa*”.

política de crédito agrícola, situação que tem condicionado negativamente a produção e a produtividade.

1.2 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Apesar das restrições de que padece o Setor, a agricultura contribui para assegurar a subsistência das famílias e da comunidade local, para a segurança alimentar e nutricional da população do país, para reduzir o desequilíbrio da balança comercial, para a preservação do meio ambiente, bem como para a geração de emprego e renda, sobretudo para as populações que vivem no meio rural. Em 1990, a agricultura contribuiu com 45% dos empregos e constituía em 2008 a principal fonte de emprego para 30%³ da população ativa.

O aprofundamento desse tema poderá dar uma contribuição significativa no campo teórico e prático à economia cabo-verdiana, visto ser um assunto pouco explorado. Este trabalho poderá ser útil a grupos de pesquisa como fonte de dados e servirá também para a identificação e sistematização das profundas mudanças que se operaram ao longo destas últimas décadas no país.

Compreender as peculiaridades, as vulnerabilidades e as potencialidades desse setor em Cabo Verde é de vital importância para que o governo possa formular e pôr em prática um conjunto de instrumentos de política, com o objetivo de transformar a realidade socioeconômica do meio rural e de influir nas decisões dos produtores através de medidas direcionadas ao uso produtivo da terra agriculturável e ao emprego de tecnologias mais eficientes de produção e de comercialização.

A partir dessas medidas, o setor rural poderá superar os problemas que enfrenta em decorrência das características e do inter-relacionamento com outros setores, o que lhe possibilita cumprir de modo adequado as funções que lhe são reservadas no processo de desenvolvimento socioeconômico do país e se integrar aos demais setores da economia, formando com eles um conjunto harmônico capaz de permitir que esse processo possa se auto-sustentar.

³ Dados do Inquérito ao Emprego, 2008.

1.3 OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa teve por meta analisar as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do setor agrícola em Cabo Verde, mais concretamente na Ilha de Santiago, a fim de determinar até que ponto essas políticas beneficiaram o setor, tomando como referência a melhoria das condições de vida das populações rurais.

1.3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para se alcançar o objetivo geral, considerou-se necessário:

- Identificar as políticas públicas existentes em Cabo Verde, em particular aquelas direcionadas ao setor agrícola.
- Caracterizar o perfil dos agricultores Cabo-Verdianos.
- Identificar os programas adotados pelo governo para promover e dinamizar o setor agrícola.
- Avaliar os resultados dos programas do governo, a partir de seus objetivos.

Diante dos objetivos expostos surgem as seguintes perguntas:

- Até que ponto as políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento do setor agrícola em Cabo Verde têm-se mostrado eficientes na superação dos problemas relativos a esse setor?
- Essas políticas têm contribuído para a melhoria das condições de vida das populações que vivem no meio rural?
- Em que medida seria possível aperfeiçoar os programas públicos para a área rural do país?

Como questão central, consideramos que a falta de sintonia entre as políticas públicas e a realidade da agricultura seria o resultado da falta de compreensão, por parte dos gestores públicos, das reais possibilidades da agricultura cabo-verdiana.

Este trabalho está dividido em sete capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo faz um breve apanhado geral sobre a história geral de Cabo Verde, destacando os processos de colonização, povoamento e evolução da estrutura agrária do país. O terceiro capítulo analisa a situação atual da agricultura cabo-verdiana. Ali também é caracterizada a agricultura do país na atualidade, a contribuição que este setor oferece à economia nacional, bem como os principais programas do governo destinados ao desenvolvimento agrícola do país. Também nesse capítulo serão abordados a relação entre o Estado, políticas públicas e agricultura em Cabo Verde.

No quarto capítulo é feita uma revisão de literatura sobre agricultura e políticas públicas. Também será feita uma breve descrição das funções básicas da agricultura no processo de desenvolvimento econômico, propostas por Johnston e Mellor (1961), e que foram posteriormente complementadas por Timmer (1992), bem como a relação entre as políticas públicas e agricultura em Cabo Verde.

O quinto capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa de campo, além de uma descrição do campo da pesquisa e as principais observações e reflexões sobre o mesmo.

O sexto capítulo analisa e discute os resultados obtidos na pesquisa de campo. Finalmente, o sétimo capítulo apresenta as considerações finais deste trabalho.

2. COLONIZAÇÃO, POVOAMENTO E TRANSFORMAÇÃO AGRÁRIA DE CABO VERDE

Este capítulo faz um breve apanhado sobre a história geral de Cabo Verde, apresentando alguns aspectos ligados à sua colonização, povoamento e evolução da sua estrutura agrária. A intenção é contextualizar o país onde foi realizada a pesquisa, ressaltando alguns pontos mais importantes da sua história para a compreensão do processo de desenvolvimento da agricultura. As três seções que estruturam este capítulo compreendem a primeira, os aspectos referentes à descoberta e ao povoamento, enquanto a segunda descreve a estrutura agrária do país, a terceira descreve a questão agrária após a independência nacional mostrando como as formas de ocupação da terra podem ter repercutido sobre o desenvolvimento rural do país.

2.1 DESCOBERTA E POVOAMENTO

Segundo Borges (2007, p.16), a expansão marítima europeia, iniciada principalmente pelos portugueses no século XIV, possibilitou aos seus navegadores o contato com a costa ocidental da África, território até então desconhecido, do que resultou no descobrimento das ilhas de Cabo Verde.

De acordo com a tese oficial, no ano de 1460 o arquipélago de Cabo Verde foi descoberto por dois navegadores, Diogo Afonso⁴ e António da Noli⁵. Apesar dos portugueses terem defendido que quando chegaram ao arquipélago o mesmo se encontrava desabitado, existem relatos de viajantes que defendem que as ilhas eram habitadas por negros oriundos do Senegal e árabes. A esse respeito, Andrade (1996, p. 2) afirma que:

(...) discordamos da maioria que pretende que o arquipélago era desabitado aquando do seu achamento. Como muitos outros – entre eles o António Carreira⁶ – somos de opinião que não se deve excluir a hipótese de Santiago ter abrigado um pequeno grupo de náufragos Jalofof ou outros habitantes (Sereres, Felupes, Lêbus, etc). Esses dois últimos grupos reza a tradição oral, vinham às ilhas atraídos pela sua riqueza em peixe e buscar sal, na ilha do Sal, que trocavam por ouro de Tombuctu⁷.

⁴ Navegador português.

⁵ Navegador Genovês a serviço da Coroa Portuguesa.

⁶ In “Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460- 1878), Ed. Imprensa Portuguesa, Lisboa, 1972, p.301.

⁷ In Ensaio e Memória Econômica Sobre as Ilhas de Cabo Verde (Século XVIII, Apresentação e comentários de António Carreira, Ed. ICL, Lisboa (1986, p.2)

Uma vez que não existem dados oficiais que comprovem tal fato, não me deterei a aprofundar se o arquipélago era ou não habitado antes do século XV.

As primeiras ilhas a serem aportadas por esses navegadores foram Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista e Sal. As restantes ilhas do arquipélago – Brava, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia e Santo Antão - foram descobertas entre 1460 e 1462, pelo navegador Diogo Afonso. Segundo Pires (2007), o processo de povoamento das ilhas de Cabo Verde não foi fácil, na medida em que existiam vários aspectos negativos nas ilhas que repeliavam os potenciais povoadores. Um dos motivos que fez com que os colonizadores não povoassem o arquipélago de imediato foi a distância das ilhas em relação a Portugal.

Com relação a esse assunto Pereira (2005, p.33) transcrevendo um trecho da Carta Régia de 12 de junho de 1466 relatou o seguinte, [...] *havia quatro anos que ele (D. Fernando) começara a povoar a ilha de Santiago e, por esta ser tão distante do nosso reino nós não queremos ir lá viver senão com grandes liberdades, franquezas e despesas.*⁸

Os portugueses logo perceberam que Cabo Verde era pobre em metais preciosos e que as plantas indígenas eram de pouco interesse, com exceção da urzela (*Rocella tinctoria*). Esse líquen é encontrado no Mar Mediterrâneo, Ilhas Canárias, Ilha da Madeira e arquipélagos de Açores e Cabo Verde. O seu uso inclui o preparo de uma tintura de cor vermelha-violácea e a sua exploração econômica foi de grande interesse para Cabo Verde, tendo atingido o seu apogeu no século XVI.

O clima também era outro fator limitante ao povoamento, uma vez que o país apresentava um clima árido a semi-árido, devido à sua localização geográfica, o que dificultava, tanto a adaptação dos homens, quanto das culturas européias. Ao contrário do que havia acontecido nas outras ilhas descobertas pelos portugueses no Atlântico⁹, onde tanto os solos como o clima eram propícios à produção agrícola, base da alimentação dos portugueses (vinha, azeitona, cevada e trigo), essas culturas não se adaptaram às características físicas das ilhas de Cabo Verde.

Esses fatores dificultaram o povoamento do arquipélago, que só foi propriamente iniciado seis anos após a sua descoberta, em 1466, quando o rei D. Afonso V, através da Carta Régia de 12 de junho de 1466, concedeu aos habitantes da ilha de Santiago (a primeira ilha a ser povoada) o privilégio exclusivo de resgatar e comercializar escravos em toda a costa

⁸[...] a vera quatro annos que elle começara a povoar a sua jlha de santiago que he atraves do cabo verde e que por ser tam alomgada de nosos Regnnos a gente nam quer a ella ir vyver senam com muy grandes lyberdades e franquezas e despesa sua.

⁹ As ilhas eram: Madeira e Açores.

ocidental da África, área compreendida entre o norte do Senegal e o norte da Serra Leoa, com a exceção da fortaleza de Arguim¹⁰.

Segundo Pires (2007, p.54), “era intenção dos portugueses proceder a um povoamento branco como nos Açores e Madeira, mas os rigores do clima e a falta de cereais, base da alimentação dos europeus, não ofereceram as condições para este tipo de povoamento”.

Deste modo, o povoamento de Cabo Verde foi centrado numa minoria branca de portugueses que receberam privilégios para povoar as ilhas, uma maioria de escravos negros, vindos a maior parte da costa da Guiné, negros livres que acompanhavam espontaneamente os comerciantes, mercenários e capitães de navios.

O processo de povoamento, anteriormente descrito, deu origem à colonização¹¹. Segundo Almeida (2007, p.3), a colonização do arquipélago de Cabo Verde pode ser entendida como sendo a ocupação dos seus espaços geográficos, onde os portugueses, tendo implantado um novo poder político, exploraram a seu favor os recursos naturais dos referidos espaços.

2.2 A ESTRUTURA AGRÁRIA DE CABO VERDE NO PERÍODO COLONIAL

O processo de povoamento, antes da concessão dos privilégios de 1466, se dera de forma lenta e, só se intensificou graças aos privilégios do tráfico de escravos para as Américas e para a Europa, e devido à necessidade que se fazia sentir de mão-de-obra para trabalhar na agricultura e na pecuária.

A posição geográfica de Cabo Verde permitiu que o arquipélago se transformasse, desde o início, em um ponto de apoio estratégico, primeiramente para os navios portugueses que contornavam a costa africana e que procuravam chegar à Índia e, depois, à navegação que fazia o comércio com a África, América e a Europa (FURTADO, 1988, p. 26). O arquipélago servia também para o abastecimento dos navios com água e alimentos e como entreposto comercial, inclusive de escravos, durante as viagens de expansão marítima dos portugueses.

Nas palavras desse autor:

A necessidade de produtos alimentares para o abastecimento dos navios portugueses que aportavam à ilha de Santiago, assim como a demanda externa por esses produtos no comércio com a Costa Africana e com Portugal, contribuiu para

¹⁰ A exploração dessa fortaleza estava reservada apenas à Coroa Portuguesa.

¹¹ De acordo com Luis de Albuquerque (1989), colonização seria o ato de aproveitar com “colonos” terras desabitadas do Reino, considerados prometedoras de potencialidades agrícolas; eram terras pertencentes à Coroa, por conseguinte disponíveis para as doações régias, que culminariam no ato de instalação de pessoas capazes de se fixarem através de incentivos de fruição dos bens que produzissem.

uma ocupação rápida dos solos e a exploração dos mesmos para fins comerciais (FURTADO, 1988, p.27).

Uma ilustração das atividades comerciais da época colonial pode ser vista na Figura 1, abaixo.

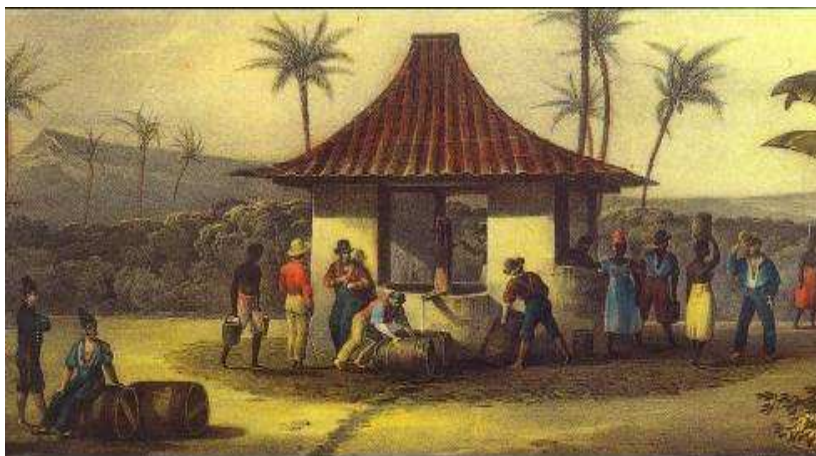


Figura 1: Abastecimento de água nas ilhas de Cabo Verde. Aguada da Praia.
Fonte: Bethencourt, Vol. IV, 1998, p.147.

A agricultura que nessa época estava diretamente ligada à atividade comercial, desenvolvia-se num ritmo acelerado. A primeira forma de ocupação das terras em Cabo Verde foi a doação da ilha de Santiago aos descobridores do arquipélago. A ilha foi dividida em duas capitanias, a do norte com sede em Ribeira Grande¹² foi entregue a Antonio da Noli e, a do sul com sede em Alcatraz foi entregue a Diogo Afonso. Essas capitanias eram subdivididas em propriedades relativamente grandes. O sistema de propriedade introduzido nessa ilha, a partir da primeira metade do século XV era intensivo em mão-de-obra e era garantido pelos escravos que eram autênticos meios de produção. Esse sistema ficou conhecido como “morgadio” e “capela”.

Couto (2001, p.80) afirma que o “morgadio” se caracterizava por um conjunto de bens inalienáveis e indivisíveis que estavam indissolavelmente ligados a uma família. Esta forma de propriedade era transmitida em linha masculina pelo primogênito. Os irmãos eram excluídos e apenas recebiam subsídios tirados do rendimento do morgado, possuidor do vínculo e administrador dos bens que o integravam.

¹² Era a capital administrativa e sede do bispado em Cabo Verde. Constituíam-se numa verdadeira “Zona Franca”. Essa cidade tornou-se num eixo estratégico da navegação no Atlântico. Ela tornou-se não só um ponto de abastecimento, mas sim um entreposto comercial onde eram comercializados produtos agropecuários, escravos e produtos industrializados.

A “capela”, por sua vez, era constituída por um conjunto de bens que estavam ligados à continuidade de um culto, acabando por se constituir em um tipo de morgado na medida em que, por estar indissoluvelmente ligada a uma família, esta cumpria os deveres religiosos inerentes ao culto e, deste modo, usufruía desses bens.

De acordo com Furtado (1988, p.28), “os morgados constituem uma das primeiras formas de apropriação do solo que irá caracterizar toda a estrutura fundiária do arquipélago, constituída eminentemente de latifúndios”. Este tipo de sistema de propriedade levou a uma grande concentração de terras que ficaram nas mãos de um pequeno número de colonos brancos e de um menor número de mestiços cabo-verdianos.

A agricultura era praticada em grandes propriedades e a produção destinava-se, principalmente, à exportação¹³ e, por isso, exigia uma grande quantidade de mão-de-obra escrava. Apenas uma pequena parcela da produção era destinada ao mercado interno, isto é, à alimentação da família dos morgados, dos escravos e dos outros trabalhadores. Essa atividade era condicionada pela inexistência de maquinaria e de utensílios agrícolas, e ainda era agravado por uma topografia que dificultava a utilização de equipamentos agrícolas, o que contribuiu para que desde o início houvesse uma fraca composição orgânica do capital. Em face disso, impunha-se a necessidade de um grande contingente de mão-de-obra para a agricultura.

O comércio de escravos era uma atividade extremamente lucrativa e que muito contribuía para a prosperidade econômica do arquipélago. Outro fator que muito contribuía para a economia das ilhas eram os impostos que eram pagos por cada escravo chegado ao porto de Santiago, os escravos que tinham o preço mais elevado no mercado internacional eram designados de “ladinos”¹⁴.

Alguns autores defendem que o grande desenvolvimento econômico ocorrido nos dois séculos subseqüentes à descoberta de Cabo Verde deveu-se, sobretudo ao tráfico de escravos, a venda de produtos agropecuários, as receitas provenientes da cobrança de impostos reais e do abastecimento das frotas também contribuíram para esse desenvolvimento. Furtado (1988, p. 35), a respeito desse assunto defende que:

É inegável o papel que o tráfico de escravos teve no desenvolvimento econômico das ilhas, mas essa não foi a única atividade econômica a ter grande relevância no arquipélago. A agricultura também desempenhou um papel de extrema relevância econômica como podem ser constatados nalguns documentos históricos.

¹³ Os principais produtos exportados eram: algodão, anil, tabaco, resina de dragoeiro (*drangena drago*), cana-de-açúcar e, mais tarde, café, milho, etc.

¹⁴ Os escravos ladinos recebiam essa designação por serem mais saudáveis e por se comunicarem com mais facilidade com os portugueses.

Barcelos (1899) assinala que o rápido desenvolvimento que a agricultura cabo-verdiana conheceu era tão grande que:

A riqueza agrícola e a criação de gado aumentava dia a dia; em 1513 era tal a importância que António Espindola, informa de modo seguinte ao contador: que o rendimento dos dízimos de algodão fora de 500 quintaes, do qual tirado a redizima e ordinária, ficavam 686 quintaes líquidos. Pelo menos de 1514 a 1516 o rendimento do feijão fora de 1736 quintaes e meio (o moio a 12 quintaes e quintal a 4 arrobas) dos quais tirando-se 425 quintaes e meio para a redizima e ordinária, ficou 1311 quintaes. Pelles de cabra 315, cebo seis arrobas e courtos 118. (BARCELOS, 1899 apud FURTADO, 1988, p. 35).

De acordo com esse autor, a agricultura que era voltada para a exportação florescia a cada dia e contribuía para aumentar a oferta de produtos agrícolas comercializados no exterior. Produtos como a urzela, o algodão, o açúcar, purgueira, etc., eram usados como indicadores de desenvolvimento agrícola.

Apesar dos problemas relativos ao clima, a diversidade de produtos de origem agropecuária para a exportação cresceu. Em simultâneo com as atividades agrícolas, surgiram pequenas manufaturas que tiveram relativo crescimento até meados do século XIX. É o caso da manufatura de tecidos de algodão, tecidos esses de diferentes cores, texturas e denominações, comercializadas com a Costa da Guiné, e que, inclusive, foram utilizados como moeda nas transações comerciais (FURTADO, 1988, p.38).

De acordo com o Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar (1969, p.129) a agricultura desempenhava um papel de tanta relevância no desenvolvimento econômico do arquipélago que o então ministro e secretário de Estado ressaltou que *“a única indústria que promete prosperar nas possessões, e, particularmente em Cabo Verde, é a indústria agrícola com as artes dela”* ¹⁵.

No início da segunda metade do século XVII, o arquipélago encontrava-se pobre e com uma defesa muito precária, deixando a região muito vulnerável aos ataques de piratas que caíam principalmente sobre a Ribeira Grande. No período de 1643 a 1645, a ilha de Santiago perde o lugar que tinha ocupado de entreposto comercial de escravos, vislumbrando-se, a partir daí, o anúncio da decadência dessa ilha cuja estrutura de produção assentava-se numa mão-de-obra escrava que já tinha começado a ficar escassa.

A agricultura e o comércio que durante os dois primeiros séculos após a colonização tinham contribuído grandemente para a prosperidade econômica das ilhas, no final do século XVIII entram em decadência.

¹⁵ Discurso do secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, L. A Rebello da Silva.

A prosperidade econômica das ilhas de Cabo Verde vale dizer, da agricultura e do comércio, que se inicia com o povoamento e conhece um grande desenvolvimento no decorrer dos séculos XVI, XVII e parte do século XVIII, entrará em declínio a partir do final desse mesmo século, acentuando-se no século XIX, com a crise do sistema escravista. Essa decadência econômica marcaria toda a história econômica ulterior do arquipélago, levando a uma nova forma de exploração da terra e a uma nova orientação da agricultura, já que o comércio e a exportação caíram bruscamente (FURTADO, 1988, p.41).

De acordo com esse autor, um dos obstáculos ao desenvolvimento da agricultura foi a estrutura agrária que os colonizadores montaram no arquipélago e a ausência de uma política agrícola por parte do governo português.

Para Couto (2001, p.78), a “atividade da agricultura estava condicionada pela existência de mão-de-obra escrava, pela falta de terras, técnicas de produção arcaicas e a natureza do sistema fundiário”. De acordo com esse autor, o sistema de posse da terra não levava em conta as inovações tecnológicas e a única forma de investimento baseava-se na incorporação de novas terras e no aumento da quantidade de escravos. Isso deixa bem claro que os portugueses tinham como objetivo de longo prazo apenas o crescimento do setor comercial.

O arquipélago, também, sofria com sucessivas secas que eram “agravadas pelo sistema de posse da terra e pelas políticas econômicas coloniais de um sistema de gestão apropriado à região semi-árida tropical” (MORAN, 1982 *apud* COUTO, 2001, p.78). Este autor criticou duramente a política colonialista, defendendo que ela não buscava soluções para desenvolver culturas que fossem apropriadas às condições do arquipélago. Em suas próprias palavras:

*Uma breve análise das colheitas sahelianas serve para realçar as conseqüências desastrosas do milho como alimento básico para a população Cabo-verdiana. Enquanto o trigo requer 600-900 mm de chuva durante a estação de crescimento, as quantidades de chuvas necessárias para o cultivo do milheto são tão baixas que apenas chegam a 250 mm e do sorgo chega a 375 mm (MORAN, 1982 *apud* COUTO, 2001, p. 79, tradução nossa).¹⁶*

Para este autor a cultura do milho exige um nível de pluviosidade de 600-900 mm, enquanto que esses níveis em Cabo Verde atingem, em média, os 250-375 mm e muito dificilmente atingem a quantidade exigida pela cultura do milho. Em face disso, para o autor a dependência da cultura do milho pode ser considerada como uma das principais causas dos vários déficits alimentares e fomes que já ocorreram no arquipélago. A respeito disso, Carreira escreveu o seguinte:

¹⁶ *A brief examination of sahelian- grown crops serves to highlight the disastrous consequences of maize as a staple for the Cape Verde population. Whereas corn requires 600-900 mm of rain during the growing season, bulrush millet's growing requirements are as low as 250 mm and sorghum's 375 mm.(MORAN, 1982, *apud* COUTO, 2001, p.79)*

[...] em 1772-1774 a grande fome que vitimou cerca de 22600 pessoas numa população total de cerca de 70000, segundo o inventário mandado elaborar por Martinho de Melo e Castro. Esta hecatombe inviabilizou uma recuperação econômica a curto prazo equiparável aos tempos passados. (CARREIRA, 1981, p. 20).

Este autor, ainda, critica os portugueses afirmando que eles transplantaram, tanto quanto possível, e de uma forma grosseira, as culturas européias com as quais já estavam habituadas, isolando Cabo Verde do mundo rural saheliano¹⁷. Para Couto (2001, p.79), isso aconteceu pelo fato dos portugueses sobrevalorizarem os traços culturais europeus em detrimento das raízes africanas que serviriam de fonte de conhecimento extremamente útil para o quotidiano do arquipélago.

Apesar das limitações ao cultivo do milho nas terras do arquipélago, este cereal continua a ser a base da alimentação das populações, sendo a maior parte proveniente das importações e da ajuda internacional que o país recebe.

Outros fatores, além dos anteriormente citados, constituíram-se em fortes entraves ao desenvolvimento agrícola de Cabo Verde. Um deles foi o sistema de propriedade e a estrutura agrária de padrão mediterrânico introduzido na ilha de Santiago, a partir da primeira metade do século XV, descrita anteriormente.

Segundo Pereira (1984), essa situação começou a complicar e podia-se observar no século XVIII, na ilha de Santiago, que a maioria dos terrenos estava dividida em “morgadios” ou “capelas”, dificultando, deste modo, o acesso das populações às terras apropriadas à agricultura.

As autoridades portuguesas só no século XIX é que começaram a perceber que os problemas residiam na própria estrutura agrária, mas mesmo assim não tomaram nenhuma medida no sentido de criar uma política agrícola que pudesse modificar essa estrutura. Foram criadas algumas leis para tentar contornar esse problema, mas as mesmas não tiveram nenhum efeito prático em Cabo Verde.

O sistema de “morgadio” foi abolido em 1864 pela Lei de 19 de Maio de 1863. Mesmo com a abolição desse sistema o regime de grandes propriedades continuou a existir de forma disfarçada. A respeito disso, Amaral citado por Couto (2001, p.81) faz algumas considerações:

[...] a modificação do sistema fundiário vigente não alterou a forma de regime latifundiário. Com a abolição houve uma primeira fase de fragmentação fundiária, mas a grande propriedade perpetuou-se através de estratégias matrimoniais e aquisição de terras.

¹⁷ Referindo-se à região do Sahel, situada no mesmo paralelo no continente africano, onde os países são muito castigados pela seca.

Os “morgados”, como não tinham mais nenhuma forma de revigorar o sistema de “morgadios” após a abolição da escravatura e da promulgação de algumas leis que proibiam a exportação de produtos cabo-verdianos, viram na adoção do sistema de arrendamento e parceria uma das soluções para revigorar o sistema agrário.

Os “morgadios” foram divididos, uma vez que o “morgado” não podia mais explorar diretamente a sua propriedade. Este não possuía um capital inicial necessário ao pagamento dos assalariados e à aquisição dos outros meios de produção, pois não havia instituições de crédito que pudessem assegurá-lo (PIRES, 2007, p. 61).

De acordo com esta autora, no sistema de parceria o camponês tinha que garantir toda a produção: as sementes, os instrumentos de trabalho, a mão-de-obra, a colheita e inclusive em muitos casos, a parte do morgado. A relação de dependência, que já era muito forte entre o parceiro e o morgado, foi acentuada, ainda mais, pela estrutura agrária que surgiu com o advento do trabalho livre.

No regime de arrendamento, o rendeiro¹⁸ não tinha a obrigação de dividir a colheita com o morgado, mas mantinha um vínculo contratual geralmente anual, e era obrigado a pagar a renda sem atraso, sob pena de perder a sua terra e de ficar sem cultivar no ano seguinte.

Os excedentes retirados dos parceiros e rendeiros, através de rendas extorsivas, de dízimos e de trabalhos nas terras dos proprietários, eram consumidos improdutivamente em vez de serem aplicados no desenvolvimento da produção agrícola.

Segundo Furtado (1988, p.56), através do Decreto lei n° 47314 de 24 de Maio de 1967, do Ministério das Colônias, o governo colonial criou essa lei que visava resolver o problema do arrendamento rural. Para o mesmo,

“A intenção do governo colonial não era resolver o problema fundiário de Cabo Verde, mas sim uma resposta política ao processo de luta armada desencadeada pelo PAIGC, que lutava não só pela sua emancipação política, mas que também criticava duramente seu sistema fundiário” (FURTADO, 1988, p. 56).

Esse autor ressalta que mesmo assim, essa lei não teve o êxito esperado devido às próprias características da sociedade cabo-verdiana.

Até a independência, em 1975, não se registraram mudanças significativas, ao longo da história, na estrutura agrária de Cabo Verde.

Este tipo de estrutura agrária e essa forma de exploração das propriedades fundiárias mantêm-se praticamente inalteradas, desde o fim do sistema escravista

¹⁸ Era aquele que usava terras em regime de arrendamento.

Até a independência em 1975, apesar de algumas leis terem sido elaboradas pelo governo colonial, no sentido de mudar as relações coloniais no campo. Mesmo durante o período liberal monárquico, a estrutura e a forma de exploração agrária em Cabo Verde não se modificaram. Ainda que o problema do parcelamento das terras tenha sido objeto de regulamento em 1953, o que se verificou depois foi a continuidade, senão o agravamento da questão.(FURTADO, 1993 apud PIRES, 2007, p.62).

As autoridades coloniais, mesmo tendo constatado que Cabo Verde possuía uma estrutura agrária que não favorecia aqueles sistemas de arrendamento e parceria, e que só prejudicavam a produção agrícola, não tomaram nenhuma medida para contornar o problema.

Ainda segundo Furtado (1988, p.89), outro fator que teria prejudicado bastante o desenvolvimento de políticas agrícolas em Cabo Verde foi a escassez de legislação específica ao domínio agrário durante todo o período colonial, aliada ao não cumprimento das poucas leis existentes.

O governo português do início do século XV à independência, em 1975, criou algumas leis referentes à questão agrária, mas as mesmas não tiveram o êxito esperado em Cabo Verde, devido à situação política e econômica pela qual passava a colônia, isto é, os interesses dos grandes morgados e da administração pública não deixaram que sucedessem grandes mudanças quer na esfera socioeconômica ou política do arquipélago.

2.3 A QUESTÃO AGRÁRIA APÓS A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Nos anos de 1950 começou o processo de luta pela libertação nacional que culminou com o surgimento de novos Estados Africanos. Esse movimento de luta pela libertação nacional visava colocar um fim ao colonialismo e conseguir a tão sonhada independência nacional, até então negada pelos portugueses. Em 1956 Amílcar Cabral¹⁹ e mais cinco companheiros, todos estudantes em Lisboa, fundaram, na Guiné-Bissau, o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), que tinha como objetivo lutar pelo direito de autodeterminação, independência e união dos dois povos. Os portugueses recusaram-se ao diálogo e à emancipação política de suas colônias não deixando outra alternativa para o PAIGC, se não a luta armada. A luta armada pela independência de Cabo Verde e Guiné Bissau foi travada neste último país, por questões políticas e geoestratégicas.

¹⁹ Ideólogo e grande estrategista era o líder do movimento da libertação pela independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Segundo Furtado (1988, p. 98), para Amílcar Cabral “a independência política constituía apenas uma etapa que convencionou chamar de “programa menor”, sendo o “programa maior” a busca incessante pela independência e desenvolvimento econômico”. Embora, Cabral e o PAIGC, não tivessem falado, explicitamente, sobre a questão agrária, eles tinham propostas políticas de desenvolvimento que englobavam a problemática do desenvolvimento rural.

Para Furtado, todas as propostas políticas a serem implementadas com a conquista das independências nacionais demonstravam certa preocupação com o desenvolvimento econômico, que numa primeira etapa, assentar-se-ia na agricultura. Tinham como lema “*um povo não pode lutar a sério se não tiver a barriga farta e boa saúde*”.

Amílcar Cabral criticou duramente as estruturas sociais das ilhas de Cabo Verde, enfatizando a grande diferenciação social, os antagonismos de classe e, principalmente, a distorção do sistema agrário, que permitia aos proprietários de terra ter um super faturamento sobre os arrendatários, seja de forma absoluta ou diferencial (FURTADO, 1988, p.98). Em face disso, uma das mais importantes propostas políticas do partido foi a condenação da política agrária colonial, propondo como solução a reforma agrária. Nesse sentido, este autor aponta que:

*(...) a ação e o discurso político do PAIGC, além de criticarem a ausência de uma política agrícola por parte das autoridades coloniais propunham uma reforma agrária para acabar com as grandes propriedades agrícolas privadas e sistema de arrendamento, limitar a extensão da propriedade privada rural, e da terra suficiente a todos os camponeses*²⁰. (FURTADO, 1988, p. 99).

Além da reforma agrária, o PAIGC tinha como propostas políticas fundamentais que a política agrária e todo o projeto de desenvolvimento rural, deveriam ter no sistema cooperativo uma forma e um caminho viável e seguro para o desenvolvimento. Por conta disso, houve um grande incremento após a independência, no período de 1975 a 1986, no incentivo à constituição de cooperativas de consumo, agrícolas, de produção, de serviços e de construção civil.

No dia 5 de julho de 1975 é proclamada a independência em Cabo Verde e, o país passa a ser governado pelo PAIGC. Este partido governou o país até 1981, época em que ocorreu o golpe de estado na Guiné-Bissau. Em face disso, houve uma divergência no seio do partido que culminou com a separação dos dois países. A partir desse momento, Cabo Verde passou a ser governado pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

²⁰ Tinham como lema “*a terra a quem a cultiva*”.

A independência marca uma ruptura jurídica e político-institucional, mediante o surgimento de um novo Estado e uma nova concepção de desenvolvimento econômico, social, político e cultural (FURTADO, 1988, p.105).

De acordo com esse autor, nesse período o governo cabo-verdiano adotou algumas medidas, no concernente à questão agrária, com o objetivo de modificar essa mesma estrutura. Dentre os quais se destacam: 1) o Decreto lei nº6/75) que propunha a nacionalização de várias propriedades fundiárias; 2) o Decreto lei nº7/75 que defendia a proibição do subarrendamento rural; 3) a alienação dos bens imóveis de proprietários absentistas residentes fora do país; 4) o Decreto lei nº18/75 que promovia a nacionalização das águas subterrâneas; 5) a criação de uma comissão para a elaboração das leis da reforma agrária; 6) a aprovação das leis de base da reforma agrária; 7) a criação do Instituto Nacional das Cooperativas em empresas agro-industriais pelo Decreto lei nº96/78; 8) o reordenamento territorial e, 9) a criação do Instituto Nacional de Investigação Agrária.

As ilhas de Cabo Verde sofreram no final da década de sessenta e durante toda a década de setenta períodos de maus anos agrícolas, devido á escassez de chuvas. Um dos mais graves problemas que o governo enfrentou foi o abastecimento do mercado nacional com gêneros de primeira necessidade. Por isso, na primeira década após a independência, o investimento no setor primário foi de uma grande relevância. As FAIMO²¹, também, tiveram um papel social relevante, no tocante à subsistência da população e na contenção do êxodo rural.

Furtado aponta que com o advento da independência o governo criou algumas medidas voltadas para o setor agrícola e para o desenvolvimento rural.

O Estado perante o déficit da produção alimentar viu-se obrigado a investir grandes somas no setor agrícola e no desenvolvimento rural. Os investimentos do governo eram dirigidos, principalmente, para o campo. Foram, também, desenvolvidas ações no sentido de combater a erosão e a degradação ambiental, a construção de diques para a retenção de águas, a exploração das águas e novos lençóis freáticos para aumentar a área irrigada, a pesquisa aplicada no combate às pragas e a procura de novas culturas que melhor se adaptassem às condições hidroclimáticas e do ecossistema, a organização de cooperativas agrícolas de produção. (FURTADO, 1988, p.106).

O governo elaborou o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 1982-1985) que elegeu como eixo prioritário a satisfação das principais necessidades básicas da população. Em virtude disso, o governo criou um programa de investimentos públicos onde foram

²¹ Frente de Alta Intensidade de mão-de-obra eram programas de emergência criados pelo governo com o objetivo de dar apoio aos grupos de risco (idosos, mulheres desempregadas, jovens, etc.) em anos de fracasso agrícola.

aplicados no período de 1978 a 1981, cerca de 28% (equivalente a 556 mil contos cabo-verdianos) do total de investimentos em projetos de desenvolvimento rural. Conforme mostra a Tabela 1.

TABELA 1
Variação dos Investimentos Públicos de 1978/81 e 1982/85
(em milhares de escudos cabo-verdianos constantes – 1982)

	Investimento médio anual 1978/1981		Investimento médio anual 1982/1985		Variação 1982/1985 em relação a 1978/1981
	Valor	%	Valor	%	
Desenvolvimento rural	556	28	1116	20	2
Pesca	103	5	188	3	1.8
Indústria	141	7	1078	20	7.6
Energia, dessalinização	115	6	324	6	2.8
Construção civil	79	4	143	2	1.8
Transportes e comunic.	479	24	1148	21	2.4
Comércio	38	2	137	2	3.6
Hotelaria, turismo	45	2	113	2	2.5
Educação/ cultura	75	4	369	7	4.9
Saúde, assistência social	58	3	147	3	2.5
Habitação, urbanismo	132	7	373	7	2.8
Administração pública	170	8	391	7	2.3
Total	1991	100	5527	100	2.8

Fonte: I Plano Nacional de Desenvolvimento 1982-1985.

Esse plano visava a duplicação da superfície irrigada, a multiplicação por 2,5 do valor acrescentado da agricultura e pecuária. Para isso o governo investiu 1111 contos anualmente, ou seja, 20 % do total de investimentos.

Pode-se constatar pela tabela acima que o montante de investimentos agrícolas, no período de 1982 a 1985, diminuiu, consideravelmente, em relação aos quatro anos anteriores, mas o setor de desenvolvimento rural continuou exercendo um papel crucial, na medida em que o valor bruto dos investimentos duplicou. Esses investimentos complementados por medidas de ordem jurídica, com o objetivo de modificar as relações de propriedade,

contribuíram tanto para a diversificação da produção, como para um pequeno aumento da mesma, mesmo com as secas que continuaram sendo registradas.

De acordo com os dados do I PND (1982-1985, p.60), o setor agrícola desempenhou um papel de extrema relevância na economia de Cabo Verde, apesar de sua contribuição ter diminuído na composição do PIB. Em 1980, esse setor contribuía com 17 % para a composição desse índice. Nos cinco anos subseqüentes, apesar das secas que assolaram o país, a produção desse setor registrou um aumento de 1,62 %²² graças, principalmente, ao aumento da área cultivada.

Em simultâneo aos altos investimentos feitos pelo governo para o desenvolvimento do setor agrícola, visando aumentar a produção para abastecer o mercado interno, em particular as áreas urbanas que haviam tido um grande crescimento demográfico, outras medidas diretamente relacionadas a essas eram tomadas. Deste modo, Furtado (1988, p.108) aponta que a ação do Estado após a independência foi de “arborizar uma área crescente de superfícies das diferentes ilhas para fazer face, por um lado, aos efeitos da devastação ecológica, que remonta ao início da colonização e, por outro lado, conter o avanço da desertificação e reduzir os efeitos do deserto do Saara”.

Havia uma grande preocupação com a questão da concentração da população urbana, visto que isso exigia um mercado urbano dotado de produtos agrícolas para o seu consumo. Em razão disso, o aumento da produção tornara-se uma imperativa.

Essa demanda por uma quantidade cada vez maior de produtos agrícolas e uma transferência de rendimentos, vão levar a uma transformação do meio rural, da estrutura agrária e a uma certa tendência à especialização e diversificação da produção. Deste modo, produtos tradicionalmente cultivados como o milho, a cana de açúcar, a mandioca, a banana, a batata doce passam a ser, se não substituídos pelo menos passou-se a incentivar a produção de outras culturas tais como, a batata comum, alface, cenoura couve flor, pepino, entre outros.

Esse aumento da produção e da produtividade agrícolas almejado pelas políticas agrícolas do governo pressupunha um reordenamento territorial, com vista a abolir determinadas cláusulas do direito fundiário do período colonial, contribuindo para uma mudança estrutural no campo que nas palavras de Sigrist (1983, p.51) seria “uma condição prévia para garantir a eficácia das inovações e a difusão dos benefícios e esforços coletivos aos produtores agrícolas.” (tradução nossa).²³

²² Dados do I PND (1982-1985).

²³ Une condition préalable pour garantir l'efficacité des innovations et la diffusion des bénéfices des efforts collectifs aux producteurs agricoles.

Apesar das medidas legais e econômicas tomadas para facilitar o acesso do trabalhador à terra, como os investimentos do Estado no setor agrícola, a monopolização do governo na gestão dos recursos hídricos e as leis de base da reforma agrária, essas políticas encontraram alguns entraves para a sua consecução. Dentre elas podem-se destacar:

A parcela reduzida de terra que coube a cada família beneficiada pela Reforma Agrária; a baixa rentabilidade dos produtos agrícolas; a emigração da maioria da camada jovem da população, diminuindo no país a mão-de-obra agrícola; o êxodo rural rumo aos centros urbanos; a ausência de uma política de créditos agrícolas a juros subsidiados; a ausência de uma política de preços mínimos que permitissem ao trabalhador a reprodução das condições de produção e uma margem de lucro, possibilitando uma reprodução ampliada da produção e, por último, fatores naturais, como a escassez de chuvas (FURTADO, 1988, p.114).

Ainda que os objetivos propostos pela reforma agrária não tenham sido, totalmente, alcançados, isto é, aumentar a produção e a produtividade na agricultura, libertar os que trabalham a terra da dependência das relações socioeconômicas de exploração arcaicas e melhorar a sua situação econômica e cultural, ela garantiu aos emigrantes a possibilidade de um investimento seguro, permitiu a entrada no país de tecnologias adquiridas nos países de imigração e contribuiu para modernização da agricultura. Por outro lado, essa reforma proporcionou uma mudança do patrimônio fundiário, contribuindo para uma certa desconcentração das propriedades das mãos de um pequeno número de proprietários-morgados, levando a que antigos parceiros e rendeiros se transformassem em novos proprietários.

No capítulo seguinte será feita uma análise da situação atual da agricultura em Cabo Verde.

3. A SITUAÇÃO ATUAL DA AGRICULTURA CABO-VERDIANA

O objetivo deste capítulo é fazer uma análise da situação atual da agricultura em Cabo Verde. O capítulo está estruturado em três seções. Na primeira seção será feita uma caracterização da agricultura no país, e serão apresentados os tipos de agricultura praticados no país. Na segunda seção será apresentada a contribuição que esse setor dá à economia nacional. Na terceira seção serão analisados os principais programas do governo destinados ao desenvolvimento agrícola no país bem como a relação existente entre o Estado, políticas públicas e agricultura em Cabo Verde buscando compreender qual a importância que o Estado tem dado à questão agrícola no processo de desenvolvimento do país.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA CABO-VERDIANA

O setor agrícola em Cabo Verde é caracterizado por muitas vulnerabilidades, tanto no que se refere aos recursos naturais como também pela sua fraca base produtiva. A aleatoriedade climática aliada às práticas arcaicas de exploração são um dos fatores que condicionam a fragilidade do ecossistema do país. Outros condicionantes deste setor são: a inexistência de um programa de reordenamento agrícola em função da vocação dos solos, e uma política de crédito agrícola, situação que tem condicionado grandemente a produção e a produtividade.

A agricultura Cabo-verdiana sofre com regimes pluviométricos extremamente aleatórios condicionadas pela passagem do vento quente e seco do deserto do Saara que aumenta a aridez e provoca períodos de secas prolongadas. Esses fatores aliados à exigüidade do território e à alta propensão para a erosão dos solos têm consequências nefastas, sobretudo para a agricultura e para o equilíbrio ecológico.

A respeito disso, Varela (1998) fez a seguinte observação:

Devido aos efeitos causados pelas secas prolongadas, Cabo Verde foi incluído no grupo dos países do Sahel, região africana fortemente ameaçada de desertificação que recebe apoio de programas de ajuda internacional para combater essa calamidade (VARELA, 1998, p.9).

O período das chuvas é de curta duração (Julho a Outubro) e são resultantes da passagem anual da Frente Inter Tropical, com concentração das precipitações durante os meses de Agosto e Setembro.

No Esquema Diretor para os Recursos Hídricos (1993-2005) chegou-se à conclusão que 20% das águas das chuvas escoam sob a forma de águas superficiais e somente 13% produz a recarga dos aquíferos. Os restantes 67% perdem-se no processo de evaporação.

Os recursos em águas subterrâneas são estimados em 124 milhões de m³ por ano. Desta quantidade, estima-se que somente metade (65 milhões de m³) seja tecnicamente explorável em anos normais e 44 milhões de m³ em anos de seca. Os recursos em águas superficiais são estimados em 181 milhões de m³/ano.

Segundo o Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Agricultura (PEDA, 2004-2015, p.30) estima-se que o índice pluviométrico no arquipélago atinge em média 230 mm/ano, sendo que as chuvas são muito irregularmente distribuídas tanto no espaço como no tempo, com ciclos periódicos de seca e chuvas torrenciais de curta duração que não permite a absorção adequada das águas da chuva pelo solo.

Os índices apresentados na Tabela 2 evidenciam entre outros fatores/ características físicas, o baixo índice de pluviosidade das ilhas de Cabo Verde.

TABELA 2
Características Físicas das Principais Ilhas de Cabo Verde

Ilhas	Superfície		Altitude máxima	Pluviometria média	Terras Aráveis	
	Km ²	%	metros	mm/ano	Ha	%
Santo Antão	779	19,3	1979	237	8800	21,4
São Vicente	227	5,6	750	93	450	1,1
São Nicolau	345	8,5	1312	142	2000	4,9
Sal	216	5,4	406	60	220	0,5
Boa Vista	620	15,4	387	68	500	1,2
Maio	269	6,8	437	150	660	1,6
Santiago	991	24,7	1394	321	21500	52,3
Fogo	476	11,5	2829	495	5900	14,4
Brava	64	1,5	976	268	1060	2,6
Santa Luzia	46	1,1	-	-	-	-
Total (Cabo Verde)	4033	100		230	41090	100

Fonte: Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Agricultura (2004 -2015, p.17).

A escassez deste recurso faz com que somente 10 % da superfície do país sejam potencialmente aráveis, ou seja, cerca de 41.090 ha dos 403.300 ha da área do país, dos quais apenas 3000 a 5000 hectares são irrigáveis.

Pode-se observar pelo Gráfico 1 que a quantidade de terra arável por ilha é extremamente baixa e que apenas três, das dez ilhas do arquipélago, possuem condições propícias para a prática da agricultura.

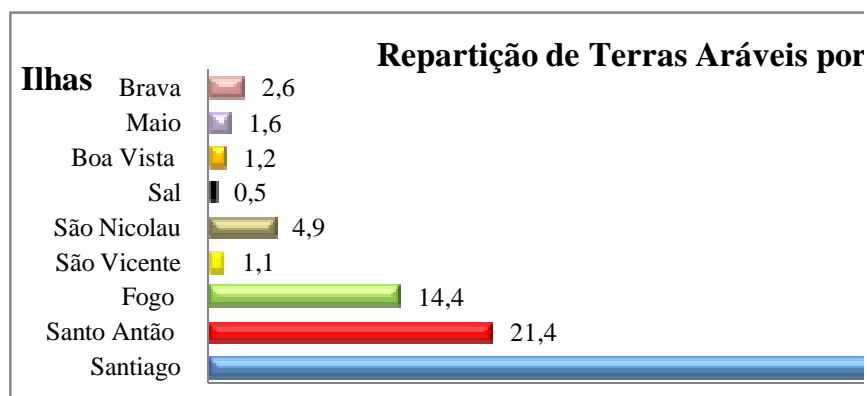


Gráfico 1: Repartição de Terras Aráveis de Cabo Verde por Ilhas

Fonte: Diagnóstico final de Segurança Alimentar (2002).

A ilha de Santiago é a que possui as melhores condições para a prática desta atividade com 52,3 % de terra arável, seguida pela ilha de Santo Antão com 21,4 % e da ilha do Fogo com 14,4%. As ilhas que possuem as piores condições para a prática desta atividade são as ilhas do Sal, com apenas 0,5 %, seguido pela ilha de São Vicente com 1,1 % e, por último pela ilha da Boa Vista com 1,2 % de terra arável. Em face disso, a produção alimentar é deficitária, cobrindo apenas 15% das necessidades alimentares do país, obrigando a que o resto, 85%, sejam importadas.

Segundo o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP, 2004, p. 21), a agricultura em Cabo Verde é uma agricultura familiar de micro-proprietários com uma superfície média de explorações que não ultrapassa os 1-1,5 hectares. Estas explorações são frequentemente muito fragmentadas, e não são suficientes para assegurar a subsistência (segurança alimentar) das famílias rurais.

Os sistemas de exploração agrícola predominantes são a agricultura realizada em seco (sequeiro) e a irrigada (regadio) que serão apresentadas a seguir.

3.1.1 Agricultura de Sequeiro

A agricultura de sequeiro é praticada durante o período das chuvas (Julho a Outubro), e ocupa cerca de 86,2 % da superfície cultivada do país²⁴. Por depender fortemente das chuvas que, como já se havia dito, são escassas e irregulares, esse tipo de agricultura é condicionada por níveis de produção extremamente baixas. Ela é muito praticada nas encostas de acentuado declive, pobres em nutrientes e com fraca capacidade de retenção da água contribuindo desta forma para a erosão dos solos, a degradação dos ecossistemas, e por conseguinte aceleração do processo de desertificação. Estima-se em 7,8 ton/ha a perda anual de solo por ano, em regime de agricultura tradicional (milho e feijões). Por conta disso, tem-se buscado conscientizar os agricultores que esse tipo de agricultura não é a mais rentável, e tentar fazê-los aderir a agricultura de regadio.

As culturas de sequeiro são praticadas em todas as ilhas, contudo pouco produtiva e insuficiente para assegurar as necessidades do país em termos de cereais e leguminosas. Constatou-se que em anos de boa pluviometria e boa produção agrícola, segundo estimativa, o país só consegue satisfazer cerca de 20% das suas necessidades em termos de cereais. A produção do sequeiro é destinada a auto-consumo, que raramente consegue satisfazer as necessidades alimentares de uma família média cabo-verdiana, devido à baixa produção e produtividade.

Os principais produtos cultivados nesse tipo de agricultura são o milho, associado a diversos tipos de feijões, estes dois constituem a base da dieta alimentar do cabo-verdiano. De acordo com o DECRP (2004)

Os efeitos meteorológicos sobre a produção agrícola conferem à produção do milho e dos feijões um carácter extremamente aleatório. São praticadas em regime de subsistência, tendo-se revelado pouco produtivas e de colheita incerta (DECRP, 2004, p. 32).

Os feijões cultivados no país são: feijão congo (*cajanus cajan* (L.) Huth); feijão pedra (*Dolichos lablab* L. = *Lablab purpureus* (L.) Sweet); feijão bongolon (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.) e feijão sapatinho (*Phaseolus vulgaris* L.). Além destas culturas cultiva-se, mas em menor escala, o amendoim, a batata doce e a mandioca.

O Gráfico 2 mostra a variação da produção do milho e dos feijões de 1987 a 2006.

²⁴ Dados do Recenseamento Geral da Agricultura (2004).

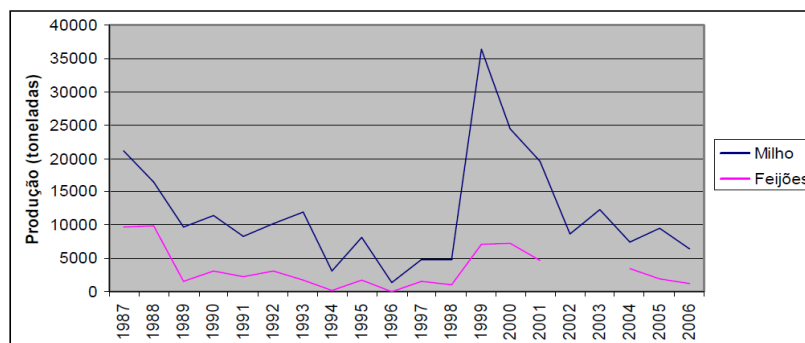


Gráfico 2: Evolução da produção das principais culturas de Cabo Verde de 1987 a 2006.
Fonte: INE, 2008.

De acordo com os dados do gráfico pode-se notar que existe uma extrema variabilidade desses produtos de ano para ano, em decorrência das precipitações que são irregulares ao longo dos anos.

Pode-se observar que nos anos de 1998 e 1999 a produção de milho teve um grande crescimento, na medida em que nesses anos choveu abundantemente o que acabou favorecendo essa cultura. A partir do ano de 2000 observa-se uma queda brusca na produção desse cereal devido à escassez de chuvas que se fez sentir nesses anos no arquipélago.

Com relação aos feijões, nos anos de 2000 até 2003 essa produção foi nula pelas mesmas razões apontadas acima.

É de se ressaltar que mesmo nos anos em que chove suficiente, os rendimentos provenientes da produção desses produtos são extremamente baixos. Somente, nas terras retidas pelos diques os rendimentos podem ultrapassar os 600 kg/ha nas zonas áridas e os 1200-1600 kg/ha nas zonas úmidas devido à concentração de umidade nos solos de boa qualidade (DIAGNÓSTICO FINAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 2002, p. 36).

3.1.2 Agricultura de Regadio

A agricultura de regadio é praticada durante o período das secas (Novembro a Junho). Ela é praticada, sobretudo no fundo dos vales e na parte mais baixa das encostas por intermédio do aproveitamento das águas subterrâneas mobilizadas durante o período das chuvas.

Apesar de ocupar uma pequena parcela da superfície total do país cultivada nesse regime no país, cerca de 12, 4%, a agricultura irrigada é a vertente mais importante da

produção agrícola nacional. A percentagem de parcelas cultivadas por regime agrícola, a nível nacional, pode ser observada no Gráfico 3.

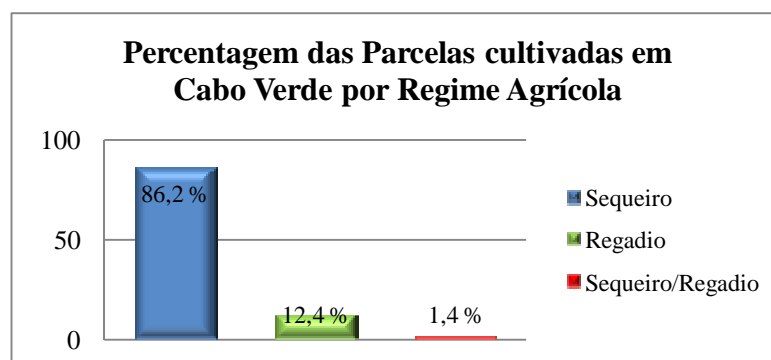


Gráfico 3: Percentagem das Parcelas cultivadas em Cabo Verde por Regime Agrícola.
Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura (2004).

Existe uma grande desigualdade entre as terras cultivadas no regime de sequeiro, que chegam a atingir 86,2%, e as de regadio que apenas atingem 12,4% da superfície cultivada. Em relação à agricultura do tipo misto, em regime de sequeiro e regadio, constatamos que somente se cultiva 1,4% da área total do país.

As áreas irrigadas ocupam uma superfície que oscila entre 1500 a 2000 ha, em função dos recursos disponíveis. A extensão das terras potencialmente irrigáveis varia entre 1357 na Ilha de Santo Antão a 1209 ha na ilha de Santiago como nos mostra o Quadro 1.

Ilha	Áreas Irrigadas (ha)	Áreas potencialmente Irrigáveis (ha)
Santo Antão	997	1.357
São Vicente	49	250
São Nicolau	72	149
Sal	2	4
Boa Vista	10	16
Maio	8	35
Santiago	658	1.209
Fogo	12	78
Brava	10	11
Total	1.821	3.109

Quadro 1: Áreas Irrigadas e Potencialmente Irrigáveis em Cabo Verde
Fonte: Diagnóstico Final de Segurança Alimentar, 2002.

Em Santo Antão encontra-se a maior parte das terras cultiváveis em regadio, representando cerca de 55%, e em seguida a ilha de Santiago com 36%. Juntas essas ilhas possuem mais de 90% do total das terras ocupadas com regadio em Cabo Verde.

O Recenseamento Geral da Agricultura apontou que a área irrigada através do sistema de rega gota-a-gota, no período de 2000 a 2004, aumentou de 200 para 314 hectares. Esse sistema apesar de ser ainda pouco utilizado no país (cobre apenas 10% da área irrigada), atinge grandes proporções em algumas ilhas como por exemplo, no Sal onde 70% da área irrigada utiliza este sistema (Gráfico 4).

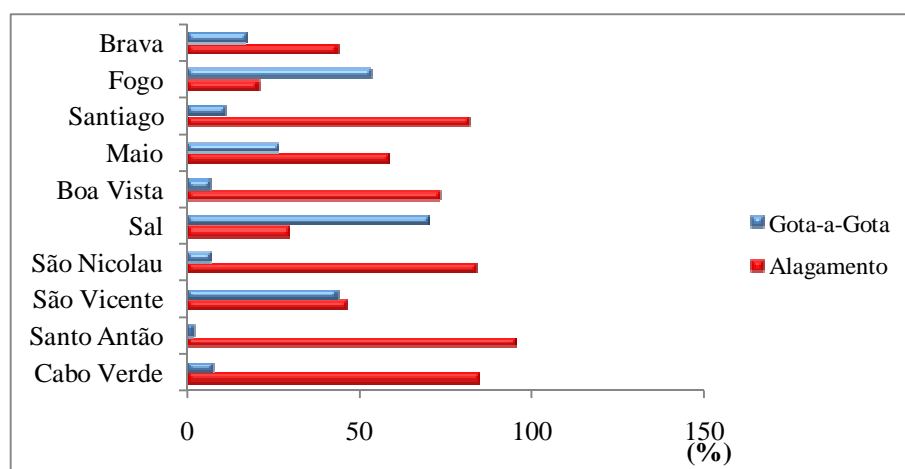


Gráfico 4: Percentagem de áreas irrigadas segundo os sistemas de rega predominante
Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura

No concernente à rega por alagamento a ilha de Santo Antão é aquela onde continua a dominar esse tipo de rega, ou seja, 95,3% da área irrigada desta ilha, equivalente a 5038 parcelas, são irrigadas por alagamento. O sistema de rega por alagamento é praticada em 85% da área total de regadio, equivalente a 1.175 parcelas.

Apesar de esta ilha ser uma das que tem mais recursos hídricos e terrenos de regadios cultiváveis, ela vem sofrido com a praga “*mil-pés*”, que devastou as suas culturas e contribuiu para o embargo aos produtos agrícolas desta ilha. Os períodos de seca constante também têm contribuído para a diminuição do caudal das nascentes, como também para a diminuição da produção agropecuária. O Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Rural para fazer face a isso tem desenvolvido programas que visam a captação e a construção de infra-estruturas de água para rega, e com isso pretende-se economizar cerca de 90% de água e aumentar a disponibilidade deste líquido para a irrigação de outras parcelas.

A cultura predominante da agricultura irrigada é a cana-de-açúcar que é utilizada como matéria-prima para o fabrico da aguardente local, o “grogue”. Além desse produto também são cultivados algumas espécies de frutas, tubérculos e hortícolas.

Com relação aos hortícolas, ao longo dos últimos anos eles tiveram um desenvolvimento notável, sobretudo na ilha de Santiago, e atualmente, a produção nacional é capaz de abastecer o mercado nacional em quase todos eles, com a exceção da batata comum e da cebola que por serem consumidos em muito maior escala, satisfazem somente 30% das necessidades de consumo havendo a necessidade de se importar o resto para complementar a produção nacional. As estatísticas referentes à evolução da produção de regadio, de 1991 a 2000, serão apresentadas na Tabela 3 a seguir.

TABELA 3
Evolução da Produção de Regadio (em toneladas)

Produtos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Hortícolas	5651	6237	7986	8048	8225	10025	11820	12051	16981	18523
Raízes e Tubérculos	-	7665	8650	7736	8524	7687	8850	9100	9700	10700
Total	5651	13902	16636	15874	16749	18712	20670	21151	26681	29223

Fonte: Boletim Anual da CNASA, 2007*.

* Por não existirem estatísticas agrícolas atualizadas, utilizamos os dados de 1991 a 2000.

Pela Tabela pode-se observar que a produção hortícola teve um crescimento acumulado de 133%, no período de 1991 a 2000. Os produtos mais cultivados são o tomate (22,9%) e o repolho (22,6%), respectivamente em 2000. Este aumento da produção hortícola pode se dever à adoção crescente de novas tecnologias (espécies e sementes melhoradas) e a implementação, a partir de 1993, de sistemas de micro-irrigação, sobretudo a gota-a-gota, têm produzido um impacto bastante positivo na produção agrícola, em geral, e na produção hortícola em particular, reduzindo as perdas em água e permitindo o aumento substancial das áreas irrigadas, e conseqüentemente da produção. O governo tem investido muito no cultivo de hortícolas por meio de técnicas inovadoras como é o caso da produção de tomate em hidroponia na ilha do Sal e alface na ilha de Santiago, com vista a responder à demanda crescente por esses produtos, principalmente pelos turistas que visitam o país.

Essa produção permite gerar excedentes comercializáveis com impactos significativos no orçamento das famílias rurais e no abastecimento do mercado local.

O setor da fruticultura também tem uma importância muito grande no país. Segundo dados do Diagnóstico de Segurança Alimentar (DSA, 2002), a produção nacional de frutas locais gira em torno de 8.600 toneladas anuais, destacando-se a banana, a papaia, a manga, os cítricos e o abacate.

Com a exceção da banana e da papaia, a produção de frutas é realizada essencialmente em regime de sequeiro, pelo que os rendimentos estão ainda muito aquém do seu potencial. Apesar destes problemas, a introdução de variedades melhor adaptadas das várias espécies e a instalação de viveiros modernos têm permitido empreender uma certa dinâmica a este sector. Estima-se que a produção de plantas aumentou de 59.000 toneladas em 1991 para 103.000 toneladas em 1995. Em certas zonas de micro-clima especial pratica-se a produção de certas espécies de frutas, nomeadamente a uva na ilha do Fogo (para consumo e fabrico do vinho).

A qualidade da água para a irrigação no país não é controlada de forma sistemática e freqüente. No entanto, pode-se prever que o uso generalizado de adubos azotados e fosfatados, em quantidades tais que não sejam totalmente retidas nos solos ou absorvidas pelas plantas, conduza a um enriquecimento em matérias azotadas ou fosfatadas da água retida nas camadas superficiais. Isso pode conduzir a um desenvolvimento anormal de algas. A utilização de pesticidas em grande escala pode também levar a uma degradação da qualidade da água das nascentes e dos aquíferos.

Dados do Recenseamento Geral da Agricultura (RGA, 2004) indicam que a água utilizada na irrigação da maior parte das parcelas com regadio de Cabo Verde é proveniente, sobretudo de três fontes: nascentes (44%), poços (26%) e furos (18%). Esses dados podem ser encontrados no gráfico 6 (explorações de regadio segundo as origens da água) em Anexo.

O volume de água necessária para agricultura foi avaliada em 28,2 milhões de m³ enquanto as extrações são da ordem de 22 milhões de m³/ano, ou seja, existe um déficit de cerca de 6 milhões de m³/ano (INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, INGRH, 2005).

Vale salientar que apesar destes problemas, as potencialidades da agricultura cabo-verdiana ainda estão longe de ser convenientemente exploradas. A agricultura de regadio, por exemplo, dispõe de um potencial certo para aumentar a oferta de produtos agrícolas, se se considerar a fraca tecnologia utilizada nessa produção.

O DSA (2002, p. 52) assevera que o setor agrícola embora ocupe apenas 10% da superfície do país, é um setor de importância crucial no desenvolvimento socioeconómico do país, permitindo a subsistência de um grande numero de famílias cujo sustento e organização da vida familiar estão estreitamente associados à terra. E, ainda salienta que um bom ano

agrícola provoca mudanças significativas das variáveis macroeconômicas, nomeadamente a inflação e o poder de compra dos consumidores, através da queda dos preços no mercado interno. Veremos a seguir a contribuição que o setor agrícola cabo-verdiano dá à economia nacional.

3.2 A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA À ECONOMIA

A economia de Cabo Verde é orientada, principalmente, pelo setor de serviços, que continua a ser, ainda hoje, o principal impulsionador da economia representando mais de 70% do PIB. No início da década passada, o setor primário e o secundário contribuíram, respectivamente, com 11,5 % e 17,2%, para a formação do PIB. A contribuição do setor agrícola para a formação deste índice tem vindo a diminuir ao longo das últimas décadas, de 11,8% para 4,8%, no período de 1992 a 2006, para atingir 4,8% no ano de 2006, como pode ser observado na Tabela 4.

TABELA 4
Contribuição do Setor Agrícola para a Economia de Cabo Verde

PIB por Setores	1992	2001	2002	2003	2004	2005	2006
PIB (milhões de euros) *	-	-	-	721,2	749,5	827,7	954,3
PIB Agricultura	11,8	11,3	11,2	9,7	7,4	5,2	4,8
PIB Construção	-	-	-	6,5	7,8	8,2	9,2
PIB Indústria	21,9	17,2	17,2	7,9	7,2	7,1	7,0
PIB Serviços	66,3	71,5	71,6	56,3	60,4	59,8	52,3
PIB Turismo	-	-	-	10,9	11,2	10,4	18,3

Fonte: Câmara do Comércio, Indústria e Turismo de Cabo Verde e Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Agricultura (2004).

*1 Euro = 110,265 ECV (valor fixado desde 1998 pelo Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde).

Através dos dados da tabela percebe-se que a contribuição da agricultura para a formação do PIB tem vindo a diminuir ao longo das últimas décadas. Isso deve-se, entre

outros fatores, à vulnerabilidade do país face à produção agrícola, ou seja, apenas 41.090 hectares da superfície do país é propícia à prática dessa atividade.

Apesar de se desenvolver em condições bastante difíceis, devido à escassez de recursos naturais, sobretudo solos e água, e às práticas arcaicas de exploração da terra, a agricultura continua desempenhando um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico do país, gerando emprego e renda tanto para as populações rurais como também para as urbanas. Este setor, atualmente, constitui a principal fonte de emprego para cerca de 30% da população economicamente ativa do país (INQUÉRITO AO EMPREGO, 2008).

Não se pode também deixar de reconhecer o papel estratégico que esse setor desempenha na segurança alimentar e na estabilização de preços, sobretudo dos gêneros alimentícios, cobertos pela produção interna. A manutenção desta atividade contribui, igualmente, para limitar o êxodo rural em direção às cidades, que por sua vez contribui para o aumento de fenômenos como a pobreza, criminalidade, violência entre outros.

Em face ao exposto nota-se que, apesar das políticas públicas ao longo destes últimos anos terem dado uma atenção especial para a agricultura ainda existe a necessidade do governo nacional criar políticas públicas eficientes e que se adequem às reais necessidades dos agricultores do país para dessa forma desenvolver a agricultura que apesar de todos os problemas de que padece, ainda assim apresenta potencialidades que se forem convenientemente exploradas poderão trazer grandes ganhos para a economia do país.

A seguir serão apresentados os principais programas do governo destinados ao desenvolvimento da agricultura em Cabo Verde.

3.3 OS PRINCIPAIS PROGRAMAS DO GOVERNO DIRIGIDOS AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

Para ultrapassar os vários problemas com os quais o país se defronta e promover o desenvolvimento do setor agrícola, o governo cabo-verdiano vem desenvolvendo inúmeros programas e planos de ação que visam dinamizar esse setor. De acordo com os atores governamentais ligados à questão agrícola no país, os principais programas levados a cabo pelo governo para solucionar e desenvolver esse setor são os seguintes:

- O Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA);

- O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP);
- O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR);
- O Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura na Ilha de Santiago (PADA); e
- O Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA).

3.3.1 Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA)

Este programa foi elaborado pelo governo de Cabo Verde com a ajuda da FAO para vigorar por um período de quatro anos, ou seja, de 2007 a 2011. O PNSA visa promover a coordenação e articulação global de todas as iniciativas em matéria de segurança alimentar, estimular a mais ampla e diversificada participação dos atores a todos os níveis, facilitar o diálogo e a concertação, participar na mobilização de financiamentos e promover sinergias em prol da eficácia global do combate à insegurança alimentar e vulnerabilidade.

O PNSA tem como principal objetivo contribuir para reforçar as políticas públicas e as ações no domínio da segurança alimentar, bem como reduzir a vulnerabilidade e a insegurança alimentar no país. Os objetivos específicos que esse programa pretende atingir são os seguintes:

- Promover uma agricultura e pesca mais produtiva, mais diversificada e mais durável;
- Garantir a disponibilidade e a estabilidade dos produtos alimentares no abastecimento dos mercados centrais e periféricos;
- Melhorar o acesso económico aos bens alimentares e aos serviços sociais de base;
- Reforçar os dispositivos de prevenção e gestão das crises no quadro do sistema de segurança alimentar;
- Assegurar o reforço das capacidades dos setores e a promoção de uma boa governança da segurança alimentar; e

- Garantir a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água com vista à proteção da saúde pública e do consumidor.

O público alvo das intervenções desse programa são os agricultores, criadores de gado, pescadores, bem como, associações comunitárias de base, ONG's, instituições de micro-finanças e a população em geral.

Para que os objetivos do PNSA sejam atingidos este programa precisa do apoio de alguns parceiros, cuja participação constitui não só uma condição desejável como indispensável para o sucesso desse programa. As instituições públicas, o setor privado, as ONG's, as associações comunitárias de base e os sócio-profissionais, a nível central e local, desempenham papéis complementares e igualmente importantes em todas as fases deste programa. O Quadro 2 nos mostra os atores envolvidos por âmbito de intervenção do PNSA.

Atores por domínio de Intervenção do PNSA					
DGASP Direção Geral do Ambiente INERF INIDA Direção Geral das Pescas INDP Associações de Agricultores, Pescadores e Criadores Cooperativas Setor Privado	ANSA Operadores Econômicos Direção Geral da Cooperação Internacional Setor Privado	Direção Geral da Solidariedade Social Fundação Cabo-Verdiana de Solidariedade ONGs PNLP ICASE ICF Setor Privado Câmaras Municipais	Sistema de Informação para a Segurança Alimentar Sector Privado	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e DSSA em articulação com os sectores implicados Sector Privado	Serviços de Inspeção da Direção Geral das Pescas ARFA Direção Geral da Saúde Serviços de Inspeção do MAA INGRH INIDA Câmaras Municipais Sector Privado
Produção, Diversificação e sustentabilidade da produção agro - alimentar	Disponibilidade e estabilidade dos produtos no mercado	Acesso económico aos bens alimentares e aos serviços sociais básicos às populações	Prevenção e gestão de crises alimentares	Reforço da capacidade dos atores, da boa governança e da segurança alimentar	Qualidade da água e da dieta alimentar

Quadro 2: Atores envolvidos por domínio de intervenção do PNSA.

Fonte: Programa Nacional de Segurança Alimentar (2007-2011).

A natureza e a complexidade dos desafios que o presente programa de segurança alimentar coloca à nação cabo-verdiana requerem o engajamento efetivo de parceiros nacionais e internacionais, tanto no equacionamento de soluções e com participação na sua implementação, quanto no seu financiamento. A mobilização de doadores e outros parceiros para financiarem os projetos que o compõem é um dos maiores desafios do PNSA.

Pela abrangência do PNSA, o financiamento dos seus projetos provém de basicamente cinco fontes: o tesouro público, o setor privado, as organizações da sociedade civil, os parceiros da cooperação multilateral, os parceiros bilaterais e as instituições financeiras internacionais.

O Tesouro Público constitui a primeira fonte de financiamento deste programa, por intermédio da dotação orçamental anual de recursos para financiar, sobretudo ações de caráter emergencial, mas também projetos com impacto na redução da vulnerabilidade e insegurança alimentares a médio e longo prazo.

O Setor Privado é outro importante parceiro deste programa, sobretudo no que toca à persecução dos objetivos da segurança alimentar, nomeadamente no financiamento de atividades que contribuem para o aumento da produção e redução do déficit alimentar e para a melhoria da qualidade e disponibilidades dos produtos nos mercados.

As Organizações da Sociedade Civil financiam ações de solidariedade com impacto imediato sobre as condições de alimentação das populações, mas promovem igualmente um sem número de ações que contribuem para a criação e melhoria de emprego e de auto-emprego, para o aumento e estabilidade do rendimento das famílias, nomeadamente através da formação e de micro-financiamento para atividades geradoras de rendimento. Enquadradas numa estratégia e programa bem definidos, estas ações contribuem decisivamente para a redução da vulnerabilidade e insegurança alimentares.

Os Parceiros da Cooperação Multilateral, sobretudo o SNU, a EU e o CILSS, são instituições internacionais profundamente engajadas com a problemática da segurança alimentar e com longa tradição e ampla experiência de cooperação e financiamento de projetos em Cabo Verde, constituindo-se, por conseguinte, potenciais financiadores privilegiados do presente PNSA.

Alguns Parceiros Bilaterais têm disponibilizado recursos regulares através de programas de cooperação bilateral para financiar projetos em domínios específicos que têm a ver com a segurança alimentar. Tais iniciativas devem ser mantidas e incentivadas, porém direcionadas para financiamento de projetos enquadrados no PNSA.

As Instituições Financeiras Internacionais concedem empréstimos para alguns projetos estruturantes, sobretudo nos setores da agricultura, pesca e infra-estruturas, que contribuem para o aumento da produção alimentar e para a melhoria das condições de distribuição de alimentos.

O orçamento do presente programa engloba o orçamento de investimento dos projetos que consubstanciam o Programa de Investimento cujo resumo se encontra no Quadro 6, em anexo, e o orçamento de execução dos mecanismos de implementação do Programa.

O orçamento indicativo do Programa de Investimento para o período 2007 – 2011 chega ao montante de 16.556.137,80 escudos, repartidos pelos seis domínios que o compõem.

3.3.2 Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP)

A diminuição da pobreza em Cabo Verde é um dos principais objetivos almejados pela política de desenvolvimento adotada pelo Governo. O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações mais pobres e vulneráveis do país.

Este Programa vigorou de 1998 a 2002 e estabeleceu como objetivo geral: promover a redução sustentada e durável da pobreza no país. Os objetivos específicos são os seguintes:

- Promover a integração dos grupos e comunidades pobres da população no processo de desenvolvimento;
- Melhorar os indicadores sociais dos pobres; e
- Reforçar a capacidade institucional nacional a nível central, municipal e local para a formulação, coordenação e implementação de políticas e seguimento de atividades de luta contra a pobreza.

Os grupos alvos de intervenção desse programa são mulheres, principalmente as chefas de família; desempregados, sobretudo os jovens; grupos em situação de vulnerabilidade²⁵ e trabalhadores das FAIMO.

Cabe frisar que o PNLP não foi um programa assistencialista. Ele assumiu o princípio segundo o qual só se pode sair da pobreza por esforço próprio.

²⁵ Os grupos em situação de vulnerabilidade são constituídos por pessoas e famílias que vivem em situações de grande carência e/ou de risco, muitas vezes agravadas pela doença, velhice ou invalidez. São pessoas que comprovadamente não podem, por si sós, assegurar a sua subsistência e que vêm beneficiando dos programas de assistência, tanto públicos, como privados, estas a cargo de organizações não-governamentais

Para financiar esse programa o governo de Cabo Verde contraiu crédito junto de várias instituições regionais e internacionais, a saber: IFAD, IDA, BAD, PNUD e Cooperação Austríaca.

Os principais projetos do PNLP e seus financiadores encontram-se descrito abaixo no Quadro 3.

Principais Projetos do PNLP	Montante	Duração	Área de abrangência das intervenções
Projeto de Desenvolvimento do Setor Social (PDSS)	18,1 milhões USD (crédito): 90% AID (Associação Internacional para o Desenvolvimento) e 10% Governo de Cabo Verde	4 anos (2000 a 2004)	Nacional
Projeto de Promoção Socioeconômica de Grupos Desfavorecidos (PSGD)	781 milhões ECV (crédito): 90% BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) e 10% Governo de Cabo Verde	5 anos (2000 a 2005)	Santo Antão São Vicente Santiago
Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR)	18,335 milhões USD (crédito): 50% FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), 36% Governo de Cabo Verde e 14% Beneficiários	9 anos (2000 a 2009)	Santo Antão (Paúl, Porto Novo e Ribeira Grande) São Nicolau Fogo Brava Santiago (São Miguel e Tarrafal)

Quadro 3: Principais Projetos do PNLP e seus Financiadores

Fonte: Programa Nacional de Luta contra a Pobreza.

Apesar dos esforços empreendidos pelo governo, este programa ao final dos cinco anos de vigência não conseguiu alcançar todos os seus objetivos propostos. Cabe ressaltar que houve algumas melhorias na condição de vida da população pobre do país graças ao programa, mas infelizmente continuam persistindo dificuldades no que toca ao combate da pobreza.

O Governo, no ano de 2000, implementou um novo programa, denominado de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), cujos objetivos já se inseriam no quadro do PNLP.

3.3.2.1 Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR)

Este programa surgiu como resposta a uma solicitação por parte do governo no sentido de implementar a sua política de redução da pobreza que se encontrava inscrita no PNLP. Ele foi criado para vigorar por um período de nove anos, ou seja, de 2000 a 2009. Tinha como principal objetivo melhorar as condições de vida das populações pobres que residem no meio rural, por meio do reforço da capacitação dos grupos locais, comunidades de pobres rurais, seus dirigentes, parceiros da sociedade civil e da administração local. Em virtude disso, o programa visava aumentar o capital social das populações pobres que vivem no meio rural, dando-os capacitação e os mobilizando na definição e implementação de ações de luta contra a pobreza e aumentando a sua capacidade de concepção metodológica com o objetivo de promover um processo de assunção de compromisso de desenvolvimento das populações rurais pelos seus próprios membros e associações comunitárias. Esse envolvimento de todos os beneficiários no processo é fundamental para o sucesso desse programa.

Os objetivos específicos que nortearam esse programa foram os seguintes:

- Criar em cada uma das áreas de intervenção do programa uma comissão regional de parceiros Comissões Regionais de Parceiros (CRP) que teria como função conceber e implementar uma estratégia específica de luta contra a pobreza a nível local;
- Estabelecer através da transferência de recursos financeiros às CRPs, um mecanismo flexível compatível com as práticas financeiras admitidas pelo governo de Cabo Verde;
- Garantir às CRPs uma autonomia de decisão e de execução mediante o estabelecimento de um controle da utilização dos recursos realizados apenas a *posteriori*;
- Instaurar uma colaboração efetiva entre as CRPs e a administração pública aos níveis central e local.

Apesar de ter tido uma abrangência nacional, este programa definiu como ilhas de intervenção prioritárias: Santo Antão, Fogo, Brava, São Nicolau e dois municípios da ilha de

Santiago (Tarrafal e São Miguel). A escolha dessas ilhas foi feita com base em alguns critérios e indicadores, a saber: incidência da pobreza nestas comunidades, ilhas e municípios tendo como referência o PNLP e Inquérito sobre a Vulnerabilidade das Famílias (ISVAF); ausência de programas de luta contra a pobreza, em andamento, nessas comunidades seja por iniciativa do governo seja de outros parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde; existência de grupos sociais vulneráveis e desprotegidos nas comunidades que justifiquem a implementação de uma unidade descentralizada de redução da pobreza; e comunicação e facilidade de deslocação das áreas dos locais de intervenção com a sede do PLPR, a cidade da Praia.

Os grupos alvos de intervenção deste programa são: famílias chefiadas por mulheres; famílias com pessoas idosas e com crianças pequenas; famílias numerosas, com muitas crianças, com pais sem trabalho ou emprego fixo, ou ainda sem outras fontes de renda; jovens desempregados que desejam constituir uma família, mas que não têm capital; famílias sem terra; famílias vivendo, sobretudo da pesca artesanal e famílias que dependem essencialmente dos trabalhos públicos (FAIMO).

Tendo em conta os recursos limitados este programa se assenta no princípio de intervenção solidária em que todos os atores participam no financiamento das atividades. Desta forma as fontes de financiamento desse programa são o tesouro nacional, as populações rurais pobres, os municípios e o FIDA, mas as comunidades podem e devem mobilizar outros parceiros.

3.3.3 Plano de Ação para o Desenvolvimento Agrícola na Ilha de Santiago (PADA)

O Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura na Ilha de Santiago é resultante das políticas e estratégias do Governo e da vontade dos parceiros do desenvolvimento de apoiarem o desenvolvimento agrícola de Cabo Verde. O setor agrícola aparece como um setor prioritário de desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde com enfoque para a luta contra a pobreza no meio rural.

Este Plano integra uma visão de desenvolvimento agrícola para a ilha de Santiago, cujos objetivos a atingir, as orientações estratégicas delineadas e os mecanismos de implementação visam a curto, médio e longo prazo mudar de forma gradativa a situação

existente e gerir adequadamente as tendências constatadas nos diferentes domínios estratégicos do desenvolvimento agrícola.

Este plano foi elaborado em 2009 para vigorar por um período de três anos, ou seja, de 2009 a 2012.

Tem como objetivo primordial aproveitar de forma sustentável os recursos naturais com vista a aumentar a produção e produtividade agrícola da ilha de Santiago, combate à pobreza rural e insegurança alimentar.

Especificamente, este plano visa atingir os seguintes objetivos:

- Aumentar a disponibilidade de água para o desenvolvimento da agricultura;
- Valorizar o potencial agropecuário existente;
- Valorizar o potencial haliêutico; e
- Promover a gestão e exploração sustentável dos recursos naturais.

Os principais financiadores deste plano são: o Tesouro Público, MCA, Banco KFW, Universidade de Turim e o FIDA.

O reforço da agricultura da ilha de Santiago, como atividade económica de desenvolvimento rural sustentável e a melhoria das condições de vida das populações rurais, constituem um grande desafio para o governo de Cabo Verde.

Para se contornar esses desafios as prioridades devem ser concentradas no melhoramento das explorações familiares, por intermédio de sistemas de produção agrosilvo-pastoris adequadas às condições climáticas das regiões, resistentes aos choques locais, intensivas, diversificadas e orientadas para produtos de alto valor agregado.

Os investimentos pesados em termos de ordenamento e infra-estruturas não podem ser viabilizados senão na base de uma dinâmica local e regional, suportada por organizações de camponeses e pescadores, orientados para os produtos de alto valor acrescentado. Ainda, a nova agricultura deverá focalizar-se na prestação de alguns serviços, como por exemplo, o turismo rural.

O Plano de Ação deve basear-se na abordagem da integração setorial, favorecendo e promovendo as sinergias e complementaridades.

Neste momento encontram-se em curso alguns projetos na ilha de Santiago, a saber: projeto de proteção e conservação do ambiente, modernização do setor agrário e desenvolvimento rural, garantia de segurança alimentar às populações, reorganização e desenvolvimento das pescas, entre outros. Estes projetos encontram-se resumidos no Quadro 7 em anexo.

É de ressaltar que não se encontram disponíveis todas as informações para permitir uma análise criteriosa e eficaz dos reais impactos da maior parte dos projetos.

3.3.4 Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA)

Os sucessivos governos de Cabo Verde têm demonstrado uma grande preocupação com relação à preservação dos ecossistemas e ao enquadramento das Instituições com vocação para a gestão ambiental. É neste contexto que o Governo elaborou este Plano de Ação para vigorar por um período de dez anos, ou seja, de 2004 a 2014.

Este Plano objetiva primordialmente fornecer uma orientação estratégica para o uso racional de recursos naturais e a gestão sustentável das atividades econômicas.

Os seus objetivos específicos são:

- Definir as orientações políticas principais para a gestão dos recursos naturais;
- Identificar as oportunidades ambientais e prioridades de desenvolvimento;
- Identificar as intervenções que facilitem o uso efetivo e eficaz de recursos naturais;
- Definir as estruturas institucionais e os mecanismos necessários para a coordenação intersetorial;
- Promover a integração das preocupações ambientais nos planos de desenvolvimento socioeconômico; e
- Promover a melhoria das condições de vida da população.

Os principais problemas ambientais são resultantes de uma gestão inadequada de recursos naturais nos meios rural e urbano, provocados pela economia de consumo, liberalizada sem as adequadas mudanças sociais e econômicas e pela pobreza, que acaba afetando, principalmente as populações rurais, funcionando esta última como causa e efeito da

degradação ambiental. As mudanças climáticas também provocam graves problemas ambientais.

A agricultura é um dos setores priorizados por esse Plano. Priorizam-se a curto, médio e longo prazo, intervenções integradas baseadas na investigação e introdução de práticas agrícolas e tecnologias mais rentáveis para solucionar os múltiplos problemas que afetam direta ou indiretamente as populações rurais, bem como a busca de alternativas ao uso da lenha e de outras biomassas.

O financiamento desse Plano foi feito inteiramente pelo Tesouro Público.

De um modo geral pode-se afirmar que existem impactos positivos evidentes e visíveis dos programas e dos planos de ação destinados ao desenvolvimento agrícola.

No entanto é importante realçar que persistem ainda constrangimentos aliados a esta matéria, nomeadamente no que concerne à falta de coordenação entre os vários projetos, recursos humanos capacitados para a execução integral desses programas e projetos, projetos que muitas vezes não correspondem às reais necessidades do setor, ao desbloqueamento das verbas, além de outros.

Em regra, o desbloqueamento tardio das verbas dificulta a gestão temporal da implementação das atividades previstas levando a uma redução da eficácia das ações empreendidas, acarretando ainda trabalhos suplementares de adequação dos planos de atividades e reprogramação.

A falta de um sistema eficiente de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos programas constitui uma fraqueza perante a necessidade de avaliar a eficiência e a eficácia das atividades e resultados ao longo do projeto, de forma a identificar em tempo oportuno eventuais fatores de bloqueio no sentido de facilitar a reorientação das estratégias e dos mecanismos de implementação.

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA EM CABO VERDE

Como sabido não existe uma única nem melhor definição sobre o que sejam políticas públicas, mas o problema ainda é maior com relação à definição do que são políticas públicas para a agricultura. Aliás, como nos mostra Leichter (1979) *apud* Stromquist (1996, p. 1) nunca houve nenhum outro conceito na área de ciências sociais que sofreu tantos abusos e equívocos nas últimas décadas como esse conceito.

Muller (2007, p .41) também aponta que a maioria dos estudos sobre este tema não tem mostrado muita preocupação no que toca às definições quando enfatizam que “o foco destes estudos é a análise dos impactos e resultados das políticas, em um caráter normativo, de avaliações feitas sob encomenda e direcionadas por órgãos governamentais”. Esta autora ainda aponta que um dos trabalhos que se constitui em uma exceção à essa regra é o trabalho de Delgado (2001), que é um dos mais relevantes estudos voltados para a área das políticas públicas dirigidas à agricultura.

Este autor assegurou que uma das principais formas de intervenção do Estado na agricultura se dá através das políticas macroeconômicas e setoriais.

As políticas macroeconômicas são políticas criadas para estabilizar o funcionamento do sistema econômico e que pela sua importância afetam todos os setores da sociedade. Essas políticas buscam atingir determinados fins que podem ser resumidos basicamente a quatro: estabilidade de preços, alto nível de emprego, distribuição de renda e crescimento econômico. Para se atingir esses fins, elas se utilizam de alguns instrumentos como, por exemplo, a política fiscal, monetária, cambial e comercial.

Tomich, Kilby e Johnston (1995) destacam que o governo no desenvolvimento agrícola deve ter um cuidado especial na efetivação de suas políticas macroeconômicas, visto que elas são vitais na criação de um ambiente propício ao desenvolvimento desse setor, como por exemplo, taxa de câmbio próxima do equilíbrio, taxas de juros reais próximas do custo de oportunidade do capital, e política fiscal cautelosa de forma que o governo tenha condições de manter ou ampliar a estrutura produtiva da agricultura.

O setor agrícola é um dos setores afetados direta ou indiretamente por essas políticas e mediante o rumo que essas políticas tomarem, este pode se desenvolver, estagnar ou tornar-se inviável.

Por outro lado, existem as políticas setoriais que também são políticas econômicas construídas com o objetivo de influenciar um determinado setor da economia. As políticas setoriais, nomeadamente, as agrícolas e agrárias, precisam se adequar às políticas macroeconômicas tendo em conta que há uma interdependência entre o comportamento da economia global e a condução das políticas econômicas nacionais.

Para Muller (2007, p. 42) no caso do setor agrícola, as políticas para esse setor podem ser classificadas em três categorias:

- **Políticas Agrícolas** que são constituídas pelas políticas de mercado (preços, comercialização, crédito), pelas políticas estruturais (fiscal, de pesquisa

tecnológica e de extensão rural, de infra-estruturas, de recursos naturais e meio ambiente). Essa política de acordo com a autora costuma ter efeitos conjunturais, sobre os preços e o comportamento dos agricultores, e também estruturais.

- **Políticas Agrárias** são políticas destinadas a intervir na estrutura da propriedade e da posse da terra existente no meio rural, a partir da sua transformação e regularização. Essas políticas apresentam um caráter estrutural e de longo prazo, necessários para o desencadeamento de um processo que não se limite ao desenvolvimento agrícola, mas também ao desenvolvimento rural sustentado.
- **Políticas ou Programas diferenciados de Desenvolvimento Rural** têm como objetivo atingir determinadas partes do mundo rural, sobretudo aquelas que foram excluídas durante o processo de modernização produtiva e que por conta disso ficaram marginalizados. Essas políticas visam associar as políticas agrícolas e agrárias, tendo em conta as necessidades especiais das comunidades atendidas. Delgado afirma que essas políticas costumam enfrentar muitos problemas e são na sua maioria ações fracassadas, mas que servem de experiência.

É de ressaltar que o conceito de política agrícola é amplo e tem que englobar todas as ações do governo dirigidas ao meio rural não se restringindo apenas às esferas no campo da produção, produtividade e preços.

Para Lamounier (1994, p.2) políticas agrícolas são

Conjunto de ações de governo dirigidas de forma específica ao setor agropecuário, tendo como objetivos: a) reduzir os custos de produção- abrangem desde investimentos públicos em pesquisa e infra-estrutura (armazéns, estradas, transporte, irrigação e eletrificação rural) a gastos com educação e saúde; b) estabilizar a renda do produtor; e; c) prover crédito. Naturalmente outras ações governamentais, como as políticas cambiais, de comércio exterior, de proteção à indústria ou ao meio ambiente, de tributação ou controle dos preços internos podem ter, e efetivamente têm tido impacto significativo sobre o desempenho do setor agropecuário (LAMOUNIER, 1994, p. 2).

A intervenção do Estado nas políticas agrícolas, ou na agricultura cabo-verdiana, decorre da necessidade desse órgão proteger e apoiar algumas dificuldades que alguns setores enfrentam para participar do mercado, ou ainda como um agente regulador, que procura corrigir as imperfeições do mercado.

Em Cabo Verde as primeiras políticas públicas destinadas à agricultura foram criadas com o propósito de combater o déficit alimentar decorrente de uma grave seca causada pela falta de chuvas que provocou maus anos agrícolas, na década de sessenta e início da década de setenta.

A independência nacional, em 1975, encontrou o país economicamente fragilizado e o PAIGC tinha que implementar as propostas e as políticas do partido, dos grupos sociais que os haviam apoiado, e obviamente da sociedade em geral.

A principal preocupação do governo era com o desenvolvimento socioeconômico que, numa primeira fase, assentar-se-ia na agricultura. Em virtude disso, havia a necessidade de se proceder a algumas transformações no tocante às relações de propriedade, aos padrões das relações de trabalho e à política agrícola vigente na época.

Nas palavras de Furtado (1988)

A interligação entre a agricultura e o desenvolvimento socioeconômico da sociedade cabo-verdiana, fica clara quando percebemos que, nessa época, a preocupação fundamental era a modernização da agricultura. Ou seja, modificar a estrutura agrária para melhorar as condições de produção, através de novas técnicas e novas relações de propriedade, de produção e de produtividade (FURTADO, 1988, p.103).

Em Cabo Verde as primeiras formas de intervenção do Estado, propriamente dita, na agricultura foi, com o propósito de combater o déficit de produção alimentar e para fazer face a esse problema o governo procedeu à arrecadação de recursos para os projetos de desenvolvimento, por meio da nacionalização de grandes propriedades fundiárias e do aumento do imposto sobre as transferências e as propriedades. O governo despendeu grande quantidade dos recursos arrecadados no desenvolvimento do setor primário (agropecuário e pesca) visando reverter o processo de desertificação crescente, por forma a aumentar a produção agrícola e atender a demanda interna bem como a transferência de recursos para o Estado mediante a exportação e através da “distorção dos preços relativos” em detrimento dos preços agrícolas.

Essas medidas tinham como objetivo passar de uma agricultura de subsistência para uma agricultura moderna e capaz de gerar excedentes.

No início da década de 80 elaborou-se o I PND (1982-1985) que foi considerado a primeira estratégia de desenvolvimento do país. Esse plano não era apenas um instrumento de intervenção pública. Ele era visto como algo necessário para eliminar as seqüelas da dominação colonial e tinha como objetivo a construção de uma economia nacional independente.

Nos dizeres de Vaia (2000)

A planificação era considerada uma exigência do desenvolvimento devido à escassez dos recursos internos, à grande dependência do exterior e às dificuldades a enfrentar. A direção eficiente da economia exigia uma planificação rigorosa orientada segundo o princípio do centralismo democrático (VAIA, 2000, p.104).

Segundo este autor, o Estado desempenhava um papel primordial na condução do desenvolvimento planificado: “o esforço principal do desenvolvimento dependeria do Estado e da produção popular”.

O Estado tinha como função desempenhar um papel determinante em todas as áreas: criação e gestão de unidades de produção mais importantes e mais complexas, poupança, investimentos, controle do comércio externo, da moeda e das atividades financeiras. O setor produtivo estatal ocuparia uma posição dominante na economia e a organização do aparelho econômico do Estado deveria corresponder exatamente a essa posição.

De acordo com Furtado (1988, p. 105), nesse período, as principais medidas adotadas pelo governo no tocante à questão agrária assentavam-se em nove pontos cruciais: nacionalização de diversas propriedades fundiárias; proibição do sub-arrendamento rural; alheamento dos bens imóveis de proprietários absentistas residentes no exterior; nacionalização das águas subterrâneas; criação de uma comissão para a elaboração das leis da reforma agrária; criação do Instituto Nacional das Cooperativas em empresas agro-industriais; aprovação das leis de base da reforma agrária; reordenamento territorial e criação do Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA).

Uma das mais importantes ações destinadas à agricultura na década de 80 foi a criação desse Instituto em 1985. O INIA teve um papel muito relevante no desenvolvimento de pesquisas em áreas de inovação tecnológica, desenvolvimento e melhoramento genético de novos insumos, combate às pragas e a procura por novas culturas que se adaptassem melhor às condições climáticas do país.

Essas medidas aliadas aos investimentos maciços que o governo fez na agricultura e no desenvolvimento rural se fizeram sentir das mais variadas formas. Produziram-se transformações profundas no setor agrícola no que se refere à diversificação da produção, ao aumento da área cultivada, ao uso e posse da terra, ao emprego de novas tecnologias e às relações com outros setores da economia.

Outras medidas também foram levadas a cabo pelo governo como, por exemplo, a arborização de uma área crescente da superfície das diferentes ilhas visando reduzir os efeitos da devastação ecológica e conter o avanço da desertificação.

O II PND foi elaborado para vigorar por quatro anos, isto é, de 1986 a 1990, e no que concernia ao setor agrícola este plano definiu como principais metas para o desenvolvimento desse setor: a luta contra a desertificação e erosão pelo alargamento das tarefas de preservação e valorização do patrimônio fundiário e pela reflorestação; mobilização e valorização dos recursos hídricos; desenvolvimento do processo da Reforma Agrária pela abolição da parceria e das formas indiretas da exploração da terra; desenvolvimento do movimento associativo pela consolidação das organizações cooperativas agropecuárias existentes, apoio às cooperativas de consumo e a novas iniciativas coletivas.

A preocupação com o emprego no meio rural era umas das maiores preocupações no meio rural, e em virtude disso se criou a Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) que geravam empregos temporários para as populações rurais na área da construção e obras públicas com o objetivo de assegurar renda e garantir o consumo das famílias rurais com poucos recursos.

Os investimentos públicos direcionados ao desenvolvimento rural nesse período foram de 22%²⁶ e foram os maiores registrados se comparados aos investimentos realizados nos outros setores. Isso demonstra a importância estratégica que se via no desenvolvimento rural como meta para se atingir o desenvolvimento econômico que seria assentado na industrialização.

O governo desenvolveu um papel fundamental no apoio técnico e financeiro que foi de suma importância na medida em que permitiu às empresas pertencentes ao estado e as cooperativas agrícolas terem um papel ativo na condução das políticas públicas agrícolas. Estas empresas e cooperativas agrícolas dinamizaram o processo de reconversão agrícola e introduziram novas técnicas e práticas de produção, como por exemplo, o trabalho cooperativo e as formas de ajuda mútua, tanto em termos técnicos como nas relações de trabalho.

De acordo com Barros (1991, p.4), a partir de 1988 apesar de se ter conseguido atingir alguns objetivos no que toca ao desenvolvimento rural, ainda estava-se longe de se considerar que a estratégia de desenvolvimento baseado na substituição de importações tinha conseguido bons resultados em Cabo Verde. As críticas a essa estratégia levaram a que se abandonassem as políticas de industrialização por substituição de importações e se optasse por uma mudança de estratégia de desenvolvimento.

²⁶ Dados do I e II PND.

Na década de 90 as mudanças que estavam a ocorrer no cenário internacional e o processo de democratização dos países africanos levaram a que em setembro de 1990 o PAICV adotasse oficialmente uma política de transição para o pluripartidarismo. Foi nesse contexto que surgiram novos partidos políticos como o Movimento para a Democracia (MPD) liderado por Carlos Veiga. No dia 13 de janeiro de 1991 foram realizadas as primeiras eleições legislativas pluripartidárias na qual o MPD saiu vencedor derrotando o PAICV e pondo fim a um regime de partido único que havia governado o país por quinze anos.

O governo saído dessas eleições e liderado pelo então primeiro ministro Carlos Veiga optou pela mudança de uma estratégia de desenvolvimento centrada no mercado interno (*inward-looking*) para outra virada para o mercado externo (*outward-looking*).

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 1997-2000, p.16) salienta que :

A partir de 1991, o novo governo eleito adotou uma nova estratégia de desenvolvimento económico em que o mesmo empregava os instrumentos de controle indireto na economia. Esta estratégia preconizava uma economia de mercado e a integração dinâmica de Cabo Verde na economia mundial. Tal estratégia implicava a criação de condições capazes de atrair o investimento externo e garantir a livre circulação de pessoas, capitais, mercadorias e tecnologia. Assegurava ao país, igualmente, uma melhor participação no comércio internacional e ainda a promoção da iniciativa empresarial endógena (PND, 1997-2000, p. 16).

Nesse período, o Governo passou a ter como principal objetivo a inserção de Cabo Verde no sistema económico mundial, assente na valorização do mercado e a deslocar para a iniciativa privada o papel que até aí havia sido desempenhado pelo Estado na atividade produtiva. Com o Estado abrindo mão do controle direto da economia as empresas privadas passaram a assumir um papel fundamental no sistema económico.

De acordo com o Ministério das Finanças e do Plano de Cabo Verde (MFP) *apud* Vaia (2000, p. 123)

*Ao Estado competia fundamentalmente o exercício de tarefas de gestão macroeconómica, o desenvolvimento de um sistema adequado de ensino e formação profissional e o investimento no desenvolvimento dos recursos humanos e das infra-estruturas que contribuam para reduzir os custos, integrar os mercados e difundir a informação (MFP, *apud* VAIA, 2000, p. 123).*

Este autor ainda ressaltou que essas mudanças levaram a que o papel do Estado fosse repensado, o que influenciou sobre os demais setores da economia, inclusive sobre o setor agrícola. A política agrícola anteriormente concebida para uma economia fechada teve que ser modificada e adaptada a uma economia aberta com o Estado menos intervencionista.

Nesse período, entrou em vigor o III PND (1992-1996) que definiu como principais estratégias a atração de capital externo, o desenvolvimento de empresas conexas, o desenvolvimento de setores especializados e, ao mesmo tempo, considerava como condicionantes a salvaguarda dos grandes desequilíbrios internos e externos, a luta contra a pobreza e o desemprego, o desenvolvimento equilibrado do conjunto das ilhas e a atuação contra os constrangimentos resultantes da descontinuidade territorial, da baixa produtividade associada aos elevados custos da mão-de-obra e a ausência de tradição produtiva moderna.

Ao longo da vigência desse plano, a Investigação Agrária desenvolveu diversos trabalhos ao nível dos recursos naturais, onde se incluem os solos, o meio ambiente, a vegetação, a água e ao nível das culturas tradicionais de regadio e de sequeiro. Contudo, na componente da produção e sanidade animal, as ações foram muito limitadas, na área da silvicultura, praticamente não houve intervenções e formação de agricultores praticamente não existiu nesse período (PND, p. 132).

Vale salientar que este Plano não dedicou muita atenção ao desenvolvimento rural, e, por conseguinte à agricultura.

O IV Plano Nacional de Desenvolvimento (1997-2000) previa as seguintes ações para o meio rural:

- Aumentar a produção e a produtividade;
- Adequar os sistemas de exploração da terra às condições do ambiente, numa perspectiva de utilização sustentável dos recursos, designadamente água e solos;
- Desenvolver o processo de integração da economia agrícola no mercado.

A estratégia para alcançar essas metas estaria assente em três vetores fundamentais nomeadamente, a preservação dos recursos naturais, o desenvolvimento do setor privado e o reforço institucional.

Vale ressaltar que seria imperativo que essas três áreas crescessem, em simultâneo e de forma articulada, para que o setor agrário pudesse desenvolver.

O crédito rural foi um aspecto que não foi muito abordado até essa época. O governo não deu a atenção devida a esse assunto. No período em que esse plano vigorou apenas 2,5% dos créditos concedidos pelo sistema bancário tradicional haviam sido concedidos ao setor agropecuário.

De acordo com esse Plano o sistema bancário da época não estava vocacionado para operar no referido setor. Tentaram-se outros meios para resolver o problema do crédito rural, como por exemplo, projetos com componentes que configuravam linhas de crédito, o sistema

semi-informal das Caixas de Poupança e Crédito e a Caixa de Crédito Rural, mas nenhum deles conseguiu alcançar o resultado esperado.

O Programa do Governo para a VI Legislatura (2001-2005) diferentemente da maioria dos planos e dos programas, anteriores, que não deram atenção merecida ao setor agrícola via esse setor como um setor fundamental da atividade econômica e social no país por gerar empregos, renda e na segurança alimentar da população. Por conta disso, o governo juntou todos os seus esforços na dinamização desse setor e orientou sua intervenção numa política de ordenamento do território, de conservação ambiental e na elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento direcionado a esse setor com vista a equacionar e impulsionar o desenvolvimento do mundo rural que havia sido esquecido durante longos anos.

Este Programa ressalta que os programas desenhados para o setor, até aquele período, não tinham sido concretizados, na sua globalidade devido à inadequação das estratégias e das atividades com relação aos objetivos propostos, devido a alguns fatores tais como:

A ausência de uma política de ordenamento agrário, uma vez que as bacias hidrográficas continuavam a não ser tratadas como unidades agrárias, a limitada utilização de tecnologia adequada à micro-irrigação apesar dos avanços registrados nessa área, a inexistência de um serviço de crédito agrícola, inexistência de uma política tarifária para a agricultura e de incentivo à economia da água e a deficiente aplicação da legislação existente (PROGRAMA DO GOVERNO PARA A VI LEGISLATURA, 2001-2005, p. 80).

Para fazer face a esses constrangimentos, o governo elegeu como principais metas, no domínio do desenvolvimento agrícola e rural:

- Aumento da produção, através da intensificação da produtividade tanto no sequeiro como no regadio e da diversificação dos rendimentos agrícolas e rurais;
- Adequação dos sistemas de exploração agrícola às condições edafo-climáticas, numa perspectiva de utilização sustentável dos recursos naturais.

Esse foi um período muito importante para a agricultura em Cabo Verde porque o governo além dos Planos Globais²⁷ elaborou vários planos setoriais para o desenvolvimento do setor agrícola, dentre os quais se destacam: o Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II), o Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Agricultura (PEDA), a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA) e o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza

²⁷ Referimos às Grandes Opções do Plano (GOPs), Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (ECRP) e ao Programa do Governo (VI Legislatura).

(PNLP). Foi no período de vigência desse programa que se construiu a primeira barragem do país. Essa infra-estrutura hidráulica tem como objetivo aumentar a disponibilidade de água para agricultura com ênfase na mobilização dos recursos superficiais, e trouxe muitos benefícios para os agricultores da região onde a mesma foi construída.

A elegibilidade de Cabo Verde ao *Millenium Challenge Account* (MCA), em virtude dos bons indicadores apresentados pelo país em algumas áreas, tais como, democracia e liberdades, IDH e desempenho econômico, também tiveram um impacto forte sobre a agricultura na medida em que esse programa disponibilizou cerca de 10.8 milhões de dólares para atividades que aumentassem a captação, o armazenamento e a distribuição das águas da chuva, que permitiriam aos pequenos agricultores e/ou criadores irrigar as suas parcelas e aumentar a produtividade agrícola.

De acordo com o Estado da Nação (2005, p. 50), mais de 400 hectares de sistemas modernos foram instalados, e este valor será multiplicado nos próximos anos, resultado, entre outros dos investimentos realizados no âmbito do MCA, no montante de, aproximadamente, 900 mil contos, dos quais 38 mil serão utilizados na concessão de crédito às micro-empresas agrícolas.

Verificou-se que graças às políticas públicas, aos investimentos do governo, aos parceiros de desenvolvimento de cabo verde e à ajuda que os mesmos dão ao país a modernização da agricultura, nesses últimos anos, conheceu progressos. Houve aumentos significativos da área irrigada com sistemas de rega modernos, diversificação das culturas, nomeadamente no domínio da horticultura, que contribuiu para aumentar a variedade de produtos agrícolas nos mercados internos.

O Programa do Governo para a VII Legislatura (2006-2011) reforça que

A ação do governo será orientada para uma melhor integração da atividade agrícola no processo de desenvolvimento económico e o reforço da multifuncionalidade do setor, articulando a proteção do ambiente, o ordenamento do território, a gestão dos recursos naturais com especial realce para a otimização da utilização da água, a segurança alimentar, a criação / manutenção de empregos e o aumento da produção e da qualidade (PROGRAMA DO GOVERNO PARA A VII LEGISLATURA, 2006-2011, p. 69).

Atualmente no país, como já foi mostrado no capítulo anterior, no que concerne às políticas públicas destinadas à agricultura, destacam-se: o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP), o Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), o Programa Nacional de Luta contra Pobreza no Meio Rural (PLPR) além de alguns Planos dentre os

quais se destacam: o Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura na Ilha de Santiago (PADA) e o Plano de Ação Nacional para o Meio Ambiente (PANA).

O MADRRM na implementação dessas políticas públicas para o setor agrícola tem canalizado todos os esforços na modernização do sector agrícola e no desenvolvimento de uma agricultura sustentável, baseada na valorização dos recursos naturais específicos das zonas agro-ecológicas (água, solos, bióticos) no reforço do capital humano e sócio-económico local para a optimização das suas capacidades produtivas (agrícolas e não agrícolas) com vista ao melhoramento das condições de vida sustentáveis das populações rurais e urbanas e a protecção e conservação do ambiente.

Assim um conjunto de medidas e políticas estão sendo materializados, em particular (i) a implementação duma política de protecção ambiental e dos recursos naturais; (ii) ordenamento do espaço rural, nomeadamente das bacias hidrográficas na perspectiva duma gestão integrada dos recursos hídricos e fundiários, associados ao desenvolvimento agro-silvo-pastoril; (iii) adequação entre a legislação e os instrumentos de promoção do novo contexto de desenvolvimento; (iv) adequação da capacidade técnica e organizacional dos operadores; (v) promoção de atividades economicamente rentáveis, tanto a nível do sector agrícola como de outros sectores geradores de rendimentos tais como o turismo rural, e (vi) definição e implementação duma política de formação e de investigação orientada para a resolução dos problemas identificados capazes de promover o desenvolvimento e a modernização da agricultura.

A seguir será apresentada a revisão de literatura sobre a importância da agricultura e das políticas públicas no processo de desenvolvimento de um país.

4. UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE AGRICULTURA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE UM PAÍS

Neste capítulo pretende-se fazer uma revisão de literatura sobre agricultura e políticas públicas. Será feita uma breve descrição das funções básicas da agricultura no processo de desenvolvimento econômico propostas por Johnston e Mellor, e que foram posteriormente complementadas pelas novas funções sugeridas por Timmer. Em seguida serão discutidos os papéis da agricultura na redução da pobreza. Na última seção serão estudados a relação entre o Estado, políticas públicas e agricultura.

4.1 AS FUNÇÕES DA AGRICULTURA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A agricultura apesar de já ter sido muito discriminada em função da industrialização, ainda assim, em pleno século XXI essa atividade continua sendo um instrumento fundamental no processo de desenvolvimento econômico.

Lucena (2000, p. 14) afirma que a agricultura desempenha um papel essencial na dinamização da indústria, do comércio e dos serviços, por intermédio do efeito multiplicador sobre o conjunto da economia. De acordo com Johnston e Mellor (1961), a agricultura desempenha cinco funções relevantes no processo de desenvolvimento econômico, tais como:

- Liberar mão-de-obra para ser utilizado na indústria com vista a conter o aumento dos salários pagos, para não deprimir a taxa de lucro e garantir a acumulação contínua de capital;
- Gerar divisas através da exportação de produtos agrícolas visando prover o desenvolvimento, adquirir bens e serviços importados e extinguir aos poucos a dívida externa;
- Transferir poupanças para investimentos na indústria e para a implantação da infra-estrutura econômica e social básica;

- Ofertar alimentos e matérias-primas o setor urbano-industrial sempre que a demanda crescesse em função do desenvolvimento e da intensificação do processo de urbanização; e
- Abrir mercado consumidor para bens industrializados, complementando os mercados urbanos.

Liberação de Mão-de-Obra para a Indústria

A agricultura no início do processo de desenvolvimento é responsável por mais de dois terço do produto total. Deste modo, a mesma proporção da população nacional encontra-se no meio rural. Com o início do processo de industrialização, essa atividade deixou de fornecer apenas alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial, como também passou a fornecer mão-de-obra.

Lucena e Souza (1999, p. 129) apontam que a existência de uma alta relação trabalho/produto no meio rural mesmo que o setor urbano comece a atrair parcelas crescentes de populações rurais, isso não afetara a produção da agricultura que, por conta do seu excedente de mão-de-obra, continuará produzindo as mesmas quantidades de antes, ou seja, pode haver migração dos agricultores para trabalhar nos centros urbanos que isso não afetaria o produto agrícola total. Essa é a primeira função da agricultura, liberar mão-de-obra para os centros urbanos, sem reduzir a oferta de alimentos e matérias-primas.

No entanto, cabe salientar que por mais rápido que fosse o crescimento do setor urbano-industrial ele não seria capaz de absorver essa mão-de-obra, na maioria das vezes desqualificada, que emigrava para os grandes centros urbanos. Essa migração rural-urbana agravou os problemas nos centros urbanos, na medida em que aumentou as fileiras dos desempregados gerando outros problemas em simultâneo, como por exemplo, aumento da criminalidade e da exclusão social. Em face disso, a sociedade acredita que os únicos capazes de resolver esses problemas são o governo, em seus três níveis, e a sociedade civil organizada, através de investimentos em diversas áreas, tais como na educação através da qualificação profissional desses desempregados.

Uma das críticas que esse modelo de desenvolvimento recebeu foi com relação à migração rural-urbana que eleva os custos sociais e aumenta a criminalidade e a marginalidade nas cidades.

Compartilhando da mesma opinião Alberti (2008, p. 196) afirma que hoje em dia não se considera a liberação de mão-de-obra como uma das funções da agricultura, visto que os centros urbanos já estão tão saturados que já não consegue empregar todos os trabalhadores rurais. Deste modo, uma das funções e um dos maiores desafios da agricultura atualmente é conter o êxodo rural em direção aos grandes centros urbanos criando condições para a fixação do homem no campo.

Outra crítica ao modelo foi feita por Leite (1979, p. 735) que defendeu que um dos fatores capazes para a fixação do homem no campo é a geração de emprego e, conseqüentemente, renda no próprio meio onde esses trabalhadores estão inseridos, meio rural, porque só assim se reduziria os fluxos migratórios em direção às cidades. Ele ainda afirma que isso poderia ser obtido através de agroindústrias.

Como nos assegura Hoselitt,

É na zona rural, ou nos seus arredores, que as chances de novos empregos devem ser criadas. Caso não se faça isso, a emigração para as cidades continuará num ritmo acelerado, criando necessidades cada vez maiores para a absorção de emprego urbano, que por causa do elevado custo da terra e dos serviços nas cidades, impõe uma pressão muito grande sobre a economia, o que não aconteceria se os novos trabalhadores fossem absorvidos nas regiões das quais eles procedem (HOSELIT apud LEITE, 1979, p. 734).

Nesse contexto, as agroindústrias desempenhariam um papel crucial no desenvolvimento econômico das zonas rurais e dos pequenos povoados do interior, através da absorção de matérias-primas agrícolas no processo de industrialização.

Geração de divisas através das Exportações

A compra de bens e serviços internos por estrangeiros, isto é, as exportações, são variáveis que têm o seu crescimento submetido às condições do mercado externo. Elas precisam manter-se constantes porque são elas que financiam as importações e que amortizam a dívida externa de um país. Além disso, elas ainda desempenham um papel também muito relevante na elevação do ritmo de crescimento do produto nacional, em virtude da

interdependência das exportações com o resto da economia, provocando o aumento do emprego e da renda.

Como frisou Lucena

As exportações agrícolas, no curto prazo, podem responder aos estímulos da demanda externa, principalmente para produtos com elasticidade-renda relativamente elevada e cuja participação do país no mercado internacional seja relativamente pequena (LUCENA, 2000, p. 18).

Deste modo, a ampliação da produção nacional não teria nenhum reflexo sobre o preço externo, ou caso refletisse, seu impacto seria mínimo. Uma maior diversificação da produção agrícola para a exportação, em termos de produtos e de mercados, implicaria na redução da vulnerabilidade da agricultura nacional face às variações climáticas e às oscilações da demanda externa, em termos de quantidades e de preços.

Para que a produção se mantenha acelerada para o mercado interno e externo, tem que haver um aumento da produtividade agrícola, através da adoção de tecnologias modernas, na medida em que existem limites para o aumento da produção através da expansão da área cultivada.

Transferência de Poupanças para Inversões na Indústria

Outra das funções da agricultura no processo de desenvolvimento é a transferência de poupanças para a expansão da indústria e para a implantação de infra-estruturas básicas. Souza (1999, p. 286) entende que

Essa transferência pode ser espontânea ou compulsória, por meio do mecanismo de preços, do confisco cambial de exportações agrícolas e da tributação. De maneira espontânea, os agricultores e as elites agrárias podem aplicar parte de seus lucros e rendas na economia urbana. Compulsoriamente, parcela do excedente pode ser extraída e transferida para investimentos em outros setores (SOUZA, 1999, p. 286).

Para Lucena (2000, p. 19) a transferência de recursos da agricultura por meio do mecanismo de preços ocorre pela deterioração dos termos de troca contra os agricultores: os preços que eles pagam pelos insumos crescem mais rapidamente do que os preços que recebem pelos seus produtos. Essa transferência se efetua com a ajuda do governo, ao controlar os preços dos alimentos, para evitar o aumento da taxa de inflação. Da mesma forma, ela ocorre porque a estrutura de mercado da indústria tende mais para a forma de

oligopólios, enquanto a estrutura de mercado da agricultura converge para a forma concorrencial. Desse modo, a indústria impõe preços, enquanto no caso da agricultura os preços são dados pelo mercado.

Fornecimento de Alimentos e Matérias-primas para o Setor Urbano Industrial

Os setores agrícolas e industriais são interdependentes e essa relação fica mais intensa quando se implanta novas agroindústrias que trazem benefícios como a elevação do nível de renda das pequenas cidades do interior. A expansão da produção agrícola contribui para o aumento da produção de alimentos e de matérias-primas, o que é fundamental no processo de desenvolvimento.

Para que o setor agrícola forneça alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial, o produtor rural precisa de incentivos como o crédito e políticas agrícolas eficientes dirigidas a esse setor. Preços não competitivos fazem com que a oferta agrícola se retraia, provocando uma sequência de efeitos negativos sobre a economia como um todo (LUCENA (2000, p. 17).

O modelo de desenvolvimento econômico baseado na agricultura de Johnston e Mellor conclui que uma das condições para o cumprimento satisfatório dessas funções era o aumento da produtividade e redução dos custos através da adoção de tecnologias modernas

Abertura de Mercados para bens Industrializados

De acordo com Lucena (2000, p. 19) a agricultura constitui mercados para bens industrializados quando adquire insumos industriais (adubos, óleos, medicamentos veterinários, pesticidas, entre outros), assim como bens de capital (tratores, trilhadeiras, colheitadeiras, veículos e ferramentas em geral) e bens de consumo final. Só para se ter uma idéia, esta autora aponta que, no período das colheitas, as lojas das cidades do interior aumentam o seu faturamento com a venda de eletrodomésticos e veículos para os agricultores e, da mesma forma, durante o ano todo, ao pagar salários aos trabalhadores rurais, a

agricultura está contribuindo para expandir o mercado para bens manufaturados em geral, seja de consumo imediato, seja aqueles de consumo durável.

Lucena e Souza (1999, p. 132) indicam que essa dependência mútua entre a agricultura e a indústria contribui de forma decisiva para o dinamismo da indústria nacional. As políticas do governo que defendem os preços agrícolas e, conseqüentemente a renda dos agricultores, têm um papel relevante no desenvolvimento industrial, pela manutenção ou ampliação das ligações da agricultura e de toda a população que vive nas zonas rurais com a indústria, o comércio e os serviços.

Johnston e Mellor (1961) em seu modelo de desenvolvimento agrícola concluem que a modernização agrícola é imprescindível para o desenvolvimento global da economia.

Mais tarde aparece um autor que deu uma grande contribuição ao desenvolvimento agrícola ao defender que a agricultura não poderia contribuir de forma eficiente para o desenvolvimento caso não houvesse intervenções do governo. Este autor foi Timmer que em 1992 escreveu um artigo que assegurava que o efeito multiplicador entre a agricultura e os demais setores da economia não seriam maximizados apenas pelos mecanismos de mercado. Em virtude disso, havia a necessidade de intervenções por parte do governo de forma a que o setor agrícola pudesse contribuir de forma efetiva no processo de desenvolvimento econômico de um país.

As funções adicionais e complementares da agricultura no processo de desenvolvimento, de acordo com Timmer (1992) seriam:

- Influenciar de forma positiva as decisões de investimentos da economia como um todo, por intermédio da estabilização dos preços dos bens alimentares;
- Expandir a produtividade do capital e da mão-de-obra do resto da economia contribuindo deste modo para o aumento da taxa de crescimento global, gerando excedentes para a exportação e reduzindo a taxa de inflação;
- Colaborar para o aprendizado do governo no processo de desenvolvimento, sobretudo na mobilização de recursos para investimentos em bens públicos;
- Cooperar na diminuição da pobreza, através da reforma agrária e do aumento da produtividade da terra e do trabalho; e

- Preservar o meio ambiente, através da manutenção de espaços verdes e proteção contra a formação de gases de efeito estufa.

Souza (2008, p. 203) comenta que as duas primeiras funções acima citadas nada mais são que uma extensão das funções clássicas da agricultura de produzir alimentos e gerar divisas por meio da exportação; todavia, a ênfase nessas funções, assim como nas demais, se justifica porque elas são contribuições extra-mercado da agricultura, requerendo, desta forma, maior intervenção do governo, para acelerar o crescimento agrícola e elevar a eficiência da alocação dos recursos.

Timmer (1992) a respeito desse assunto explica que

A intervenção do governo na formação de preços agrícolas justifica-se quando ela aumenta a eficiência da economia e melhora a distribuição de renda e o bem-estar da população mais pobre. Dadas as falhas de mercado, a estabilidade de preços pode ser considerada como um bem público e o acréscimo de bem-estar para a sociedade pode ser comparável ao de um bem ou serviço qualquer (TIMMER, 1992, p. 44).

Deste modo, o governo visando aumentar a disponibilidade de alimentos e manter os preços baixos para consumidores urbanos, intervém constantemente nos mercados, importando produtos agrícolas, tabelando os preços e utilizando estoques reguladores.

Segundo Salomon *apud* Lucena (2000, p. 21), as políticas de preços mínimos dos bens alimentares têm tido alguns insucessos, no que toca ao aumento de sua oferta e elevação da renda agrícola, e isso tem sido causado pelas dificuldades de acesso dos pequenos agricultores às informações, ao curto espaço de tempo entre a fixação de preços e o início do plantio, como também pelas incertezas relativas ao valor real dos preços no período das colheitas.

É de se destacar a importância da implementação de políticas agrícolas adequadas e eficientes por parte do governo, na medida em que isso contribui para a geração de maior produtividade para a agricultura, aumenta o nível de bem-estar no meio rural e, por conseguinte provoca efeitos multiplicadores sobre o conjunto da economia. Investimentos em educação e formação dos agricultores também podem repercutir positivamente em aumentos de produtividade, melhorias nas suas condições de vida, e na diminuição da pobreza que tanto assola as áreas rurais.

Para Souza (2000, p. 204) não se pode reduzir a pobreza no meio rural apenas redistribuindo terras, mas torna-se necessária a adoção de políticas agrícolas como, por exemplo, crédito, extensão rural e investimentos em infra-estrutura. Essas medidas

contribuiriam para o aumento da renda dos agricultores, bem como da oferta de alimentos e de matérias-primas para o setor urbano-industrial.

Este autor mostra certa preocupação com a expansão da fronteira agrícola que nas palavras dele

Ocorreriam via aumento da produção para a exportação e para o mercado interno. Isso pode gerar efeitos altamente nocivos sobre o meio ambiente, pelo desmatamento e uso de recursos não biodegradáveis, como combustíveis, fertilizantes, pesticidas e herbicidas, que poluem os recursos hídricos, e comprometem dessa forma a qualidade dos alimentos. Por conta disso, há a necessidade de se desenvolver insumos não poluentes e que não coloque em risco a saúde pública (SOUZA, 2008, p. 204).

Após tudo que foi exposto pode-se concluir ressaltando que a agricultura desempenha uma função ativa no processo de desenvolvimento, e que existe uma forte interdependência entre esse setor e a indústria, ou seja, não pode existir uma sem outra porque elas se complementam.

A seguir serão discutidos os papéis da agricultura na redução da pobreza.

4.2 AGRICULTURA E REDUÇÃO DA POBREZA

De acordo com o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008, três em cada quatro indivíduos pobres dos países em desenvolvimento vivem na área rural. Isso significa que 2,1 bilhões de pessoas vivem com menos de US \$2 por dia e 880 milhões com menos de US\$1 por dia, e a maioria dessas pessoas depende direta ou indiretamente da agricultura para sobreviver²⁸.

A atividade agrícola constitui um meio de subsistência para cerca de 86% da população que vive na área rural, isto é, 2,5 bilhões de pessoas, e representa uma fonte de emprego para 1.3 bilhões de pequenos produtores e trabalhadores sem terra no mundo²⁹. É indiscutível que a agricultura desempenha um papel fundamental na redução da pobreza, sobretudo a rural.

²⁸ Dados do Banco Mundial (2002) referentes às cifras mundiais da pobreza na zona rural.

²⁹ Dados do Banco Mundial (2008).

Este relatório revela que nos países da África subsaariana, grupo dos países mais pobres do mundo, a agricultura gera em média 29% do PIB, e é fonte de emprego e renda para 65% da população economicamente ativa. Essa atividade desempenha também um papel fundamental na segurança alimentar, uma vez que essa região com uma população de cerca de 200 milhões de habitantes, com uma produção doméstica instável e limitada a alimentos básicos, e sujeitas às incertezas da ajuda alimentar tem na agricultura uma das poucas saídas para a sua subsistência.

De acordo com o Relatório, acima citado, o poder que a agricultura tem na redução da pobreza, rural e urbana, é inquestionável. Este relatório aponta que as estimativas econométricas de seção transversal de 42 países no período de, 1981-2003, indicaram que “o crescimento total do PIB que advém da agricultura é, em média, duas vezes mais eficaz para favorecer a metade mais pobre da população de um país de que o crescimento gerado em setores não-agrícolas”. Podemos verificar esse crescimento no Gráfico 5³⁰.



Gráfico 5: Ganhos no Bem-Estar Social devido ao crescimento com origem na agricultura.

Fonte: Ligon e Sadoulet, 2007. “Estimating the effects of aggregate agricultural Growth on the distribution of expenditures.” Paper for the WDR, 2008.

Existem evidências que muitos países que tiveram altas taxas de crescimento agrícolas testemunharam reduções significativas na pobreza. Um desses países foi a China, onde se estimou que o crescimento agregado proveniente da agricultura foi 3,5 vezes mais eficaz na redução da pobreza do que o crescimento fora desse setor. Aliados a esse crescimento, a abertura comercial, o sistema de responsabilidade familiar e os avanços tecnológicos contribuíram para que a pobreza rural nesse país diminuísse de 53 para 8% num período de vinte anos (1981-2001).

³⁰ As duas curvas são significativamente diferentes no nível de confiança de 95% para os cinco decis de despesa mais baixos.

Na Índia, a agricultura também desempenhou um papel de extrema relevância na redução da pobreza. Ravallion e Datt (1996) usaram dados de séries temporais para analisarem a distribuição de renda em 33 Estados desse país, no período de 1991 a 1995, que mostrou que, o crescimento da renda urbana pode contribuir para a redução da pobreza urbana, mas que, em geral, não contribui para a redução da pobreza rural e nem da nacional. Além disso, observaram que o crescimento da renda rural contribuiu tanto para a redução da pobreza rural e urbana quanto da pobreza nacional, em termos gerais, na Índia.

Eles concluíram que 85% da diminuição da pobreza na Índia durante o período analisado deveu-se ao crescimento agrícola, e que isso é uma evidência muito forte de que o crescimento agrícola traz benefícios para os pobres. Para esses autores o crescimento agrícola seria mais eficaz na redução da pobreza na Índia do que o crescimento dos demais setores.

No continente africano, mais concretamente em Gana, o grande desempenho do setor agrícola induziu a uma redução da pobreza rural em 24 pontos percentuais.

Em Cabo Verde, apesar de não existir evidências de quanto o crescimento proveniente da agricultura contribui para a redução da pobreza, sabe-se que este setor desempenha um papel chave na segurança alimentar e na geração de emprego e renda para cerca de 30% da população economicamente ativa, contribuindo indiretamente, se não para a redução, ao menos para o não agravamento da pobreza, sobretudo no meio rural.

Timmer (1997), assim como Ravallion e Datt, usou dados de séries temporais de rendas reais per capita de 27 países, ajustados segundo seus poderes de compra, para analisar a relação entre a agricultura e a redução da pobreza. Ele concluiu que o impacto do crescimento agrícola sobre a redução da pobreza depende da distribuição de renda, isto é, países com distribuição de renda relativamente uniforme apresentaram resultados diferentes dos países com distribuição de renda muito desigual. Para este autor

Nos primeiros países, o aumento da renda agrícola por trabalhador levou a aumentos de renda globais, em todos os estratos de renda (áreas rurais e urbanas foram englobadas), e o maior efeito ocorreu na camada mais baixa. Destarte, nesses casos os ganhos de produtividade da mão-de-obra agrícola geraram crescimento na economia como um todo, e mais ainda para os pobres, o que com o tempo determina uma distribuição de renda mais equitativa (TIMMER, 1997, p. 16-22).

Ao contrário, nos países com uma distribuição de renda muito desigual, as camadas mais ricas se beneficiariam, consideravelmente, das melhorias da produtividade agrícola, enquanto os pobres ganhariam muito menos, tanto na agricultura como nos demais setores, de

tal forma que a diferença de renda continuaria a aumentar, independentemente da composição do setor de crescimento.

Cabe frisar que existem exceções e que nem sempre o sucesso da agricultura pode conduzir à redução da pobreza.

Em países como o Brasil e a Bolívia, em que o crescimento agrícola se concentra em grandes propriedades agrícolas, de capital intensivo, dinâmico e orientado para a exportação, o emprego agrícola diminuiu e mudou para trabalhadores com maiores habilidades e salários, com poucos efeitos de redução de pobreza (RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL DE 2008, p. 1).

Mellor fez um resumo da análise de dados feitos por Timmer, Ravallion e Datt, e outros estudiosos e chegou à conclusão que

[...] as altas taxas de crescimento econômico podem reduzir rapidamente a proporção da população que vive em situação de pobreza extrema. Em países em desenvolvimento é provável que o rápido crescimento global seja acompanhado por um rápido crescimento do setor agrícola, porque normalmente os países de baixa renda têm setores agrícolas que abrangem a maior parte da população. Tem havido uma tendência de se generalizar que o crescimento econômico reduz a pobreza, quando de fato são os efeitos diretos e indiretos do crescimento agrícola os responsáveis pela diminuição da pobreza [...] (MELLOR, 2000, p. 8-10).

Para este autor não há dúvida de que o crescimento agrícola reduz as desigualdades sociais entre os pobres e, que melhora significativamente os seus níveis de bem-estar social.

Esse crescimento pode afetar o nível de pobreza de um país de duas maneiras, diretamente e indiretamente. A maneira direta ocorre por intermédio do aumento da renda dos pobres proveniente da adoção de técnicas modernas, ou de aumentos na produtividade de seus ativos agrícolas, como por exemplo, a terra. Sarris (2001, p. 20) aponta que esses aumentos de produtividade podem ocorrer tanto por meio da pesquisa e da extensão vinculadas à agricultura quanto por investimentos em infra-estruturas, tais como a irrigação e a eletrificação rural, mas os aumentos de renda por parte dos pobres e, conseqüentemente, a redução da pobreza em maior ou menor escala dependerá do grau de adoção das novas técnicas e da medida em que os mesmos produzam os produtos para os quais se disponibilizam técnicas aprimoradas.

Segundo Mellor (1999), o crescimento agrícola contribui indiretamente para a redução da pobreza através da geração de empregos não-agrícolas, aumentos na produção de alimentos da dieta básica da população por meio de aumentos da produção de modo a não elevar de forma exagerada os preços internos dos alimentos que são os principais bens salariais, e através de mudanças no sentido de valorizar as commodities agrícolas que empreguem de

forma intensiva mão-de-obra, o que conduz ao impulsionamento da demanda por mão-de-obra agrícola.

Em face disso, ele recomenda que se deva estimular a produção de *commodities*, tais como, frutas e legumes, que usem mão-de-obra intensiva, através de rendas mais elevadas que estimulem o aumento da demanda por esses produtos. Portanto, precisaria-se de rendas mais elevadas para gerar esse crescimento no nível de emprego no meio rural.

4.3 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA

As políticas públicas dirigidas para o setor agrícola têm-se mostrado uma ferramenta fundamental no desenvolvimento desse setor, como também de regiões e países ao longo das últimas décadas. Por intermédio delas, o Estado tem procurado diminuir as disparidades sociais e promover o bem-estar social, através da melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Garnica e Santos (2006, p. 1) apontam que essas políticas também têm sido muito utilizadas como um instrumento de estímulo ao desenvolvimento local e regional pela ação de políticas direcionadas a setores específicos da economia e, inclusive a classes sociais próprias.

O setor agrícola é um setor que desempenha um papel crucial na economia, tendo em conta que é uma fonte geradora de emprego e renda para bilhões de pessoas ao redor do mundo. Além de ser fonte de emprego e renda este setor também pode ajudar a melhorar o meio ambiente, diminuir a pobreza, conter o êxodo rural na direção aos grandes centros urbanos que podem acarretar em muitos outros problemas.

Este setor enfrenta determinados problemas, em decorrência das características que lhe são peculiares, e por isso torna-se necessário a intervenção do Estado com vista a reduzir ou minorar as especificidades desse setor. Um dos argumentos básicos para a intervenção do Estado no processo produtivo é a existência de falhas de mercado³¹. Essas falhas ocorrem devido a basicamente quatro razões: existência de bens públicos, que são bens não exclusivos e não concorrentes que podem ser disponibilizados por um custo menor para muitos consumidores, mas que, uma vez disponibilizados, é difícil impedir que os outros os consumam; mercados imperfeitos, que por sua vez podem levar a formação de monopólios ou

³¹ De acordo com Carvalho (2001, p.6) falhas de mercado são “conjuntos de condições sob as quais uma economia de mercado é incapaz de distribuir recursos de forma eficiente”.

atividades que exijam grande escala na produção; externalidades, ações que ocorrem quando um produtor ou um consumidor influenciam as atividades de produção ou de consumo de outros de uma maneira que não esteja diretamente refletida nos preços de mercado; e informações imperfeitas, que podem levar produtores ou consumidores a cometer erros em suas decisões de consumo ou de produção³².

Segundo Carvalho (2001, p. 6), o setor agrícola é um setor caracterizado por muitas vulnerabilidades, na medida em que ocorrem importantes falhas de mercado, devido à existência de riscos e incertezas que tornam as informações disponíveis na tomada de decisão imperfeita, e isso pode levar os agentes econômicos a cometer erros na alocação de recursos.

Em face disso, é imperativo aos governos intervir munidos de suas políticas públicas dirigidas a esse setor visando diminuir essas falhas porque caso não haja nenhuma intervenção por parte deste órgão este setor pode entrar em crise, ou por excesso de produção ou por insuficiência de oferta, o que pode gerar desequilíbrios no funcionamento de todo o sistema econômico.

De acordo com essa autora os Estados começaram a intervir na agricultura devido às pressões decorrentes das crises que assolavam esse setor. Com o passar do tempo e com a evolução do papel do Estado na economia, desenvolveu-se uma postura deliberada com vista a estabilizar os preços e a renda dos agricultores. O argumento principal por detrás dessa idéia é de que a grande instabilidade de preços sob concorrência perfeita não é eficiente para fornecer e disseminar a quantidade e a qualidade necessária de informações para orientar os agricultores.

Johnston (1947) assinala que a melhor solução para esse problema é a adoção de um sistema de preços antecipados (*forward-prices system*) com vista a transferir a incerteza enfrentada pelo produtor individual para a economia como um todo. Deste modo, criam-se condições para que o setor agrícola cresça em harmonia com os demais setores da economia.

Os países desenvolvidos para contornar os problemas do setor agrícola criaram fortes programas de proteção a esse setor. Nos Estados Unidos, no início da década de 30, o então Presidente Roosevelt, criou o *New Deal* que foi apontado como o responsável pelo grande desenvolvimento da agricultura e do avanço tecnológico no meio rural desse país.

A Europa por sua vez, caracterizada historicamente por grande importadora de alimentos, após as duas grandes guerras mundiais passou por duas situações graves de desabastecimento que fez com que os diversos governos dos diferentes países intervissem na

³² Para saber mais sobre esse assunto cf. cap.16 do livro de Microeconomia de Pyndick & Rubinfeld.

agricultura criando a Política Agrícola Comum (PAC) como forma de alcançar a auto-suficiência e de evitar que situações semelhantes voltassem a acontecer.

A principal preocupação dos países em desenvolvimento após a 2ª Guerra mundial era o subdesenvolvimento. Autores como Lewis (1954), Fei e Ranis (1964) e Jorgenson (1954) defenderam que o setor agrícola era um setor estratégico no processo de desenvolvimento devido à sua contribuição em termos de liberação de mão-de-obra, como provedora de poupança para a acumulação e como fornecedora de alimentos a baixo preço.

Nessa época, países como o Brasil acreditavam que a industrialização era sinônima de desenvolvimento econômico e, que esse desenvolvimento só se daria via substituição de importações implicando numa discriminação da agricultura a favor do desenvolvimento industrial, isto é, visava-se extrair os excedentes da agricultura para viabilizar o fortalecimento da indústria.

Cabo Verde também aderiu à estratégia de desenvolvimento industrial baseada na substituição das importações. Essa estratégia se caracteriza pela

Orientação da indústria local para o mercado interno, pelo encorajamento das atividades industriais susceptíveis de substituírem as importações de bens manufaturados e pelo reforço das barreiras aduaneiras, para proteger essas indústrias na sua fase de arranque (BARROS, s/d, p. 3).

Essa estratégia, por sua vez, não alcançou o fim esperado em Cabo Verde na medida em que uma das condições necessárias para o sucesso desta estratégia era a existência de um mercado interno que permitisse considerar uma produção de grande escala, condição indispensável, para que se atinja um nível ótimo, em termos de produtividade, para que se pudesse exportar. Porém, isto é possível, apenas em países com um grande mercado interno³³, o que não era o caso de Cabo Verde.

Brown (1983) *apud* Carvalho (2001, p. 9) assegura que foi a grande crise de alimentos entre 1965 e 1966, que fez com que os governos passassem a reconhecer a importância que o setor agrícola desempenhava na segurança alimentar e por isso disponibilizaram recursos orçamentários para esse setor. O programa se baseava na viabilização da importação de sementes melhoradas, fertilizantes e matérias-primas, sempre que se fizesse necessário para incitar o avanço tecnológico no setor. Isso levou a um rápido crescimento da produção e da produtividade, principalmente do arroz e trigo, que por sua vez despertou uma onda de otimismo em todos os países subdesenvolvidos.

³³ Mesmo nos países com um grande mercado interno, como o caso do Brasil, Argentina, entre outros, essa estratégia não surtiu o resultado de que se estava à espera.

A Revolução Verde apesar de ter trazido muitas esperanças aos países pobres que viram nela a possibilidade de desenvolvimento econômico não se aplicou às condições de Cabo Verde que devido à reduzida disponibilidade de terra arável e de terra irrigável não se adequava aos preceitos dessa revolução.

Vaia (2000, p. 82) afirma que no caso de Cabo Verde apenas se poderia pensar numa otimização dos magros recursos da terra que estavam aquém de tornar possível a independência alimentar e o arrastamento de uma pequena indústria.

Vale ressaltar que hoje, mais do que nunca, as políticas públicas de desenvolvimento direcionadas ao setor agrícola devem, obrigatoriamente, ser planejadas de forma descentralizada, principalmente sob a responsabilidade da esfera municipal. A razão disso é a maior capacidade dos governos locais de administrarem as demandas por serviços públicos, com maiores possibilidades de controle dessas políticas, que mais próximas do seu público alvo permitem ter uma melhor percepção das principais carências das comunidades, e dessa forma contribuir para a construção de políticas públicas cada vez mais adequadas e eficientes.

Em seguida serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na realização desse trabalho.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo tem como objetivo fazer uma apresentação dos procedimentos metodológicos que foram utilizados na realização da pesquisa de campo, bem como fazer uma descrição do campo de pesquisa e apresentar as principais observações e reflexões sobre o mesmo.

5.1 NATUREZA DA PESQUISA

A metodologia utilizada em uma pesquisa desempenha uma função muito relevante, na medida em que conduz os pesquisadores de acordo com os critérios científicos e o referencial teórico adotado. Em virtude disso, é necessário ter rigor, cuidado e disciplina tanto

no que se refere à escolha dos métodos e técnicas de recolha e análise dos dados como no próprio encaminhamento da pesquisa.

De acordo com Deslandes (1994), a metodologia não só leva em conta o momento exploratório de campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para a entrada em campo), mas também determina os instrumentos e procedimentos que devem ser utilizados na análise dos dados. Em face disso, a metodologia pode ser conceituada como o conhecimento e habilidade que os pesquisadores precisam ter na condução do processo de investigação, seleção dos conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados.

Este estudo adotará uma metodologia de pesquisa qualitativa dentro de uma abordagem que é feita nas Ciências Sociais e Humanas.

A respeito da abordagem qualitativa, Vergara (2005) teceu as seguintes considerações:

Este tipo de abordagem envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos por contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos, segundo a perspectiva dos sujeitos, isto é, dos participantes da situação em estudo.

Com relação aos objetivos da pesquisa, a mesma teve um caráter exploratório-descritivo, tendo em conta que se fez uma sondagem empírica com vista a levantar elementos para analisar se as políticas públicas existentes no país direcionadas ao desenvolvimento do setor agrícola têm sido bem ou mal sucedidas com relação aos seus objetivos propostos.

A respeito disso, Triviños (1994, p.109) considera que “as pesquisas exploratórias permitem ao investigador aumentar sua experiência com relação a um determinado problema, bem como aprofundar seu estudo nos limites de uma realidade específica”.

No concernente aos procedimentos técnicos foram feitas pesquisas bibliográficas, documentais e de campo. Foram também usadas informações tiradas de alguns livros, teses, dissertações, artigos de periódicos especializados, anais de congresso e sites da internet. Por último, se fizeram visitas a órgãos gestores, encontros e debates formais e informais relativos ao tema, em questão.

Os dados primários foram obtidos através de questionários e/ou entrevistas semi-estruturadas, porque além de ser um dos instrumentos mais adequados às pesquisas qualitativas permite aos entrevistados ter maior liberdade e naturalidade, necessárias para explicitar suas opiniões e contribuir para o enriquecimento da pesquisa.

Vale salientar que uma primeira versão dos questionários foi elaborada no Brasil, mas depois de se conhecer a realidade local de perto foi necessário que se mudasse algumas idéias iniciais contidas no presente instrumento.

O roteiro das entrevistas foi dirigido aos agricultores e às entidades e gestores do MADRRM e envolveu questões tanto abertas como fechadas com o objetivo de proporcionar um maior entendimento e melhor captar os pontos de vista dos entrevistados (v. Apêndice 1).

Os dados secundários foram recolhidos de alguns *sites* de organismos nacionais e internacionais ligados à questão agrícola, dentre os quais:

- * Instituto Nacional de Estatísticas (INE);
- * Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO);
- * Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura (FIDA);
- * Fundo Monetário Internacional (FMI);
- * Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos (MADRRM);
- * Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O presente trabalho versa sobre as políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento do setor agrícola em Cabo Verde, mais especificamente na ilha de Santiago. Foram feitas algumas análises sobre as políticas públicas existentes para o desenvolvimento desse setor, para se descobrir até que ponto essas políticas beneficiaram, ou não, esse setor e, se melhoraram as condições de vida das populações rurais. Esta pesquisa, também, visou captar as informações de como os agricultores se vêem e percebem o mundo no qual estão inseridos, com vista a fornecer subsídios para que o governo possa orientar as suas ações para a melhoria das suas condições de vida.

Vale salientar aqui, que a idéia inicial era de realizar a pesquisa em todos os nove *concelhos* da ilha de Santiago³⁴, mas devido a algumas limitações como com relação ao tempo, aos dados, à inexistência de Delegações do Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos (MADRRM) em todos os *concelhos* e à dificuldade de acesso aos técnicos e agricultores decidiu-se restringir a pesquisa a apenas três *concelhos* dessa ilha, mais concretamente: Tarrafal, Santa Cruz e Santa Catarina. O critério principal para a escolha

³⁴ Administrativamente, a ilha de Santiago está dividida em 9 Concelhos, nomeadamente: Praia, Ribeira Grande de Santiago, São Domingos, Santa Cruz, São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo, Santa Catarina, São Miguel e Tarrafal.

desses três *concelhos* foi que nos mesmos a pesquisadora não se deparou com as dificuldades, acima citadas.

A escolha da ilha de Santiago para a realização da pesquisa se deu, pelo fato desta ser a maior ilha do país e por ser a que apresenta a melhor potencialidade agrícola.

A pesquisa de campo teve dois momentos distintos, mas que se articulam entre si. O primeiro momento foi o de realização de entrevistas com os atores relevantes ligados à questão agrícola no país, dentre os quais os delegados do MADRRM nos *concelhos* selecionados, a Diretora da Agricultura, o Assessor do Ministro, o Diretor do Serviço de Engenharia rural, e alguns Animadores Rurais, visando a obtenção de informações sobre o tema pesquisado.

Este primeiro momento da pesquisa demorou cerca de dois meses (março a maio) e se baseou na aplicação de questionários às entidades e aos gestores. Uma das dificuldades observadas foi a pouca disponibilidade dessas entidades visto que, na maioria das vezes as audiências eram marcadas e, no dia marcado eram desmarcadas porque apareciam compromissos mais urgentes tornando-se necessário o agendamento de novas audiências que muitas vezes só se realizaram quinze ou vinte dias depois.

O segundo momento da pesquisa consistiu na aplicação dos questionários aos agricultores e às lideranças. Os questionários começaram a ser aplicados na metade do mês de maio por questões de disponibilidade dos técnicos do MADRRM que serviram de elo de ligação entre os agricultores e a pesquisadora. Vale ressaltar que os agricultores foram selecionados pelas respectivas delegações do ministério acima citado seguindo como principal critério apenas os agricultores que haviam sido contemplados por algum programa do governo direcionado ao desenvolvimento rural. Entretanto, ao longo da pesquisa, alguns agricultores que não se encontravam nessa categoria também foram entrevistados.

Cabe assinalar que antes de se dar início à aplicação dos questionários e da realização das entrevistas foi feita uma explanação prévia a cada um dos entrevistados sobre o objetivo, o motivo e a finalidade da pesquisa, assim como da relevância de cada um deles na realização da pesquisa.

As entrevistas exigiram certa agilidade, dados os limites de tempo e a disponibilidade dos animadores rurais³⁵, que apenas tinham como disponível o horário das 8 às 15 horas. Os questionários dirigidos aos agricultores e lideranças foram concebidos para abordar quatro conjuntos de tópicos: 1) Caracterização do chefe de família; 2) Percepção de políticas

³⁵ São funcionários do Ministério do Ambiente que desempenham um papel de dinamizador comunitário, de educador e de facilitador de dinâmicas de desenvolvimento local no âmbito associativo.

públicas; 3) Tipos de exploração, regime agrícola e mão-de-obra e 4) Fontes de rendimento. Esses tópicos permitem traçar o perfil dos agricultores, assim como identificar se as políticas públicas têm contribuído para a melhoria das suas condições de vida.

Os questionários dirigidos às entidades e gestores foram concebidos para abordar questões relativas aos programas do governo dirigidos ao desenvolvimento do setor agrícola com ênfase sobre os principais problemas que esses programas enfrentam, se os mesmos conseguem atingir os seus objetivos, sugestões para melhorar a condição de vida dos agricultores, quais são as perspectivas desse setor para o futuro entre outros.

Os locais de inquirição foram diversos. Procuraram-se as pessoas junto dos seus locais de trabalho e nas suas próprias residências. A maioria dos questionários foi realizada entre as 10 e as 15 horas e demoraram, em média, 20 minutos. Todas elas foram gravadas com a permissão dos entrevistados, tendo sido feita a transcrição na sua totalidade. Também, se estabeleceu um clima de extrema cordialidade pela pesquisadora com vista a facilitar a obtenção das informações e opiniões dos entrevistados.

Durante a pesquisa, os entrevistados manifestaram certa gentileza, simpatia e empenho em colaborar com a pesquisa. Desta feita, as entrevistas transcorreram em um clima de muita confiança e franqueza.

Durante as entrevistas pôde-se constatar que muitos dos entrevistados fugiam do tema perguntado e entravam em outros assuntos, como por exemplo, histórias de quando eram mais novos, problemas de saúde, vizinhos que já tinham morrido, entre outros.

Para garantir a confiabilidade dos dados e dos resultados da pesquisa, as entrevistas com os agricultores e as lideranças foram realizadas “in loco”, a fim de conhecer melhor essa realidade e de se tomar conhecimento dos problemas e das dificuldades que os agricultores enfrentam no seu dia-a-dia. As restantes entrevistas foram realizadas nas instituições ligadas diretamente ao MADRRM.

Vale salientar, que apesar dos questionários e do roteiro de entrevistas estarem escritos em português, no momento da aplicação dos mesmos as perguntas foram feitas no dialeto local (crioulo), visto que a maioria dos entrevistados possuía baixas qualificações e não dominavam a língua portuguesa.

Cabe também frisar que foram realizadas 67 entrevistas dos quais 60 foram dirigidas aos agricultores e 7 foram destinadas às entidades do MADRRM, porque se chegou a um ponto de saturação onde se constatou que as informações estavam se tornando repetitivas. Por conta disso, optou-se por finalizar a aplicação dos questionários visto que esse número mostrou-se suficiente para a análise que se pretendia fazer.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA

5.2.1 Localização

Como já se tinha dito anteriormente a pesquisa foi realizada na ilha de Santiago, mais concretamente nos *concelhos* de, Tarrafal, Santa Catarina e Santa Cruz. Conforme nos mostra o Mapa1.



Mapa 1. Mapa da Ilha de Santiago com destaque para os *concelhos* do Tarrafal, Santa Catarina (Assomada) e Santa Cruz.

Fonte: www.polemikos.com/imagem4/mapa%20santiago%20000.jpg

A ilha de Santiago é a maior ilha do arquipélago, situa-se no grupo de sotavento, tem uma superfície de 991 km², entre os paralelos 14° 50' e 15° 20' N e os meridianos de 23° 20' e 23° 50' W.

5.2.2 Divisão Administrativa

Administrativamente, a ilha está dividida em nove *concelhos*, nomeadamente: Tarrafal, Santa Catarina, Santa Cruz, Praia, Ribeira Grande de Santiago, São Domingos, São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo e São Miguel, mas a pesquisa foi realizada apenas nos três primeiros concelhos desta ilha.

No concelho do Tarrafal as pesquisas foram realizadas nas comunidades de Colonato, Cuba e Mato Mendes. Em Santa Cruz as comunidades pesquisadas foram: Bom Pó, Lem Jorge, Lichencha e Ribeira Seca e, no concelho de Santa Catarina as comunidades abrangidas pela pesquisa foram as de Pinha, Telhal e Travessa Baixo.

Essas comunidades encontram-se relativamente isoladas e dispersas umas das outras. As barreiras topográficas dificultam o acesso às mesmas e algumas comunidades ficam tão isoladas que para se aceder a elas só através de viaturas próprias para o terreno. Por conta dessas barreiras a locomoção terrestre torna-se demorada e uma distância que poderia ser percorrida em minutos demora horas.

5.2.3 Clima

A ilha de Santiago tem duas estações climáticas bem demarcadas: a estação seca, mais fresca e seca, que vai de Dezembro a Junho, e a estação das chuvas, mais quente e que compreende os meses de Agosto a Outubro, sendo os meses de Julho e Novembro de transição.

O relevo é um fator determinante na distribuição do clima e influencia no surgimento de micro-climas em determinados vales do interior nomeadamente, Órgãos e S. Domingos. É árido no litoral e o clima oferece umidade e vegetação nos pontos mais altos, com maior quantidade de precipitação na vertente oriental, que contrasta com a ocidental árida.

Na estação “das brisas”, entre Dezembro e Junho, ocorrem três tipos de tempo: a “invernada” que vai de Dezembro a Fevereiro, são os meses mais frescos em que se observam chuvas fracas, “harmatão” ou “lestada” de carácter esporádico, mas com efeitos nefastos sobre a vegetação e são fortemente dissecantes agravando as condições de aridez na estação seca.

Na estação das “águas” que é a época das chuvas, há grandes movimentações de massas de ar úmidas que provocam precipitações abundantes, infelizmente com grande irregularidade, e também “depressões tropicais” ou “bruma seca” de caráter temporário.

É neste emaranhado contraste de influências de climas e micro-climas, e de desafios adversos que a natureza impõe, que o Santiaguense vive, praticando agricultura, pesca, comércio e serviços, e propiciando ainda, condições para uma boa prática de turismo.

5.2.4 Demografia

Segundo o QUIBB-CV/2006, a ilha de Santiago, é a mais populosa do país. Nela se concentram 276.635 habitantes, o que representa cerca de 56% da população de Cabo Verde. Evidencia-se que na Praia Urbana (capital do País) residem aproximadamente 24% da população total do País. A densidade populacional da ilha é de 279 habitantes/Km². O Quadro 4 nos mostra a projeção demográfica da ilha de Santiago para os anos de 2007 e 2008.

Concelho	2007						2008					
	Total	%	Masc	%	Fem	%	Total	%	Masc	%	Fem	%
Tarrafal	21.826	7,9	9.611	7,4	12.215	8,3	22.453	7,9	9.873	7,5	12.580	8,4
Santa Catarina	46.081	16,7	20.732	16,0	25.349	17,2	46.866	16,6	21.055	15,9	25.811	17,2
Santa Cruz	28.500	10,3	13.308	10,3	15.192	10,3	28.989	10,3	13.518	10,2	15.471	10,3
São Miguel	17.147	6,2	7.471	5,8	9.676	6,6	17.291	6,1	7.514	5,7	9.777	6,5

Quadro 4: Projeção Demográfica da Ilha de Santiago 2007/2008 (apenas para os *concelhos* pesquisados)

Fonte: QUIBB-CV, 2007-2008, INE.

A projeção demográfica (2007-2008) feita pelo INE com base no censo populacional de 2004 aponta para um aumento da população na Praia urbana comparando-o com o resto da ilha de Santiago. Esta evolução demográfica deve-se ao fenômeno migratório das restantes ilhas, dos diferentes países Africanos e ao êxodo rural.

5.2.5 Solos e Relevô

Em termos geológicos, a ilha de Santiago, devido ao seu relevo bastante acentuado, possui solos pouco profundos, de natureza basáltica, sobretudo nas zonas altas onde se pratica a agricultura de sequeiro. Essa prática tem contribuído ainda mais para a degradação de solos devido aos efeitos do fenómeno erosivo.

Os solos profundos são limitados e se encontram nas zonas mais a jusante, nos vales profundos junto das ribeiras e do litoral onde se pratica culturas de regadio temporário e permanente. Parte significativa da ilha é ocupada por afloramentos rochosos e zonas áridas onde se pratica o pastoreiro livre, actividades agro-silvo-pastoril e apanha de areia e pedras para a construção civil.

5.2.6 - Recursos Hídricos

De acordo com o PADA (2009, p. 20) os recursos hídricos subterrâneos da ilha de Santiago são estimados em 42.4 milhões de metros cúbicos por ano. Dessa quantidade total, apenas 26 milhões de metros cúbicos por ano é tecnicamente explorável, num ano de pluviometria regular, e 16.5 milhões de metros cúbicos por ano, nos períodos de seca.

Os recursos hídricos superficiais são estimados em 56.6 milhões de metros cúbicos por ano. Esses recursos, praticamente não são explorados devido à inexistência de dispositivos de captação e de armazenamento de água (ver Quadro 5).

Ilha	Precipitação mm (período médio)	Água Superficial (período médio)	Água Subterrânea		
			Bruto (período médio)	Explorável (período médio)	Explorável (período seco)
Santiago	323	56,6	42,4	26,0	16,5

Quadro 5: Recursos Hídricos Superficiais da Ilha de Santiago (milhões de m³/ano).

Fonte: Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura na Ilha de Santiago, 2009.

A água na ilha de Santiago é gerida pelos Municípios, Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (INGRH) e pelos agricultores. Os Municípios asseguram a distribuição de água potável para as redes dos centros secundários e aos fontanários. O INGRH faz a

gestão dos furos destinados à rega. Contudo, uma grande parte dos agricultores faz a rega com a água das captações e com a água bombada dos poços por vezes construídos com os seus próprios recursos.

Este Plano ainda aponta que os intervalos de rega ainda que longos apresentam o seguinte panorama: 6% das superfícies agrícolas regam com intervalos de 1 a 7 dias, 14% com intervalos compreendidos entre 8 a 15 dias, 71% entre 15 e 30 dias e, somente, 10% com intervalos mais longos.

Admite-se que a eficiência de rega anda a volta de 50% para a Praia e Santa Catarina, 55% para Santa Cruz e 60% para Tarrafal. Estas eficiências são conseqüências de dotações de rega exageradas associadas a intervalos longos que provocam perdas por percolação e drenagem que estão na origem de pequenos ressurgimentos de pontos de água do sistema hidrográfico e que regam pequenas parcelas a jusante.

5.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

De acordo com alguns autores, são três as maiores dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores quando partem para a análise dos dados recolhidos no campo. O primeiro deles, a “ilusão da transparência”; o segundo, sucumbir à magia dos métodos e das técnicas; o terceiro é a dificuldade de se juntarem teorias e conceitos muito abstratos com os dados recolhidos no campo (MINAYO, 2000, p. 197).

Os dados brutos recolhidos no campo precisam ser transformados para que os pesquisadores alcancem os resultados da pesquisa e para que isso ocorra é necessária a utilização de determinadas técnicas para sistematizar, categorizar e tornar possível a sua análise. Uma das técnicas de tratamento dos dados mais utilizadas nas ciências sociais e humanas para se alcançar os objetivos da pesquisa é a análise de conteúdo. Ela é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por processos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção destas mensagens (BARDIN, 1979, p.42).

De acordo com Bardin (1979) são três as fases que fazem parte da análise de conteúdo:

- ✓ **Pré- Análise:** é a fase que envolve a organização do material oral e escrito recolhido na pesquisa, em que ocorre a escolha dos documentos a ser analisada, a retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa em relação ao material coletado com a finalidade de observar e comparar as mensagens;
- ✓ **Descrição Analítica:** é a etapa onde se faz a exposição das respostas dos entrevistados, em que se faz a codificação dos dados brutos da pesquisa e onde se faz a transcrição literal das falas do sujeito visando alcançar o núcleo de compreensão do texto; e
- ✓ **Tratamento dos Resultados obtidos e Interpretação:** refere-se à fase onde os dados brutos são sujeitos a operações estatísticas, a fim de se tornarem significativos e válidos e de corroborarem as informações obtidas. Em poder desses dados, o pesquisador propõe suas inferências e realiza suas interpretações de acordo com o quadro lógico e os objetivos propostos, ou identifica novas dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material.

Apesar de ser orientada nas três fases descritas anteriormente, a análise de conteúdo propriamente dita, vai depender especificamente do tipo de investigação a ser realizada, do problema de pesquisa que ela envolve e do corpo teórico adotado pelo pesquisador, bem como do tipo de comunicações a ser analisado. Cabe ao pesquisador fazer o jogo entre as hipóteses, as técnicas e a interpretação (BARDIN, 1979).

5.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Uma das maiores dificuldades encontradas na realização deste trabalho foi com relação às bibliografias referentes ao tema. A nível internacional foi possível ter acesso a estudos e artigos científicos sobre o tema, mas a nível nacional a bibliografia é quase inexistente, reduzindo-se a alguns documentos e planos nacionais de desenvolvimento não

tendo sido encontrado nenhum trabalho específico sobre políticas públicas e agricultura em Cabo Verde. É de sublinhar que esta limitação pode não espelhar a realidade da produção bibliográfica sobre este tema no país, mas pode significar que existe uma má divulgação dos artigos produzidos por parte das instituições e /ou dos pesquisadores.

As primeiras pesquisas se mostraram infrutíferas na medida em que as bibliografias referentes ao tema além de serem escassas, as poucas que existiam não podiam ser emprestadas. Só se podia fazer a consulta nas próprias bibliotecas e, esse acesso é precário porque na maioria das vezes, os livros aparecem no sistema, mas na hora de procurá-los descobria-se que grande parte deles tinha-se perdido.

Esta limitação foi contornada através do contato direto (telefone) com algumas pessoas que tinham utilizado nas suas produções acadêmicas bibliografias relacionadas ao tema para saber se elas ainda as tinham e se poderiam emprestá-las. E, essas pessoas se mostraram abertas emprestando as suas bibliografias.

É de ressaltar também a dificuldade em se ter acesso aos técnicos e delegados do MADRRM que na maioria das vezes alegavam que não tinham disponibilidade de tempo para disponibilizar os dados e responder aos questionários. E, acredita-se que essas limitações de certa forma prejudicaram a pesquisa.

Em seguida passaremos a analisar os resultados da pesquisa.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo tem o objetivo de analisar e discutir os dados coletados na pesquisa de campo. Como já foi dito no capítulo anterior os dados serão analisados por meio de uma técnica conhecida como análise de conteúdo com o objetivo de confirmar ou refutar a hipótese anunciada. Iniciaremos o capítulo fazendo uma caracterização socioeconômica da agricultura e dos agricultores da ilha de Santiago. Em seguida faremos a caracterização dos agricultores da referida ilha, e posteriormente faremos uma discussão e análise de oito categorias: Identificação dos Programas do Governo para a Agricultura e Principais Fontes Financiadoras; Objetivos Propostos e Principais dificuldades encontradas pelos Programas; Principais Problemas que impedem o Desenvolvimento da Agricultura; Perspectivas do Setor Agrícola para o futuro; Relação Agricultores x Instituições de Apoio; Políticas de Apoio à Capacitação dos Agricultores x Resultados Alcançados; Efetividade das Políticas e Programas mais bem Sucedidos; e Sugestões para a Viabilidade da Agricultura em Cabo Verde.

Consideramos essas categorias relevantes para a análise que se pretende fazer bem como para se determinar se essas políticas têm trazido melhorias nas condições de vida das populações rurais.

Por último descreveremos a percepção dos atores ligados à questão agrícola com relação às contribuições dos programas do governo ao desenvolvimento da agricultura.

6.1 AGRICULTURA E AGRICULTORES DA ILHA DE SANTIAGO: UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A economia Cabo-verdiana teve um crescimento acelerado ao longo dos últimos anos. O PIB registrou um crescimento médio na faixa de 5.7% no período de 2000 a 2005, e chegou a atingir 10.8 % em 2006. Em 2007, houve uma queda significativa e o crescimento desse indicador econômico foi de 7%. Este desempenho faz com que o país se destaque dos demais países da sua região (África subsaariana) devido ao crescimento econômico e à boa orientação política. A economia cabo-verdiana é liderada pelo setor de serviços que contribui com mais de 50% para a formação do PIB³⁶. A agricultura contribui atualmente com cerca de 5% para o

³⁶ Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

PIB. Este setor apesar de não ser considerado como um setor prioritário de desenvolvimento econômico, ele continua a empregar cerca de 30% da população ativa do país, e é uma fonte de subsistência, principalmente para as populações rurais. Por conta disso, essa atividade desempenha uma importância muito grande no desenvolvimento socioeconômico do país.

Segundo Silva (2009, p. 18), a agricultura cabo-verdiana é uma agricultura familiar de micro-proprietários com uma superfície média muito baixa, não ultrapassando 1 a 1,5 hectares. Por outro lado estas explorações são freqüentemente divididas em parcelas, refletindo o sistema de heranças cabo-verdiano, dificultando nalguns casos certos investimentos.

Segundo dados do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura (PEDA) a ilha de Santiago é a ilha que apresenta as melhores condições para a prática da agricultura, concentrando 52,7% da área agrícola cultivável do país (253.023 litros), seguida de Santo Antão com 20,8% e Fogo com 15, 8%. As restantes ilhas detêm apenas 10,7% da área agrícola cultivável.

A população agrícola desta ilha ronda os 127.731, sendo 58.803 do sexo masculino e 68.928 do sexo feminino, distribuídos por 24.625 explorações agrícolas.

A superfície agrícola útil é estimada em 233.783 litros, dos quais 221.207 litros são de sequeiro³⁷, 11.035 litros de regadio e 1.542 litros sequeiro/regadio.³⁸ A área agrícola de regadio corresponde a 12.201 litros, com uma taxa de utilização de 78,7% em regadio quente e 82,5 % em regadio fresco (PADA, 2009, p. 21).

Esta é uma ilha altamente afetada pela seca e pelos efeitos decorrentes deste fenómeno. O setor agrário é caracterizado por uma grande vulnerabilidade, devido à fraca dotação de recursos naturais (água e solo), ao sistema de exploração da terra e às condições climáticas conjugada com a exigüidade do território e a alta propensão para a erosão dos solos é a causa principal da fraqueza estrutural do setor agrícola.

Para além das limitações relacionadas com a exigüidade dos solos com vocação agrícola, acrescenta-se que estas terras estão na sua maioria localizadas em zonas semi-áridas e áridas, onde a pressão dos fatores climáticos adversos se manifesta com maior intensidade, dificultando assim o estabelecimento do coberto vegetal indispensável à produção agrícola.

³⁷ As parcelas consagradas à agricultura de sequeiro são geralmente cultivadas durante o período das chuvas, de julho a outubro. As principais culturas praticadas por esse regime são o milho, os feijões e por vezes os tubérculos e certas árvores.

³⁸ A agricultura de regadio é praticada nas parcelas que dispõem de água. Estas parcelas estão, geralmente, situadas nos vales. Cultivam-se ali cana-de-açúcar, banana, tubérculos, legumes, etc.

Grande parte do território da ilha de Santiago situa-se nos estratos árido (39%) e semi-árido (35%). Apenas 25% do território se situa no estrato sub-úmido e 2% no estrato úmido.

Silva (2009, p. 16) aponta que a produção agrícola de sequeiro é pouco diversificada, sendo o milho e o feijão as principais culturas. Contudo, na zona úmida e sub-úmida, a integração das culturas hortícolas, raízes, tubérculos e árvores fruteiras nos sistemas de exploração, aumentou consideravelmente no decorrer da última década, numa lógica de complementaridade econômica, e diversificação das culturas com impacto na melhoria da dieta

Constituem também limitações a ter em conta, a orografia do território, o predomínio das formas de exploração indireta da terra, nomeadamente a parceria e o arrendamento, associado ao parcelamento excessivo das terras, a limitada disponibilidade forrageira associada a sua fraca qualidade nutritiva, o baixo nível de escolaridade e formação profissional das populações e ainda a fraca capacidade institucional.

A população ativa da ilha de Santiago corresponde a 29,2% da população total. Segundo dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, 2008, p. 18), o número de pessoas empregadas, em sentido lato, com 15 anos ou mais na Praia e no interior da ilha Santiago, em 2008, se apresenta da seguinte forma:

TABELA 5
Situação de ocupação da população de 15 anos ou mais

Domínio	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Praia	41.294	11.498	28.268	81.060
Interior de Santiago	61.598	7.034	27.578	96.210
Total	102.892	18.532	55.846	177.270

Fonte: IEFP/ INE, 2008.

Em relação ao conjunto da população com 15 anos ou mais, a população empregada para a ilha de Santiago, no valor de 102.892, corresponde a 58% do total de 177.270, enquanto que a população desempregada (18.532), corresponde a 10,43%. A população inativa é de 55.846, o que corresponde a 31,5%.

Apesar de ser a ilha mais rica do país a incidência da pobreza na ilha de Santiago é muito alta e chega a atingir 49% só perdendo para Santo Antão que vem em primeiro lugar com 54%. Vale salientar que mais da metade dos pobres se concentra na ilha de Santiago,

sendo 43% no interior e 13% na Praia Urbana, isto é, a pobreza nesta ilha é uma pobreza basicamente rural.

Conforme nos mostra o Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura (PADA, 2009, p. 17) “dos 43% da população pobre do interior da ilha de Santiago, 57% são considerados muito pobres.”

O Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias (IDRF, 2001-2002) realça que a maior parte dos indivíduos “não pobres” concentra-se na ilha de Santiago, sendo 29% na Praia Urbana e 26% no resto de Santiago, pelo que se pode inferir que esta seja uma ilha de contrastes, onde a desigualdade social é mais visível.

Esta pobreza está ligada à insegurança alimentar que atinge 20% das famílias rurais de Cabo Verde, sendo 7% na forma severa e 13 % moderada. Em situação de risco de insegurança alimentar encontram-se 11% das famílias rurais do país, ou seja, mais de 4500 famílias.

Santiago é a segunda ilha do país no que se refere à vulnerabilidade alimentar (31,6%). Dos 20% das famílias em situação de insegurança alimentar, 7,8% encontram-se numa situação muito mais crítica, ou seja, de insegurança alimentar severa (PADA, 2009, p. 18).

A agricultura que poderia ser um instrumento de combate à insegurança alimentar dá uma contribuição muito reduzida no combate à vulnerabilidade alimentar, satisfazendo apenas cerca de 15% das necessidades alimentares do país.

Dados do Inquérito de Seguimento da Vulnerabilidade Alimentar das Famílias Rurais (ISVAF) demonstram que

81% das famílias rurais do país estão implicadas em atividades do sector primário, sendo que a contribuição destes no rendimento potencial das famílias representa apenas 20% do rendimento total das famílias. Cerca de 86% das parcelas são de sequeiro, em que majoritariamente o sistema de produção não é rentável, devido às culturas praticadas (essencialmente para o auto-consumo) e ao alto risco derivado dos condicionalismos agro-climáticos, por isso quanto mais diversificado for o leque de atividades praticada pelas famílias, menor é probabilidade de estarem em situação de insegurança alimentar (ISVAF, 2005, p. 56)

Com relação aos agricultores da ilha de Santiago, pode-se afirmar que a maioria deles são pequenos produtores que dividem suas atividades entre a agricultura e a criação de gado e que exploram a terra em regimes de arrendamento e parceria. Eles têm na agricultura e na pecuária suas principais fontes de rendimento. Esta última atividade desempenha um papel extremamente importante na satisfação das necessidades das populações em proteína e gordura animal, assegurando quase 100% do abastecimento do mercado interno em carne e

ovos, e em uma proporção menor em leite. Normalmente, esses agricultores/criadores dedicam-se à criação essencialmente de caprinos/ ovinos e suínos em regime extensivo. Este sistema caracteriza-se pela exploração de animais de raças locais de elevada rusticidade e fraca produtividade.

Os agricultores da ilha de Santiago, semelhante aos do país como um todo, são em sua maioria analfabetos, vivendo em situações de extrema miséria e sem acesso aos principais serviços sociais básicos.

O sistema de exploração agrícola na ilha de Santiago é, na maioria dos casos, do tipo familiar. A produção destina-se em maior escala para o mercado e o que sobra vai para o auto-consumo das famílias. Fatores limitantes, como as dificuldades de acesso à terra, aliados às formas de exploração que não estimulam o investimento, o difícil acesso a outros fatores de produção, sobretudo a água, sementes e material vegetal, adubos, pesticidas entre outros, têm dificultado o desenvolvimento da atividade agrícola. Além disso, o acesso ao capital financeiro é uma grande limitação.

Perfil dos Agricultores da Ilha de Santiago

Um dos objetivos desta pesquisa é traçar o perfil dos agricultores da ilha de Santiago e pretende-se fazer isso com base nos questionários aplicados. A amostra de 60 questionários mostrou-se adequada para retratar as condições desses agricultores e suas expectativas em relação ao papel do governo para o progresso da agricultura na ilha de Santiago.

O perfil dos agricultores foi elaborado a partir de cinco componentes: (i) caracterização dos agricultores; (ii) percepção quanto às políticas públicas; (iv) tipos de exploração, regime agrícola e uso de mão-de-obra; e (v) fontes de rendimento.

Caracterização dos Agricultores Pesquisados

No que se refere ao primeiro componente do perfil, que foi designado de caracterização dos agricultores, recolheu-se informações que dizem respeito ao sexo, nível de instrução e participação em associações agrícolas. Dos sessenta questionários aplicados os resultados foram os seguintes:

Na Tabela 6, têm-se os resultados com relação ao sexo das pessoas entrevistadas.

TABELA 6
Sexo dos Informantes

Agricultores	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
N° de pessoas	34 (57%)	26 (43%)	60 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

Verifica-se que há pouca diferença entre homens e mulheres chefes de exploração agrícola, sendo que, do total dos 60 entrevistados, 34 são do sexo masculino e 26 do sexo feminino. Essa proporção é coincidente com o Recenseamento Geral da Agricultura (RGA, 2004), cujos resultados mostraram que as chefas de exploração agrícolas femininas (50,5%) eram apenas ligeiramente em maior quantidade que os masculinos (49,5%), na ilha de Santiago.

No *concelho* de Santa Cruz foi onde se verificou uma maior disparidade entre o número de chefes de explorações agrícolas, os chefes de exploração agrícolas masculinos representavam 74% enquanto verificou-se apenas 26% de mulheres com esse estatuto. Isso deve-se ao fato da sociedade cabo-verdiana ser ainda bastante conservadora e machista e, por conta disso, a maioria das mulheres (principalmente as que vivem no meio rural) prefere ficar em casa cuidando dos afazeres domésticos, como por exemplo, cuidar dos filhos, da comida etc., enquanto os homens ficam responsáveis pelas tarefas que exigem maior força física como, por exemplo, o cultivo das terras.

A Tabela 7 apresenta o nível de instrução dos nossos informantes.

TABELA 7
Nível de instrução dos agricultores pesquisados

Agricultores	Nível de Instrução		Total
	Sabe ler e escrever	Não sabe ler /escrever	
N° pessoas	46 (77%)	14 (23%)	60 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

No que diz respeito ao nível de instrução dos entrevistados constatamos que 77% declararam que sabiam ler e escrever, enquanto que 23% afirmaram que nunca tinham sido

alfabetizados³⁹. A maioria dos entrevistados disse não ter tido oportunidade de estudar porque eram provenientes de famílias com muitos irmãos e poucos recursos financeiros e que na maioria das vezes as escolas ficavam distantes. As razões mais apontadas pelos entrevistados para o abandono escolar foram: desinteresse, ajudar a cuidar dos irmãos mais novos, ter que ajudar o pai no cultivo da terra e falta de meios financeiros para continuar os estudos. Percebeu-se em todos os entrevistados que não tinham sido alfabetizados que para eles ser alfabetizado era de suma importância, na medida em que seria o único meio que possibilita aos indivíduos melhorar as suas condições de vida. Eles afirmaram que apesar deles não terem tido oportunidade de estudar, fariam de tudo para que os filhos estudassem, porque queriam vê-los prosperar na vida. Com relação ao gênero, o analfabetismo atinge sobretudo as mulheres, pois a taxa é de 57% enquanto que nos homens a taxa de analfabetismo gira em torno dos 43%.

Os estudos realizados sobre o tema nos mostram que as mulheres são globalmente as mais atingidas pelo analfabetismo que aliados à baixa escolarização e à falta de qualificação profissional colocam as mulheres fora do mercado de trabalho condenando-as à pobreza.

De acordo com Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP, 2008, p.37), o déficit de qualificação profissional é tido como uma das principais causas da pobreza, fenômeno que afeta principalmente as mulheres chefes de família e os jovens, a que juntam as dificuldades de acesso ao crédito como importante determinante de empobrecimento das pessoas, principalmente no meio rural.

A respeito desse assunto Almeida *et al.* ressalta a relação entre o nível educacional e a pobreza:

A população pobre possui, na sua quase totalidade, fracos níveis de educação, o que constitui uma desvantagem para a integração do indivíduo no mercado de trabalho. A relação entre educação e pobreza parece deste modo tornar-se um ciclo vicioso: as pessoas são pobres porque não puderam investir em si mesmas (ALMEIDA et al., 2002, p.58).

Por conta do baixo nível educacional, muitas das nossas informantes apontaram que os programas de proteção social devem direcionar-se à capacitação das mulheres pobres e desempregadas, com vista a deixá-las mais autônomas e independentes financeiramente, priorizando as solteiras, chefes de família e as que vivem no meio rural.

³⁹ É considerada analfabeta a pessoa de idade igual ou superior a 15 anos que não saiba ler nem escrever. Deste modo a taxa de analfabetismo designa a proporção da população de idade igual ou superior a 15 anos que não saiba ler nem escrever.

Ao perguntarmos aos nossos entrevistados se faziam parte de alguma associação de agricultores ou pecuaristas, constatamos que cerca de 33% dos entrevistados responderam que não, enquanto que 67% declararam que eram membros de alguma associação. Notou-se que um dos motivos mais alegados para a não participação dos nossos informantes em associações foi ‘falta de interesse’ (45%) e outro motivo também muito apontado foi ‘nunca terem sido convidados’ (30%). Na Tabela 8, é apresentada a participação ou não dos agricultores em Associações.

TABELA 8
Participação dos agricultores em Associações

	Participação em Associações		Total
	Sim	Não	
Agricultores			
N° de pessoas	40 (67%)	20 (33%)	60 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

6.1.1 Percepção de Políticas Públicas

Com relação ao segundo componente, foi denominado de percepção de políticas públicas, foram recolhidos dados que esclarecem a respeito do conhecimento/ entendimento que os entrevistados têm sobre políticas públicas e sobre os programas/ projetos do governo direcionados ao desenvolvimento da agricultura. Outra questão proposta foi se já tinham sido beneficiados por algum desses programas/projetos. Os resultados são apresentados nas tabelas seguintes.

Quando perguntamos aos entrevistados se já tinham ouvido falar de políticas públicas cerca de 90% dos entrevistados responderam que sim e apenas 10% responderam que nunca tinham ouvido falar desse assunto, como mostrado na Tabela 9.

TABELA 9
Percepção de Políticas Públicas

	Já ouviu falar de políticas públicas?		Total
	Sim	Não	
Agricultores			
N° de pessoas	54 (90%)	6 (10%)	60 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

Ao se perguntar aos que haviam respondido afirmativamente qual era a noção que tinham de políticas públicas, verificamos que apenas 12% conseguiram explicar o que eles entendiam sobre esse tema, embora de forma simplória, enquanto que 78% não conseguiram responder a essa pergunta.

De acordo com o Agricultor A, políticas públicas são “*coisas que o governo faz para ajudar as pessoas mais necessitadas como nós agricultores*”.

Outro agricultor compartilhando da mesma idéia respondeu o seguinte:

“Eu ouço muito falar disso na rádio e na televisão, principalmente na época das eleições, mas no fundo no fundo não sei explicar bem o que isso significa porque como eu estudei pouco não tenho muito entendimento sobre esses assuntos...para mim tem a ver com o que o governo faz para resolver os problemas das pessoas (fala do agricultor B).

A Tabela 10 apresenta a noção que os nossos entrevistados têm sobre políticas públicas.

TABELA 10 Entendimento dos entrevistados sobre Políticas Públicas			
Agricultores	Entendimento sobre Políticas Públicas		Total
	Sabe responder	Não sabe responder	
Nº de pessoas	7 (12%)	47 (78%)	54(100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

No que se refere aos programas do governo direcionados ao desenvolvimento da agricultura percebeu-se que a maioria dos entrevistados (82%) já tinha ouvido falar de algum programa do governo dirigido ao desenvolvimento da agricultura e apenas 18% afirmaram nunca ter ouvido falar desses programas. Na Tabela 11 serão apresentados o que os agricultores entrevistados conhecem sobre os programas do governo para a agricultura.

TABELA 11 Percepção sobre os programas do governo para a agricultura			
Agricultores	Percepção sobre os programas do governo para a agricultura		Total
	Conhecem algum programa	Não conhecem	
Nº de pessoas	49 (82%)	11(18%)	60 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme mostra a Tabela 12, desses entrevistados, 45 % declararam já terem sido beneficiados por alguns desses programas e 55% afirmaram nunca terem recebido nenhum benefício.

TABELA 12
Beneficiados por algum programa do governo para a agricultura

Beneficiados por algum programa do governo para a agricultura			Total
Agricultores	Receberam benefícios	Não receberam benefícios	
N° de pessoas	27 (45%)	33 (55%)	60 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

Ao perguntarmos aos agricultores se eles poderiam apontar quais tinham sido esses benefícios, descobrimos que 41% tinha recebido sementes de produtos hortícolas, 33% dos entrevistados apontaram capacitações em diversas áreas, 15% colocaram como benefícios recebimento de produtos não-perecíveis como, por exemplo, sacos de feijão congo e 11% apontaram instalação do sistema gota-a-gota. Na tabela 13 estão descritos os benefícios recebidos pelos agricultores que receberam algum tipo de apoio por parte de algum programa do governo destinado à agricultura.

TABELA 13
Descrição dos benefícios recebidos pelos agricultores

Descrição dos benefícios recebidos pelos agricultores	N° de pessoas beneficiadas	Total
Sementes de produtos hortícolas	11	41%
Recebimento de produtos não-perecíveis	9	33%
Capacitações em diversas áreas	4	15%
Instalação do sistema gota-a-gota	3	11%
Total	27	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Para termos informação sobre a necessidade mais urgente dos nossos informantes, perguntamos a eles do que realmente necessitam. De acordo com os dados verificamos que as principais dificuldades são água (85%), assistência técnica (10%) e por último crédito agrícola (5%). A Tabela 14 sintetiza o que mais necessitam os nossos entrevistados.

TABELA 14**Principais necessidades sentidas pelos agricultores**

Agricultores	Principais necessidades sentidas pelos nossos entrevistados			Total
	Água	Assistência Técnica	Crédito Rural	
Nº de pessoas	51(85%)	6(10%)	3 (5%)	60 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a água é fonte da vida e, por conta disso, as medidas devem ser global e localmente pensadas e aplicadas, visando a sua gestão sustentável, assegurando a melhoria das condições de vida das populações atuais, principalmente as mais desfavorecidas e sem comprometer a vida das gerações futuras. Estima-se que, atualmente, a escassez de água afeta cerca de 2 mil milhões de pessoas e que esse número poderá dobrar em menos de duas décadas.

De acordo com o Diagnóstico Final de Segurança Alimentar (2002, p. 34) os escassos recursos hídricos existentes representam um dos maiores constrangimentos ao desenvolvimento econômico de Cabo Verde. As precipitações fracas ou nulas acabam se refletindo em níveis de produção agrícola insuficientes agravando a situação alimentar e o nível de rendimento dos produtores rurais. Deste modo, a agricultura é marcada por produções flutuantes e imprevisíveis, não satisfazendo, em geral, as necessidades básicas da população. Nos anos em que as chuvas são regulares e bem distribuídas, a produção aumenta consideravelmente e registra-se boa recarga dos aquíferos. Entretanto, bons anos de chuva são considerados como excepcionais.

Segundo aquele documento, o programa de conservação de solos, de reflorestação associados às atividades de exploração e disponibilização de água às populações, primeiramente para o consumo doméstico em quantidade e qualidade requeridas e, depois, para as atividades produtivas na agricultura e na indústria têm sido priorizadas pelo governo, que por sua vez tem mobilizado esforços significativos para o financiamento desses programas.

Vale salientar que apesar dos esforços empreendidos nas últimas décadas, com a finalidade de melhorar o acesso das populações à água potável, permanecem ainda diferenças regionais e locais no que toca ao seu acesso, com particular realce para as zonas rurais e para os municípios mais pobres. Por conta disso, desafios importantes precisam ser enfrentados, como pode ser confirmado no relato fornecido por alguns de nossos informantes

“A falta maior que sentimos aqui é de água. A água aqui é o problema mais grave e terrível. O governo precisa “lutar” com a delegação para que a mesma nos apóie e nos auxilie quando sentimos falta de água. Se tivermos água suficiente conseguimos produzir bem e conquistar o mercado e uma boa parte dos nossos problemas será resolvido” (fala do agricultor R).

Outro informante também disse o seguinte:

“Sentimos muita falta de água em abundância para cultivarmos as nossas parcelas. Se tivermos água podemos diversificar os nossos produtos e depois vendê-los nos mercados... com água também podemos dar de beber aos nossos animais... se conseguíssemos ter água durante todos os meses do ano não teríamos tantos problemas como temos” (fala da agricultora D).

A segunda necessidade mais apontada pelos nossos informantes foi assistência técnica. Em geral, a assistência técnica visa desenvolver ações em diversas áreas, com o objetivo de divulgar entre os produtores rurais tecnologias utilizadas por outros produtores e, em especial, aquelas criadas por centros de pesquisa e testadas em estações experimentais. Se houver uma boa divulgação entre o maior número possível de produtores, isso se transformará em aumentos de produção com menores custos e maiores retornos.

Dos entrevistados, 43% afirmaram que a assistência técnica que recebem é insuficiente para as necessidades deles. Segundo os mesmos, os técnicos das delegações raramente aparecem no terreno para auxiliá-los ou para ensiná-los a melhor técnica de racionalização da água, de cultivo e, principalmente, de combate às pragas.

Nas palavras de uma agricultora

“Nós sentimos muita falta da presença dos técnicos do Ministério⁴⁰ para nos ensinarem novas técnicas de cultivo e de como lidar com as pragas. Já aconteceu uma vez de aparecer uma praga que não conhecíamos e essa praga se alojou nos repolhos e como não tínhamos a orientação de nenhum técnico compramos um remédio para tentar matar essa praga e isso não teve nenhum efeito sobre a praga e perdemos toda a nossa produção... se um técnico nos tivesse esclarecido sobre que remédio utilizar com certeza teria sido diferente” (fala da agricultora T).

Outro informante afirma que: *“precisamos de técnicos que nos ajudem no combate às pragas e que também nos dêem mais formações no domínio da agricultura e da hidroponia” (fala da agricultora C).*

Cabe dizer que mesmo quando a assistência técnica é devidamente prestada e o pequeno produtor toma conhecimento de novos métodos de produção e se convence de suas vantagens, as suas poucas economias e a falta de acesso a recursos de terceiros podem dificultá-los ou mesmo impedi-los de adotá-las. É o que acontece em Cabo Verde, onde os

⁴⁰ A nossa informante referia-se ao Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos de Cabo Verde.

instrumentos de apoio, como o crédito, são insuficientes. Apenas 2,5% do crédito na economia é destinada ao setor agrícola. A quase inexistência de crédito agrícola tem sido apontada como um dos principais empecilhos ao desenvolvimento da agricultura, e conseqüentemente ao aumento da produção agroalimentar.

Vale assinalar que no processo de desenvolvimento econômico, o crédito rural é um dos fatores que ocupa lugar central na geração de riqueza no seio das famílias rurais, na medida em que ele, associado à capacitação técnica pode impulsionar o aumento da produção e, deste modo, geração de emprego e renda.

O crédito agrícola foi apontado pelos nossos informantes como a terceira necessidade mais urgente a ser resolvida pelo governo. Vejamos alguns dos seus depoimentos:

“... aqui fala-se muito de crédito, mas sentimos falta de um programa de crédito onde os juros não sejam tão elevados, porque se pedirmos crédito não teremos como pagar, porque para pagarmos teremos que produzir bem ...e aqui como não temos muita água...concerteza não conseguiremos pagar as nossas dívidas e ficaremos com fama de malandro⁴¹ na praça” (fala do agricultor P).

O que se percebe é que há preocupação por parte dos nossos informantes com a imagem que os seus vizinhos têm dos mesmos, ou seja, para eles é indispensável ter uma boa imagem perante os seus familiares e pessoas mais próximas, pois de acordo com algum deles, só assim essas pessoas te respeitarão. Por conta disso, muitos têm medo de solicitar o crédito agrícola porque receiam não conseguir honrar a dívida e de ficar mal visto na comunidade. É de ressaltar aqui a fala do informante V que relatou o seguinte:

“Eu sei que o crédito ajuda muito, principalmente para nós que somos pobres e que não temos outro meio de viver sem ser da agricultura, mas só que já vi pessoas conhecidas pedirem crédito e não conseguirem pagar... quando isso acontece além de você não conseguir ter acesso a esse crédito de novo você fica com fama de ladrão e ninguém mais te respeita... eu não agüentaria andar na rua e de ser apontado como ladrão. Sou pobre, mas graças a DEUS sou honesto. Mas, acredito que se os juros fossem mais baixos nós conseguiríamos pagar o crédito... porque afinal queremos um crédito que nos ajude e que não nos prejudique” (fala do agricultor V).

De acordo com a coordenadora do Programa de Formação e Empréstimos a Pequenas Empresas, “uma das principais dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais é com relação ao projeto que lhes é solicitado, explicando como pretendem investir esse crédito, caso lhes seja concedido, e de encontrar alguém que se disponibilize a servi-los de

⁴¹ Chama-se de malandro em Cabo Verde ao indivíduo que vive dando golpes nos outros, que não honra as suas dívidas, enfim, pessoa de má fama.

fiador. Segundo a mesma “a taxa de juros é uma das mais baixas do mercado, somente 5% ao ano.”

Atualmente, está em pleno funcionamento uma linha de crédito na Caixa Econômica de Cabo Verde (CECV), financiada pela Cooperativa Agrícola de Desenvolvimento Internacional (ACDI) ⁴², para grupos solidários ou associações de agricultores interessados.

Uma questão geral que sumariza a opinião sobre o papel do governo, foi se o governo tem dado a devida atenção ao desenvolvimento da agricultura na ilha de Santiago, obtendo-se como respostas: 58% responderam que sim, 38% responderam que não e 3% não sabiam ou não responderam.

6.1.2 Tipos de Exploração, Uso da Água e Mão-de-Obra

No que toca ao terceiro componente do perfil, que chamamos de tipos de exploração, mão-de-obra e regime agrícola, os resultados foram os seguintes.

A Tabela 15 mostra que no tocante aos regimes de exploração das parcelas, constatou-se que 58 % dos entrevistados exploram a sua parcela por conta própria, enquanto que 28% exploram por arrendamento e apenas 13% por parceria. A Tabela 15 sumariza esses resultados para os agricultores pesquisados.

TABELA 15
Regimes de exploração das parcelas

	Regimes de Exploração			Total
	Agricultores	Conta Própria	Arrendamento	Parceria
Nº de pessoas	35 (58%)	17 (28%)	8 (13%)	60 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

Com relação ao sistema de uso da água constatou-se que 46% dos nossos informantes utilizam a agricultura de regadio, 27% utilizam a de sequeiro e a mesma percentagem de pessoas (27%) declarou que utiliza um regime misto de sequeiro e regadio na exploração das suas terras, conforme mostra a Tabela 16.

⁴² ONG Norte Americana que apóia o desenvolvimento agrícola em Cabo Verde.

TABELA 16
Parcelas por sistema de uso da água

Agricultores	Tipos de Uso da Água			Total
	Sequeiro	Regadio	Sequeiro/regadio	
N° de pessoas	16 (27%)	16 (27%)	28 (46%)	60 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

Com relação à mão-de-obra utilizada nas explorações agrícolas, constatamos que 53% são do tipo familiar, 33% são assalariados temporários, 10% é familiar e também contrata assalariados temporários e apenas 3% da mão-de-obra utilizada é sob a forma de *djunta-mão*⁴³. Essas informações serão resumidas na Tabela 17.

TABELA 17
Tipos de Mão-de-Obra utilizada

Agricultores	Mão-de-Obra utilizada				Total
	Familiar	Assalariada Temporária	Familiar e Assalariada Temporária	<i>Djunta-mão</i>	
N° de pessoas	32 (53%)	20 (33%)	6 (10%)	2 (3%)	60 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

Quando se perguntou qual é o destino que dão aos produtos que cultivam, 57% declararam que os produtos cultivados destinam-se ao auto-consumo e à venda; 20% declararam que esses produtos destinam-se ao auto-consumo, venda e o que sobra vai para a alimentação dos animais; 18% declararam que esses produtos destinam-se exclusivamente ao auto-consumo e 5% declararam que os produtos destinam-se somente às vendas. A Tabela 18 resume o destino os agricultores pesquisados dão aos produtos que cultivam.

TABELA 18
Destino dado aos produtos cultivados

Agricultores	Auto-consumo	Venda	Auto-consumo e Venda	Auto-consumo, Venda e Alimentação animal	Total
N° de pessoas	11(18%)	2(5%)	34 (57%)	12 (20%)	60 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

⁴³ Trata-se de uma forma de troca de dias de trabalho entre os membros da exploração e outras pessoas estranhas para os trabalhos agrícolas

6.1.3 Fontes de Rendimento

No que diz respeito ao quarto e último componente, que denominamos de fontes de rendimento, procurou-se informações sobre as fontes de renda dos nossos informantes. Mais concretamente, se exerciam atividades não agrícolas, se tinham algum membro da família emigrado, se recebiam alguma remessa (exterior ou nacional), se possuem/possuíram algum negócio que gerou renda e o que gostariam de aprender a fazer para aumentar a sua renda. As respostas serão apresentadas nas tabelas abaixo.

No que se refere a outras atividades desempenhadas além da agricultura, 80% dos nossos informantes declararam que exercem outra atividade além da agricultura enquanto que 20% responderam negativamente.

Desses que responderam afirmativamente, 71% deles declararam que se dedicam à criação de gado em paralelo com a agricultura, 12,5 % são pedreiros, 4 % são produtores de aguardente e nos restantes 12,5 % temos diarista, advogado, professor e escultor.

O que se percebe é que a produção agrícola já não é mais a única e, em muitos casos, nem a principal fonte de renda das famílias residentes no meio rural. A pluriatividade tem-se mostrado como uma alternativa para o aumento da renda dessas famílias. Um resumo é apresentado na Tabela 19.

TABELA 19
Atividades não-agrícolas exercidas

Agricultores	Atividades não agrícolas				Total
	Criação de gado	Pedreiro	Produtor de aguardente	Outros	
Nº de pessoas	34 (71%)	6 (12,5%)	2 (4%)	6 (12,5%)	48 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com Shucksmith *et al.*, (1989) *apud* Da Silva (1998, p.15), “a pluriatividade é o resultado de um conjunto de estratégias adotadas pelas famílias agrícolas com vista a diversificar as suas fontes de renda”. Essas estratégias podem ser: a) a busca de novos mercados em resposta a alterações nos preços relativos; b) as tentativas de redução de riscos; c) as mudanças no ciclo familiar; d) as mudanças na dinâmica interna da família e e) as respostas à percepção de novas oportunidades de mercado.

Nas palavras de um de nossos entrevistados,

“...viver só da agricultura hoje é praticamente impossível. O que tiramos da agricultura mal dá para o nosso sustento e por isso não podemos ficar parados e de braços cruzados...temos que procurar outras coisas para fazer para sustentar os nossos filhos senão morremos de fome” (fala da agricultora L).

Ao perguntarmos se possuíam algum membro da família emigrado, 70% responderam que sim, enquanto que 30% responderam que não. É de realçar que das pessoas que responderam que recebiam algum dinheiro do exterior todas elas declararam que essas remessas não eram fundamentais para eles. Como pode ser visto no depoimento abaixo:

“Eu tenho irmãos e primos que emigraram á muito tempo... ás vezes eles nos ajudam enviando algum dinheiro, mas só que além desse dinheiro não chegar para o nosso sustento ainda deixa falta para eles... falei para eles não nos mandarem mais nada porque eu sei que a vida no estrangeiro também está muito difícil” (fala do agricultor, D).

Com relação à pergunta se possuem algum negócio que gera renda, 52% dos entrevistados responderam que possuem um negócio que gera algum tipo de renda e 48% declararam que não possuem nenhum negócio rentável.

Ao perguntarmos o que gostariam de aprender a fazer para aumentar a renda, 50% respondeu que gostaria de ter mais formações no domínio da agricultura e da pecuária, particularmente na técnica de hidroponia, 16% gostariam de ter formações em corte e costura, 6% gostariam de aprender a ler e a escrever, 9% gostariam de ter formações em contabilidade e informática, 7 % gostariam de ter formações na área de gastronomia, 7 % também gostariam de ter formações em carpintaria e mecânica. 2% gostariam de receber alguma ajuda do governo para montar um negócio próprio e 3% queriam aprender a fazer outras coisas. É de realçar que com exceção de 17% todos os nossos informantes gostariam de aprender a fazer algo visando aumentar a renda e, conseqüentemente melhorar as suas condições de vida.

Na Tabela 20 estão sintetizadas as respostas sobre o que os nossos informantes gostariam de aprender a fazer para aumentar a sua renda.

TABELA 20

Possíveis atividades para aumentar a renda dos entrevistados

Atividades para aumentar a renda	Total
Formações no domínio da agricultura e da pecuária	50%
Formações em corte e costura	16%
Formações em contabilidade e informática	9%
Formações na área de gastronomia	7%
Formações em carpintaria e mecânica	7%

Aprender a ler e a escrever	6%
Ajuda do governo para montar um negócio próprio	2%
Outros	3%
Total	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

6.2 PERCEPÇÃO DOS ATORES GOVERNAMENTAIS LIGADOS À QUESTÃO AGRÍCOLA COM RELAÇÃO ÀS CONTRIBUIÇÕES DOS PROGRAMAS DO GOVERNO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

No que diz respeito aos programas do governo destinados ao desenvolvimento do setor agrícola em Cabo Verde constatamos que todos os nossos inquiridos citaram como principais os programas e planos de ação citados no capítulo 3. Além desses citaram outros como, por exemplo, o programa de valorização dos recursos naturais, o programa de valorização das bacias hidrográficas, o programa de massificação da rega e o programa de diversificação de culturas.

Com relação às principais fontes financiadoras desses programas as mais citadas foram o Tesouro Nacional, o BAD, BADEA, MCA, EU, FAO e Cooperação Austríaca.

Nas palavras de um dos nossos informantes:

“A principal fonte de financiamento desses programas é o Tesouro Nacional, isto é, o governo de Cabo Verde. No entanto, existem as fontes de financiamento internacionais que chegam até nós por intermédio do governo. O governo assina contratos com a FAO, EU e com outras Instituições que financiam os programas e projetos do governo e nós seremos contemplados dentro desse pacote. Por outro lado, temos outras parcerias que estabelecemos nas Delegações como, por exemplo, com a Borneffonden, Comissão Regional de Parceiros de Santiago Norte (CRP). Estes últimos exemplos são financiamentos que a Delegação vai buscar, mas enfatizando uma vez mais o nosso principal financiador é o Tesouro Nacional (fala do informante A).

Quando se perguntou aos nossos entrevistados se esses programas conseguem atingir os seus objetivos propostos todos responderam de forma unânime que sim. Vejamos alguns dos depoimentos:

“Normalmente nós conseguimos alcançar os nossos objetivos porque na maioria das vezes são problemas práticos. Por exemplo, construímos hortas, reservatórios, pocilgas, currais e quando fazemos isso alcançamos de forma imediata os nossos

objetivos. Entretanto, enfrentamos algumas dificuldades, sobretudo no que tange ao seguimento desses programas e projetos. Normalmente, numa primeira fase vai bem, mas devido à carência que temos de técnicos numa segunda fase começa a não ir bem. Apesar desses problemas podemos afirmar que os objetivos na grande maioria das vezes são alcançados uma vez que conseguimos introduzir as pessoas no ciclo econômico, ou seja, se existe uma pessoa pobre e sem nenhuma fonte de renda criamos condições para que essa pessoa comece a fazer criação de gado de raça melhorada e essa pessoa começa a ganhar algum dinheiro, coloca os filhos na escola, melhora a sua dieta alimentar, etc”(fala do informante B).

Outro informante também disse o seguinte:

“Eu acho que sim. Sem dúvida existem algumas insuficiências, nomeadamente na variação dos impactos dos programas e projetos e também, por vezes, de alguma coordenação entre os vários programas. Mas, normalmente se consegue atingir os objetivos propostos (fala do informante C).

No que se refere às principais dificuldades encontradas por esses programas as respostas foram as seguintes:

“A nossa principal dificuldade são com os próprios beneficiários desses programas que são pessoas que quando recebem tudo de graça têm a tendência de não valorizar, e essa é a nossa principal barreira. Já aconteceu de chegarmos a uma comunidade e de darmos muitas coisas para as populações residentes nessas comunidades, e dentro de pouco tempo voltarmos e encontrarmos tudo destruído. Agora exigimos que essas comunidades assumam o compromisso de preservar o que recebem, e temos tido algum sucesso. Outra dificuldade também que enfrentamos com esses programas é a falta de técnicos para trabalhar no terreno” (fala do informante D).

Outro entrevistado afirma que:

“Uma das principais dificuldades encontradas por esses programas tem a ver com a falta de coordenação entre os vários programas e projetos, dinâmica das populações, falta de chuvas, atraso no desbloqueamento das verbas, falta de recursos humanos especializados para a execução integral desses programas, entre outros” (fala do informante E).

O problema mais apontado pelos nossos informantes que impede a competitividade e o desenvolvimento da agricultura em Cabo Verde é a escassez de chuvas. O que pode ser observado nos depoimentos abaixo:

“O primeiro problema que impede a competitividade e o desenvolvimento da nossa agricultura é o fato de sermos um país Saheliano, e por conta disso sofremos muito com secas prolongadas, e conseqüentemente falta de recursos hídricos. Outro fator que a meu ver também dificulta o desenvolvimento desse setor tem a ver com a insuficiência técnica e profissional dos produtores rurais e ausência de integração dos subsectores rurais” (fala da informante F).

Ainda com relação a essa questão o informante G, fez a seguinte afirmação:

“A questão da competitividade é o seguinte para mim, a agricultura em Cabo Verde não se desenvolveu porque nunca nenhum governo assumiu a agricultura como um setor de desenvolvimento, e por isso nunca investiu tanto quanto deveria na mesma. Os investimentos que existem no setor agrícola são muito tímidos e uma grande parte dos economistas que elaboram os projetos em Cabo Verde acreditam que o país irá se desenvolver com base em outros setores e não nesse. Este setor é que menos recebe verbas do orçamento. Há que se investir nesse setor estudando todas as potencialidades hídricas existentes (água de escoamento superficial e água do mar). Existem técnicas de dessalinização em que se pode cultivar todos os espaços em Cabo Verde” (fala do informante G).

Pelas respostas dos nossos informantes com relação às perspectivas do setor agrícola para o futuro pôde-se constatar que todos acreditam que no futuro esse setor pode vir a se desenvolver graças aos investimentos que o governo vem fazendo nesse segmento.

“As perspectivas para esse setor são boas. Planeja-se construir 10 a 15 barragens para mobilização de água superficial e isso dará um grande impulso à agricultura nacional. Se investirmos mais em outras formas de obtenção de água para a rega como, por exemplo, a dessalinização poderemos vir a ter, acredito eu, nossas áreas irrigadas aumentadas e isso poderá levar a que a atual agricultura passe de um nível de subsistência para um nível de mercado” (fala do informante A).

Quando se perguntou aos nossos informantes como era a relação entre os agricultores e as instituições de apoio percebeu-se que todos disseram que a relação não era boa porque era uma relação de dependência, na medida em que os agricultores não têm iniciativa e esperam que essas instituições façam tudo por eles.

Conforme nos mostra o relato do informante C

“Os agricultores são um pouco ingratos porque por mais que façamos eles sempre acham que nós não fazemos nada por eles. Eles não fazem nada por eles mesmos, e só ficam à espera que o governo faça tudo e mais alguma coisa por eles. Mas o governo também contribuiu para isso porque o mesmo sempre fez tudo, ou quase tudo, por eles e por conta disso eles se acomodaram e hoje em dia esperam que o governo resolva todos os seus problemas” (fala do informante C).

As ações e políticas de capacitação apontadas pelos nossos informantes foram as seguintes: formação e sensibilização dos agricultores, associativismo e organização de produtores.

Com relação aos resultados conhecidos decorrentes dessas ações um dos nossos informantes respondeu o seguinte:

“Podemos dizer que quando os agricultores se beneficiam dessas ações eles passam a trabalhar melhor as suas parcelas e melhoram o seu rendimento. Essas ações acabam por “abrir os seus olhos” para mais possibilidades nos seus negócios. O aumento da oferta de hortícolas é um resultado direto da assistência técnica; bem

como o aumento da superfície irrigada e o abastecimento do mercado interno por frutas são reflexos dessas ações não só na vida desses agricultores como da população geral. Essa produção embora seja, ainda, insuficiente consegue responder à demanda de uma grande fatia da população. Se não fosse por toda essa assistência técnica e capacitação nem sequer teríamos essa produção interna e importaríamos bem mais do que importamos hoje” (fala do informante E).

A política considerada mais efetiva pelos nossos informantes é trabalhar com organizações locais. Com relação aos programas que são considerados mais bem sucedidos as respostas foram as seguintes:

“Os programas mais bem sucedidos são os que são ligados à irrigação e melhoramento varietal de hortícolas porque permitem o abastecimento dos mercados e ajudam a combater a questão da insegurança alimentar de que tanto padecemos” (fala do informante C).

O informante G aponta que

“Para mim os programas mais importantes são os que estão ligados ao desenvolvimento das bacias hidrográficas, a massificação da rega gota-a-gota, melhoramento de raças porque essas apresentam mais garantias de continuidade e perduram mais no tempo” (fala do informante B).

Quando se perguntou quais eram as sugestões que os nossos informantes tinham para melhorar a condição de vida dos agricultores Cabo-verdianos, a resposta mais comum foi a seguinte:

“Para que haja um melhoramento das condições de vida dos agricultores é necessário que haja um investimento no setor agrícola. Atualmente o investimento nesse setor atinge cerca de 10% do Orçamento Geral do Estado. Tem que haver políticas de outros setores como, por exemplo, políticas educacionais que permita uma maior formação e qualificação desses agricultores. Outra questão é o transporte e a comercialização entre ilhas. Para que não haja sub ou superprodução é necessário que haja um bom sistema de transporte, comunicação e circulação entre as ilhas de forma que permita o escoamento de produtos entre as mesmas. Aliado a tudo isso é também necessário que as políticas públicas atuais destinadas a esse setor se adequem mais às necessidades desses agricultores para que possamos ver melhorias palpáveis” (fala do informante D).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho ficou evidente o papel que as políticas públicas desempenham no desenvolvimento do setor agrícola. Em Cabo Verde, o desenvolvimento da agricultura está inteiramente ligado às políticas empreendidas pelo Governo. Essas políticas quando bem formuladas e implementadas, na maioria das vezes, repercutem positivamente, não só sobre este setor, mas sobre a economia como um todo.

Este trabalho permite observar que a agricultura cabo-verdiana desde sempre foi caracterizada por uma grande escassez de recursos naturais, sobretudo solo fértil e água, comprometendo ainda mais sua base produtiva. A forma como se deu a conquista e o povoamento do arquipélago contribuiu para agravar ainda mais os problemas relativos a esse setor. Os portugueses, por não verem a agricultura como um setor estratégico de desenvolvimento, não investiram e nem procuraram desenvolver nenhuma cultura que se adaptasse às condições climáticas do arquipélago. Isso acabou provocando o atraso desse setor, que até ainda sofre as conseqüências desse período.

Após a independência, o governo nacional empreendeu grandes esforços para desenvolver e modernizar esse setor, visando, inicialmente, dotar o mercado interno de produtos alimentares básicos necessários à sobrevivência da população e com isto evitar as fomes como as que se fizeram sentir anteriormente. Em segundo lugar, para criar as bases para um desenvolvimento econômico futuro. Os investimentos maciços feitos pelo governo no setor de desenvolvimento rural, somados a investimentos privados, contribuíram para uma diversificação e aumento da produção, que aliadas a uma política de redistribuição de terras provocaram uma alteração, ainda que pequena, nas relações de propriedade e nos padrões de relações de trabalho.

O processo de democratização e abertura comercial, ocorrido no início da década de 1990 em Cabo Verde, mudou a conjuntura social, política e econômica do país. O governo passou a reconhecer a importância que o setor agrícola desempenhava na sociedade e na economia cabo-verdiana. Foi empreendido um conjunto de esforços com vista a dinamizar esse setor, por intermédio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, e estes tiveram um impacto positivo sobre este setor, que naquela década representava 12% do PIB. Produziram-se transformações profundas no setor agrícola no que se refere à diversificação da produção, ao aumento da área cultivada, ao uso e posse da terra, ao emprego de novas tecnologias e às relações com outros setores da economia.

Apesar destes esforços, estes investimentos não conseguiram extinguir os constrangimentos relativos à estrutura produtiva do país, apesar de terem tido um papel muito relevante para o desenvolvimento do país.

Pode-se afirmar que apenas no início desta década de 2000 os governos começaram a dar a devida atenção ao setor agrícola em Cabo Verde. O setor, que havia sido esquecido durante longos anos, passou a ser visto como um componente fundamental na atividade econômica e social do país, por gerar empregos, renda, segurança alimentar para a população, além de outras funções igualmente importantes, como, por exemplo, contribuir para a preservação ambiental e contribuir para o PIB e para a balança comercial do país.

Esse foi um período muito importante para a agricultura cabo-verdiana. O governo elaborou planos globais e vários planos setoriais visando desenvolver este setor. Cabe também ressaltar que foi durante esse período que se construiu a primeira barragem do país, que trouxe muitos benefícios para a agricultura, para os agricultores da região onde a mesma foi construída e para a população em geral.

É de ressaltar que foi graças às políticas públicas, aos investimentos do governo, aos apoios financeiros recebidos pelos parceiros de Cabo Verde que a agricultura conheceu progressos nesse período graças aos aumentos significativos da área irrigada com sistemas de rega modernos, diversificação das culturas, nomeadamente no domínio da horticultura, que contribuiu para aumentar a variedade de produtos agrícolas nos mercados internos.

Entretanto, este trabalho permitiu avançar um pouco além da retórica dos relatórios oficiais, para conhecer a visão dos beneficiários diretos das ações públicas. A interpretação dos dados de campo permite concluir que o governo, apesar dos esforços e dos recursos empenhados, ainda tem um longo caminho a percorrer para atender às maiores necessidades da população que depende do meio rural.

Por outro lado, foi também possível conhecer um pouco mais da estrutura social e econômica exibida pelo setor rural em Cabo Verde. Por exemplo, a forte presença feminina, provavelmente em função da saída dos homens em busca de trabalho no setor urbano, é um elemento que deve ser lembrado no desenho de projetos para o meio rural. Outro dado obtido da pesquisa de campo reside na necessidade de agregar aos projetos componentes tecnológicos para a conservação e uso da água, seja da chuva, seja subterrânea. A ênfase dada pelos entrevistados não pode ser subestimado pelos gestores de políticas.

O trabalho permitiu ainda conhecer alguns dos benefícios materiais trazidos pelos programas públicos à população beneficiária. Sem considerar a pequena proporção de assistidos, a maior parte dos benefícios se resumiu a sementes, capacitações, bens não

perecíveis, enquanto apenas 3 dos 60 entrevistados recebeu um sistema de irrigação por gotejamento. É interessante que, em sua maioria, os benefícios foram bens de consumo, com uma diminuta ênfase para os bens de capital, capazes de mudar de forma mais permanente as condições de vida dos produtores.

Em relação a mudanças, este trabalho também aponta caminhos. A partir das opiniões obtidas dos próprios produtores, são apontadas as necessidades de apoio por eles percebidas. Destaque é oferecido à assistência técnica, o que significa a confiança que os produtores depositam na tecnologia, na educação, como estratégia de transformação da realidade natural. De novo a capacitação aparece entre as estratégias de melhoria do nível de renda dos produtores. Esse aspecto pode ser também interpretado como a crença na transformação pelo conhecimento, indicando uma sociedade que acredita na mudança, que deseja o progresso, sem abandonar-se ao conformismo, diante do que poderia ser a fatalidade comandando a severidade das condições naturais.

A recíproca também é verdadeira. Os entrevistados também expõem o abandono a que foram submetidos pelos técnicos quando mais precisaram. Dessa forma, a confiança de hoje pode gerar frustração e rejeição amanhã. São advertências sérias que, como as demais, não devem ser ignoradas pelos governantes.

A importância das formas de assalariamento e da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas para o desenvolvimento rural é outro fator que pode enriquecer programas e projetos para o desenvolvimento rural do arquipélago. Estratégias como a garantia de renda e o apoio previdenciário podem contribuir para preservar a mão-de-obra rural em benefício da produção alimentar.

Posto isso, a hipótese defendida neste trabalho foi confirmada, na medida em que se notou que o principal problema para que os programas do governo destinados a esse setor não atinjam seus objetivos reside na falta de sintonia entre as políticas públicas e a realidade da agricultura, ou seja, as políticas são criadas por pessoas que no fundo não conhecem bem a realidade rural e, por isso, elas acabam não se adequando à realidade e, consequentemente, acabam não beneficiando nem a agricultura e nem os agricultores.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, R.L. **A Conformação das Políticas Agrícola e Agrária Brasileiras ao Contexto de Globalização Financeira**. 246 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ALBUQUERQUE, L. et MADEIRA, M. E. **História Geral de Cabo Verde (Volume I e II)**. Instituto de Investigação Científica Tropical e Direção Geral do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1991.

AMARAL, Ilídio. **Santiago de Cabo Verde**. Memória da Junta Investigativa, 2 série, n. 48, 1964.

ANDRADE, E. S. **As Ilhas de Cabo Verde da “Descoberta” à Independência Nacional (1460-1975)**. Paris, L'Harmattan. 1996.

BARCELOS, C. J. S. **Subsídios para a História das Ilhas de Cabo Verde e Rios da Guiné (Volume I e II)**. Tipografia da Academia Real das ciências, 1899.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, Ltda., 1979.

BARROS, Mário. Planos Nacionais de Desenvolvimento de Cabo Verde Disponível em: <http://64.233.163.132/search?q=cache:mS5jTsF0eHoJ:users.domaindlx.com/africadebate/ad1%2520jose%2520mario%2520barros.htm+primeiro+plano+nacional+de+desenvolvimento+d e+cabo+verde+1982-1985&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk>. Acesso em 10 de novembro de 2009.

BORGES, M. L. **Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na Cidade de Porto Novo – Cabo Verde e suas Estratégias de Sobrevivência**. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BROWN, Lester R. Revolução Agrícola na Ásia. In: ARAÚJO e SCHUH (org.). **Desenvolvimento da Agricultura: estudos de casos**. São Paulo, Pioneira, 1983, pp 129-51.

CARREIRA, A. **Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)**. Ed. Imprensa Portuguesa, Lisboa, 1972.

CARVALHO, Maria Auxiliadora. Políticas Públicas e Competitividade da Agricultura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, ano I, ed. 81, p.117-140, jan/mar 2001.

COUTO, C. F. **Estratégias Familiares de Subsistência Rurais em Santiago de Cabo Verde**. 281 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos)- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2001.

_____(org); Deslandes, S. F. Neto, O. C & Gomes, R. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis / RJ: vozes, 1994;

DIAGNÓSTICO FINAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM CABO VERDE 2002. Ministério da Agricultura e Pescas, Praia, República de Cabo Verde.

DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA 2004. Ministério das Finanças e do Planeamento, Praia, República de Cabo Verde.

DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA 2008. Ministério das Finanças e Administração Pública, Praia, República de Cabo Verde.
DO MONTE, Paulo Aguiar. O Setor Agrícola em Cabo Verde. 2008.

DOS REIS, V.M.V. **Principais Estratégias de Desenvolvimento em Confronto na República de Cabo Verde após a Independência Nacional.** 168 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2000.

FEI, John C. H. e RANIS, Gustav. Agrarianismo, Dualismo e Desenvolvimento económico. In: ARAÚJO e SCHUH (org.). **Desenvolvimento da Agricultura:** estudos de casos. São Paulo, Pioneira, 1983, p. 101-36.

FURTADO, C. A. **A Transformação das Estruturas Agrárias numa Sociedade em Mudança- Santiago, Cabo Verde.** 184 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

GRAZZI, Marzia. **Rabidantes:** comércio espontâneo transnacional de Cabo Verde. Lisboa: ICS, 2003.

INQUÉRITO ÀS DESPESAS E RECEITAS DAS FAMÍLIAS 2001-2002. INE, Praia, República de Cabo Verde.

INQUÉRITO SOBRE A VULNERABILIDADE ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS. INE, Praia, República de Cabo Verde, 2005.

INQUÉRITO AO EMPREGO 2008. Instituto do Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde.

JOHNSTON, Bruce F e MELLOR, John W. The Role of Agriculture in Economic Development. **The American Economic Review**, Wisconsin, 51(4):566-93m Sep. 1961.

LAMOUNIER, B. **Determinantes Políticos da Política Agrícola: Um Estudo de Atores, Demandas e Mecanismos de Decisão.** Brasília, DF: IPEA, 1994.

LEWIS, Arthur W. O desenvolvimento económico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro, Forense, 1969, p. 406-56.

LUCENA, R.B. **O Papel da Agricultura no Desenvolvimento Económico Brasileiro 1980-1978.** 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MELLOR, John. **Faster More Equitable Growth: The Relation between Growth in Agriculture and Poverty Reduction**”, CAER II Discussion Paper No.70, Harvard Institute for International Development, Cambridge, MA, EE.UU. 2000.

MINAYO, C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasca, 1994.

MORAN, Emilio. The Evolution of Cape Verde Agriculture. **African Economic History**, n. 11, 1982.

MULLER, A. L. **A Construção das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: O Caso do PRONAF**. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PIRES, M. L. S. **Globalização e Agricultura: Um Estudo sobre as Mudanças na Distribuição e no Consumo de Alimentos em Cabo Verde**. 139 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2007.

PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DA ILHA DE SANTIAGO 2009-2012. Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, Praia, República de Cabo Verde.

PLANO DE AÇÃO NACIONAL PARA O AMBIENTE 2004-2014. Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, Praia, República de Cabo Verde

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA 2004-2015. Ministério do Ambiente, Agricultura e da Pesca, Praia, República de Cabo Verde.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 1982-1985. Ministério do Planeamento e Cooperação, Praia, República de Cabo Verde.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 1997-2000. Ministério da Coordenação Económica, Praia, República de Cabo Verde.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2002-2005. Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional, Praia, República de Cabo Verde.

PROGRAMA DO GOVERNO PARA A VI LEGISLATURA (2001-2005). Assembléia Nacional, Praia, República de Cabo Verde.

PROGRAMA DO GOVERNO PARA A VII LEGISLATURA (2006- 2011). Assembléia Nacional, Praia, República de Cabo Verde.

PROGRAMA NACIONAL DE LUTA CONTRA A POBREZA (1998-2002).

PROGRAMA NACIONAL DE LUTA CONTRA A POBREZA NO MEIO RURAL (2000-2008). FIDA.

PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR 2007-2011. Ministério do Ambiente e da Agricultura, Praia, República de Cabo Verde.

QUIBB 2007-2008. INE, Praia, República de Cabo Verde.

RAVALLION, Martin; e DATT, Gaurav. How Important to India's Poor is the Sectoral Composition of Economic Growth?. **The World Bank Economic Review**, v. 10, n. 1, jan. 1996.

RECENSEAMENTO GERAL DA AGRICULTURA. INE, Praia, República de Cabo Verde.
RELATÓRIO DO MINISTRO E SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E DO ULTRAMAR. Ministério do Ultramar, Lisboa, 1870.

RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL DE 2008. Banco Mundial, Washington, D C.

SARRIS, A. H. O Papel da Agricultura no Desenvolvimento Econômico e na Diminuição da Pobreza : Uma Base Empírica e Conceitual. 2001.

SILVA, J. H. C. **Importância da Horticultura para a Segurança Alimentar em Cabo Verde.** 115 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrônoma) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico.** 4 ed. São Paulo, Atlas, 2005.

TIMMER, C.P. Agriculture and Economic Development Revisited. *Agricultural Systems*, v. 40, 1992.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais, a Pesquisa Qualitativa em Educação.** S. Paulo: Atlas, 1994.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 6ª Ed. S. Paulo: Atlas, 2005.

1)Sim 2)Não 3) Não sabe 4) Não respondeu

13. Já ouviu falar de algum programa do governo direcionado para o desenvolvimento da agricultura? ☐

1) Sim 2) Não 3) Não sabe 4) Não respondeu

14. Já foi beneficiado por algum programa do governo direcionado à agricultura? ☐

1) Sim 2) Não

15. Se sim, quais foram esses benefícios/ prejuízos? _____

16. Do que vocês realmente sentem falta? ☐

1) Crédito 2) Assistência Técnica 3) Insumos 4) Irrigação 5) Mercados 6) Outro (Espec.) _____

17. Acha que o governo tem dado a devida atenção ao desenvolvimento da agricultura em Cabo Verde? ☐

1) Sim 2) Não 3) Não sabe 4) Não respondeu

III. TIPOS DE EXPLORAÇÃO, REGIME AGRÍCOLA E MÃO-DE-OBRA

18. Qual é o tipo de exploração que faz da sua terra? ☐

1) Parceria 2) Arrendamento 3) Conta Própria 4) Usufruto 5) Comodato 6) Aforamento

19. Qual o regime agrícola que utiliza para a exploração da sua terra ☐

1) Sequeiro 2) Regadio 3) Sequeiro/Regadio

20. Qual é o destino que dá aos produtos que cultiva? ☐

1) Auto- consumo 2) Venda 3) Transformação 4) Alimentação animal 5) Outro (Espec.) _____

21. Que tipo de mão-de-obra usa nas suas atividades?

|____|

1) Familiar 2) Assalariada: Temporário () Permanente () 3) Djunta mão 4) Djuda⁴⁴ 5)

Outro(Espec.)_____

III. FONTES DE RENDIMENTO

22. Exerce alguma outra atividade além da agricultura

|____|

1) Sim 2) Não

23. Se sim, qual?_____

24. Tem algum membro da família emigrado?

|____|

1) Sim 2) Não 3) Não sabe 4) Não respondeu

25. A família recebe alguma remessa (Exterior ou Nacional)?

|____|

1) Sim 2) Não

26. Se sim, essas remessas são fundamentais para a vida da família?

|____|

1) Sim 2) Não

27. Possui ou já possuiu algum negócio que gerou renda?

|____|

1) Sim 2) Não

28. O que gostaria de aprender a fazer para aumentar a sua renda?

Controle do(a) entrevistador(a) e supervisor(a) de campo

Entrevistador(a): [.....]

Data da visita (dd/ mm/ aaaa): [...../...../.....]

Entrevista: hora de início(hh:mm) [.....] hora de término (hh:mm) [.....]

⁴⁴ De acordo com o RGA (2004, p. 15), “trata-se de uma ajuda dada por uma ou mais pessoas estranhas à exploração (geralmente parentes) a título gratuito para os trabalhadores agrícolas desta.”

APÊNDICE B – Questionário aplicado às Entidades e aos Gestores

Roteiro das Entrevistas 2

INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES ENTREVISTA COM ENTIDADES E GESTORES 2009

1. Identificação do questionário _____|_____|
2. Ilha _____ 2.a COD |_____|
3. Concelho _____ 3.a COD |_____|
4. Nome do (a) entrevistado (a): [.....]
5. Entidade ou órgão que representa [.....]
6. Qual é a tua função nesta instituição? _____
7. Quais são os programas do governo dirigidos ao desenvolvimento do setor agrícola em Cabo Verde que vc conhece? Participa/participou?

8. Quais são/eram as principais fontes financiadoras desses programas? _____

9. Esses programas conseguem/iram alcançar os objetivos propostos? _____

10. Quais as principais dificuldades encontradas por esses programas?_____

11. Na sua opinião, quais os principais problemas que impedem a competitividade e o desenvolvimento da agricultura em Cabo Verde?_____

12. Quais são as perspectivas para o setor agrícola para o futuro?_____

13. Como é a relação que se percebe entre os agricultores e a(s) instituição (ões) de apoio?_____

14. Que ações ou políticas de apoio à capacitação de agricultores conhece ou participa?_____

15. Que resultados você conhece como consequência dessas ações?_____

16. Que tipo de política é considerado a mais efetiva?

*1) Trabalhar com organizações locais 2) Empresas terceirizadas 3) Suplementação de renda (tipo Banco Mundial) 4) Apoio direto à produção 5) outros (Espec.)*_____

17. Que programas são considerados os mais bem sucedidos e em que sentido?_____

18. Que sugestões você tem para melhorar a condição de vida dos agricultores em Cabo Verde?_____

Controle do (a) entrevistador(a) e supervisor(a) de campo

Entrevistador(a): [.....]

Data da visita (dd/mm/aaaa):[...../...../.....]

Entrevista: hora de início (hh:mm)[.... ..]

hora de término (hh:mm)[.....]

APÊNDICE C – Diário de Campo

A pesquisa de campo iniciou-se no mês de Março e terminou no mês de Junho de 2009. Na primeira quinzena do mês de Março foram realizadas visitas a algumas bibliotecas e às instituições ligadas à questão agrária na cidade da Praia, que é a capital de Cabo Verde, com vista a se fazer levantamentos bibliográficos com relação ao tema pesquisado.

As primeiras pesquisas se mostraram infrutíferas na medida em que as bibliografias referentes ao tema além de serem escassas as poucas que existiam não podiam ser emprestadas. Só se podia fazer a consulta nas próprias bibliotecas. Em face dessa dificuldade a pesquisadora resolveu utilizar outros meios para conseguir essas bibliografias e uma delas foi entrar em contato com algumas pessoas que as tinham utilizado nos seus trabalhos acadêmicos para saber se elas ainda as tinham e se poderiam emprestá-las. Essa alternativa se mostrou mais eficaz e graças à boa vontade dessas pessoas a pesquisadora pôde entrar em contacto com o material fornecido e começar a leitura dos mesmos.

Ainda no mês de março deu-se início a aplicação dos questionários com os agricultores e com o delegado do MADRRM do concelho do Tarrafal. Vale salientar que esse concelho abarca tanto a delegação anteriormente citada como a delegação de São Miguel. Ainda nesse concelho percebeu-se uma preocupação que depois veio a se mostrar comum em todos os restantes concelhos pesquisados, a preocupação com a falta de água. A falta de água é um dos maiores problemas que assola o país que devido aos condicionamentos físicos de que padece acredita que água em quantidade e qualidade é uma das soluções para o desenvolvimento da agricultura.

A maioria dos entrevistados apontou que se conseguissem resolver o problema da falta de água os outros problemas que enfrentam seriam mais facilmente resolvidos. Notou-se, também, que a maioria dos entrevistados queria instalar o sistema de rega gota-a-gota porque tinham percebido que as parcelas dos vizinhos que tinham adotado essa técnica estavam mais produtivas que as deles. O que chamou muito a atenção da pesquisadora é que alguns dos entrevistados mostravam-se muito acomodados à situação de pobreza extrema em que viviam. Numa das conversas que a pesquisadora teve com um dos entrevistados ele disse o seguinte: *“meus pais me disseram que desde a época deles era assim... por isso só quero ter sossego e paz para viver a minha vida com tranqüilidade”*.

No final do mês de março, também, foi possível entrevistar a diretora da agricultura e a coordenadora do programa de formação e empréstimos a pequenas empresas. Esse contato

com esses atores foi de suma importância porque permitiu conhecer os pontos de vista dos mesmos com relação à questão agrária no país. Para estes atores é fundamental se investir na educação e capacitação dos agricultores através de uma parceria com o ministério da educação por meio dos serviços de alfabetização que permitam aos agricultores ter um maior nível de educação e, com isso, melhorar o seu nível de produção, bem como a forma de chegar às instituições para pedir financiamento para as suas atividades. Segundo estes mesmos atores é preciso também proporcionar um maior acesso dos agricultores aos recursos financeiros através de linhas de crédito mais acessíveis e melhorar o apoio técnico aos mesmos, principalmente através da extensão rural.

No mês de Abril a pesquisadora começou a aplicar os questionários no *concelho* de Santa Cruz. Em apenas um dia foi possível aplicar tanto o questionário dirigido ao delegado do MADRRM do referido *concelho*, bem como aos agricultores e lideranças. Isso deveu-se ao apoio prestado por um dos animadores rurais que serviu de elo entre a pesquisadora e os agricultores. Este *concelho* é um dos maiores produtores de produtos agrícolas no país. Nesse *concelho* percebeu-se certa organização dos agricultores e também notou-se que as parcelas⁴⁵ desses agricultores eram mais verdes e mais bem cuidadas em relação aos dos agricultores dos outros *concelhos*. Isso pode se dever ao fato de nesse *concelho* existir a única barragem do país. A Barragem de Poilão foi a primeira infra-estrutura hidráulica construída em Cabo Verde. O financiamento ficou a cargo do Governo Chinês, localiza-se na Bacia Hidrográfica da Ribeira Seca, considerada uma das ribeiras mais importantes do país, beneficiando os *concelhos* de Santa Cruz e São Lourenço dos Órgãos, permite a armazenagem de 1.200.000 m³ de água para a irrigação de 65 hectares de terrenos e proporciona empregos e renda a centena de famílias.

De acordo com o Delegado do MADRRM do referido Concelho, “*o principal objetivo desse empreendimento é a retenção das águas superficiais e a sua utilização futura na agricultura e também o aumento de recursos hídricos no percurso inferior da bacia*”. Com a construção dessa barragem procurou-se um melhor aproveitamento das águas pluviais, no sentido de satisfazer as necessidades de rega atuais, criando uma capacidade de armazenamento capaz de superar os problemas nos anos de seca, cuja ocorrência se verifica, devido às alterações climáticas globais, conduzindo a um agravamento da situação agrícola em Cabo Verde.

⁴⁵ Segundo o Recenseamento Geral da Agricultura (RGA, 2004, p.15), parcela corresponde a toda a porção de terras da exploração inteiramente cercada de terras, de água, de estradas, etc. Não fazendo parte desta exploração em Cabo Verde, as parcelas são muitas vezes cercadas de muretes em pedra ou de plantas marcando as delimitações. Pode comportar uma ou mais culturas.

Ainda nesse mesmo dia o animador rural S, apresentou a pesquisadora a alguns agricultores dentre os quais o senhor R, que trabalha a vários anos com a agricultura e a pecuária. Este agricultor, em particular, chamou a atenção da pesquisadora, na medida em que além de ser agricultor, ele era também empregador. Empregava cerca de 40 pessoas e ainda trabalhava com a criação de gado de raça melhorada e com a transformação de produtos agrícolas, como por exemplo, a cana-de-açúcar que era transformado em aguardente que por sua vez era transformado em diferentes tipos de licores. O mesmo também tinha um pequeno comércio onde vendia alguns bens de primeira necessidade. Esse agricultor se mostrou muito independente do governo e apontou que apenas procura ajuda do governo em último caso quando ele sabe que não pode fazer mais nada.

Outro agricultor que a pesquisadora visitou na companhia do animador rural A, foi o senhor H, que era reformado de uma instituição pública e que relatou o seguinte: *“a agricultura para mim representa apenas um simples passatempo. Quando fico estressado venho para o campo para relaxar e pensar um pouco na minha vida... para mim a agricultura não é um meio de subsistência como para a maioria dos agricultores aqui.* Segundo este agricultor os produtos agrícolas que ele retirava da sua parcela ele os consumia e o restante repartia com outros membros da família.

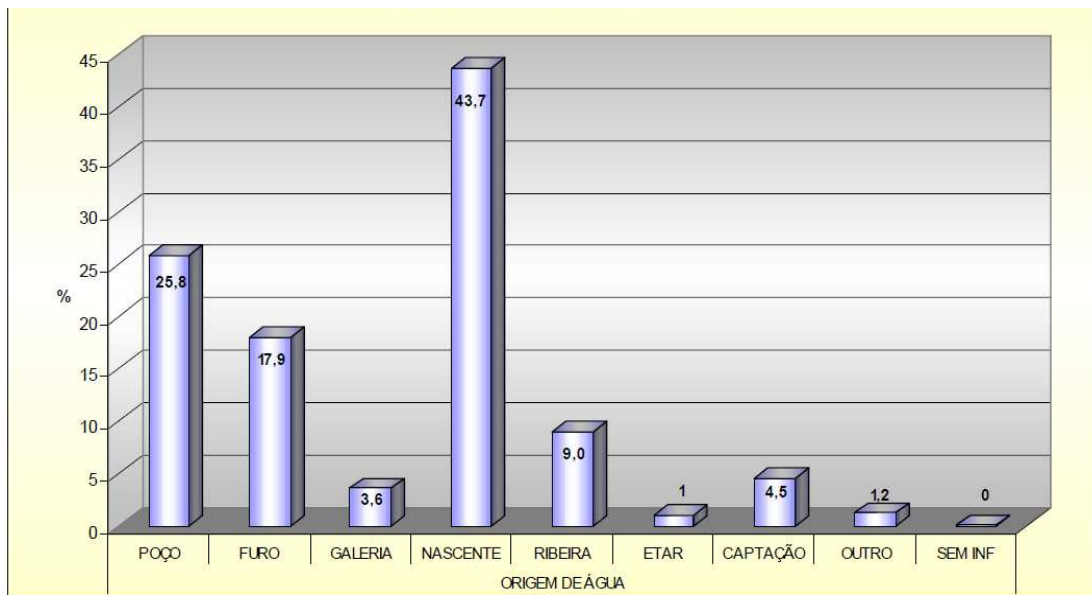
Na terceira semana do mês de Maio iniciou-se a aplicação dos questionários com a Delegada do Concelho de Santa Catarina e com os agricultores. Pelo fato da Delegada do referido concelho encontrar-se fora do país por questões de ordem pessoal, o questionário foi aplicado com o Delegado Substituto. Foi preciso voltar duas vezes a esse concelho para se poder terminar a aplicação dos questionários, visto que tanto o delegado como o animador rural responsável para fazer a mediação entre a pesquisadora e os agricultores encontravam-se ocupados com uma missão da FAO que se encontrava no país fazendo algumas avaliações.

Na segunda visita à esse concelho a pesquisadora conseguiu terminar a aplicação dos questionários graças à grande ajuda do Animador Rural I. O que ficou evidente para a pesquisadora, desde o primeiro contato, é que a maioria dos agricultores não sabia conceituar políticas públicas apesar de eles afirmarem que já tinham ouvido falar sobre o assunto. Notou-se, também, certa relutância por parte dos agricultores em responder se recebiam alguma remessa do exterior. Em virtude disso, foi necessário insistir para que os mesmos respondessem à essa questão na medida em que essa informação seria relevante para a análise dos dados. Uma situação que despertou bastante preocupação à pesquisadora durante a aplicação dos questionários foi o fato dos agricultores criarem algumas expectativas e acharem que a pesquisadora poderia ajudá-los a resolver alguns problemas que os afligiam.

Em alguns momentos eles perguntaram se ela poderia ajudá-los a instalar o sistema de rega gota-a-gota, se ela poderia ajudá-los a conseguir uma bolsa de estudo para seus filhos e netos que queriam continuar os estudos superiores ou se poderia levar um recado ao Ministro do Ambiente. Apesar da pesquisadora sempre insistir em esclarecer que estava a fazer um trabalho de conclusão de estudo, eles continuaram a acreditar que a mesma trabalhava para alguma instituição governamental e que poderia fazer alguma coisa por eles

ANEXOS

Gráfico 6: Exploração de Regadio segundo a origem da água (em percentagem)



Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura, 2004.

Quadro 6. Resumo do Programa de Investimento e seu estado de financiamento

Domínios de Intervenção do PNSA	Orçamento (milhões ECV)	%	Montante Financiado	%	Gap Financeiro (milhões ECV)
Produção, Diversificação e Sustentabilidade do Sistema Agro- alimentar	9.478.003,0	57,25%	2.631.204,3	27,76	6.846.798,7
Disponibilidade e Estabilidade de Produtos Alimentares nos Mercados	40.000,0	0,24	0,0	0	40.000,0
Acesso Econômico aos Bens Alimentares e aos Serviços e Bens Sociais Básicos às Populações	5.374.496,0	32,46	651.584,0	12,12	4.722.912,0
Prevenção e Gestão de Crises Alimentares	512.486,3	3,10	311.861,3	60,85	200.625,0

Reforço da Capacidade Institucional dos Atores e da Boa Governança da Segurança Alimentar	513.825,0	3,10	0,0	0	518.825,0
Qualidade dos Alimentos, da Água Potável e de Dieta Alimentar	637.327,5	3,85	2.150,6	0,34	630.178,5
PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR 2007 - 2011	16.556.137,8	100%	3.596.799,6	21,72	12.959.338,2

FONTE: Programa Nacional de Segurança Alimentar, 2004.

Quadro 7 - Resumo sumário dos projetos em curso na ilha

Projeto	Financiamento	Orçamento	Objetivos	Ações	Área intervenção	Beneficiários	Duração	Constrangimentos
Projeto Integrado de Desenvolvimento Agro-silvo-pastoril (PIDAS)	PI	28 mil contos - 2008	Melhoramento do uso agro-silvo-pastoril através da implementação de medidas mecânicas e biológicas de conservação de solos e água.	Construção de infra-estruturas de conservação de solo e água nas zonas semi-áridas e sub-úmidas da ilha de Santiago (banquetas, arretos, diques), plantação de espécies florestais e forrageiros.	Todos as Delegações do MADRRM, com atividades focalizadas em função das prioridades nas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas.	Populações associadas ou não das zonas de uso agro-silvo-pastoril	Anual	Desbloqueamento tardio das verbas Montantes desbloqueados relativamente insuficientes (30-50% do montante previsto)
Projeto de Mobilização de Água e construção de Reservatórios (MAR)	PI	16 mil contos em 2008	Melhoramento da disponibilidade de água para as atividades agro-pecuárias e criação de infra-estruturas de armazenamento de água	- Construção de reservatórios para armazenamento de água de escoamento superficial, recuperação e manutenção de sistemas hidráulicos e reservatórios - Distribuição de água para fins agro-pecuários	Geralmente tem uma abrangência ao nível da ilha, com atividades focalizadas em função das prioridades	Populações associadas ou não das zonas de intervenção	Anual	
Projeto de Ordenamento e valorização das Bacias Hidrográficas de Picos e Engenhos-	BAD; DADEA e Governo	1.686,71 mil contos	Redução da pobreza no meio rural, visando a proteção e conservação do meio ambiente, aumento da produção com vista a garantir o rendimento dos beneficiários do projeto de forma sustentável	- CSA e mobilização dos recursos hídricos; - Apoio a produção agrícola; - RC das capacidades comunitárias e institucionais;	Bacias Hidrográficas de Picos e Engenhos (Concelhos de Sta Catarina, SSM, SLO, SC).	Populações residentes e que dependem indiretamente das atividades desenvolvidas nas bacias	Plurianual 2005 - 2010	Desbloqueamento tardio das verbas Falta de garantia para o acesso ao crédito Burocratização excessiva
Projeto Integrado	Cooperação	100mil	Continuação e	Conservação de solos e	Bacias	Populações residentes	2009-	Montante

para o Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas da Ilha de Santiago - PIDBHIS	Austríaca Governo	contos	conclusão das ações programadas para a primeira fase do projeto; Gestão sustentável e duradoura dos recursos naturais e comunitários; Melhorar as condições de vida das comunidades locais;	água; Apoio institucional e organização comunitária; Mobilização e abastecimento de água às comunidades através de ligações domiciliárias; Higiene e saneamento do meio; Instalações do sistema de micro irrigação; Continuação da implementação das atividades da pecuária;	Hidrográficas de Saltos, São Miguel e Ribeira Grande de Tarrafal		2011	financeiro limitado Organização comunitária não a nível desejado Frac a disponibilidade de água superficial e subterrânea(Saltos e São Miguel)
Diversificação de culturas	PI	60.000 contos	Contribuir para a melhoria das condições de existência durável das populações rurais das zonas de intervenção, visando a redução da pobreza rural e a diminuição simultânea da insegurança alimentar e nutricional, através da intensificação da produção hortícola nas zonas de vocação	Mobilização da água subterrânea com a realização e equipamento de um furo; Criação de um perímetro irrigado de 10 hectares; Construção de um reservatório de 200 m3 e distribuição de água de rega; Disponibilização de materiais de rega; Formação dos horticultores;	Todas Delegações do MADRRM,	Famílias das zonas semi-áridas	2007-2009	
Massificação de Rega	PI	12.000 contos em 2008	Gestão e racionalização do uso da água na agricultura pela massificação de técnicas de microirrigação a nível	Construção de reservatórios para rega, aquisição de cabeçais de rega, instalação de sistemas de rega, formação de	Zonas com disponibilidade de água para a rega na ilha de Santiago	Horticultores	Anual	Desbloqueamento tardio das verbas Montantes desbloqueados relativamente

			nacional, assim como a introdução de novas tecnologias de produção protegida, nomeadamente a hidroponia aeroponia nas culturas hortícolas.	horticultores, mobilização e armazenamento de água para rega e seguimento e avaliação do projeto.				insuficientes (30-50% do montante previsto)
Campanha agrícola de sequeiro, fitossanitária e gestão de pesticidas	PI	10.000 contos para 2008	Aumento da produção agrícola no sequeiro; Manutenção da população dos principais inimigos das culturas de sequeiro abaixo do nível que provoque danos económicos; Aumento do rendimento familiar e da melhoria das condições ambientais locais.	Aquisição e disponibilização de sementes de sequeiro, disponibilização de pesticidas e equipamentos de tratamento; Assistência técnica aos agricultores; Capacitação dos inspetores fitossanitários sobre as regras e a gestão correta de stocks de pesticidas	Zonas agrícolas de Santiago	Agricultores em geral	Anual	Montante afetado por Delegações insuficiente particularmente em anos de elevada incidência do ataque de acrídeos Equipas de intervenção no terreno insuficiente Insuficiência de riscos, materiais e equipamentos
Melhoramento de raças, produção forrageira e transformação e conservação de produtos	PI	3.000 contos em 2008	Aumento da produtividade do efectivo de ruminantes e suínos visando a exploração de um efectivo sustentável e implementação de técnicas e sistemas de gestão da reprodução	Melhorar a capacidade da produção e produtividade do efetivo de bovinos e suínos; aumentar a produção dos recursos forrageiros; melhorar a qualidade higio-sanitária; capacitar e reciclar técnicos; assegurar as condições	Todas as Delegações do MADRRM da Ilha de Santiago, com intervenções localizadas para as infraestruturas pecuárias.	Agricultores e criadores selecionados, grupos de criadores e publico em geral	Anual	

			para a selecção e melhoramento de raças:	satisfatórias de abate de animais e da comercialização de carne				
Salvamento de gado	PI	14.000 contos	Assegurar a sobrevivência do efectivo face a a carência forrageira devido ao mau ano agrícola.	Inventariação das necessidades Seleção dos beneficiários com menos recursos Aquisição e distribuição do suplemento alimentar	Todas as Delegações do MADRRM da Ilha	Agricultores e criadores seleccionados, grupos de criadores e publico em geral	Plurianual	Quantidade insuficiente
Ordenamento florestal	PI	80.500 contos	Garantir a fiscalização/vigilância sistemática dos perímetros florestais, contribuir para a conservação de solos e agua e recarga dos aquíferos; aumentar a disponibilidade/oferta em produtos lenhosos e forrageiros	Apoio institucional no pagamento dos salários do pessoal administrativo, equipa de vigilância florestal; disponibilização de materiais de manutenção florestal em Monte Velha	Todas as Delegações do MADRRM da Ilha de Santiago.	Agricultores e criadores	Anual	Ficha SIGOF inadequado a nossa realidade (rubricas e respectivos valores percentuais
Vigilância epidemiológica	PI	1.400 contos	Controlo Zoo-sanitário do efectivo animal	Fazer as despistagens das doenças infecto-contagiosas (brucelose, PSA) e parasitárias bem como campanhas de vacinações; Prestação da assistência técnica e formação.	Todas as Delegações do MADRRM da Ilha de Santiago.	Agricultores e criadores	Plurianual	Verba insuficiente e falta de meios materiais
Projeto Integrado para o Desenvolvimento Hidro-agrícola de R ^a Grande Stg.	Cooperação espanhola contos	CSA, correção torencial e mobilização de recursos hídricos Desenvolvimento da	Melhoramento/instalação da rede hidráulica Instalação de um sistema automatizado de rega	Ribeira Grande de Santiago	Agricultores e criadores	Plurianual	Insuficiência de meios humanos, materiais e transportes; Necessidade sistemática de

			agricultura irrigada Melhoramento da produção pecuária Transformação de produtos agro- alimentares Reforço da capacidade institucional Gestão do projecto e assistência técnica	Intensificação da produção agrícola Armazenamento e conservação de produtos agro-pecuários Formação de técnicos e agricultores Intercâmbio de conhecimentos e experiências				retificação das obras da rede hidráulica pela empresa executora; Deficiente envolvimento da comunidade; Ritmo moroso do desbloqueamento das verbas; Atraso na implementação das diferentes fases do projeto; Atraso na transferência formal do projeto do Ministério da Cultura para MADRRM; Centro de conservação de produtos inoperacional; Fraco envolvimento dos parceiros locais. Atraso no desbloqueamento de verbas para o arranque da 5ª fase.
Segurança alimentar	Cooperação austríaca	1.200 contos	Financiamento de actividades agrícolas geradoras de	Instalação de sistema de rega gota-a-gota Construção de	Rª Grande Stg e Praia rural (Tronco,	Agricultores, criadores e famílias agrícolas	anual	Montante financeiro limitado

			rendimento Melhorar a capacidade de produção dos beneficiários	reservatórios Aquisição e instalação de tubagens para adução de água Construção de pocilgas Aquisição de leitões de raça melhorada, alimentos e medicamentos	Portete, S. Tomé)			
Ambiente			Estudos – aterro sanitário					
			Planos Ambientais Municipais					
Pesca			Projecto de apoio as comunidades piscatórias					